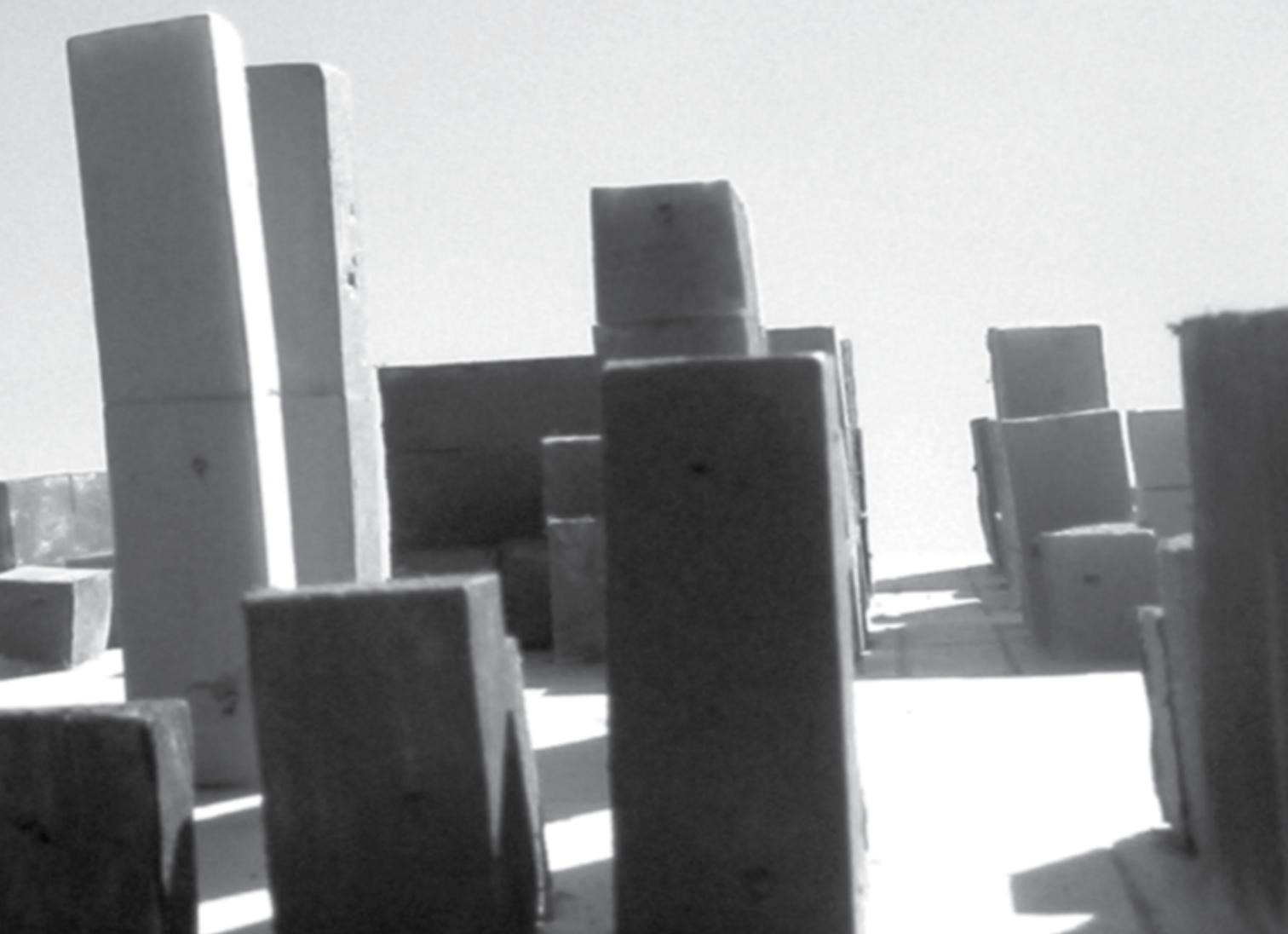
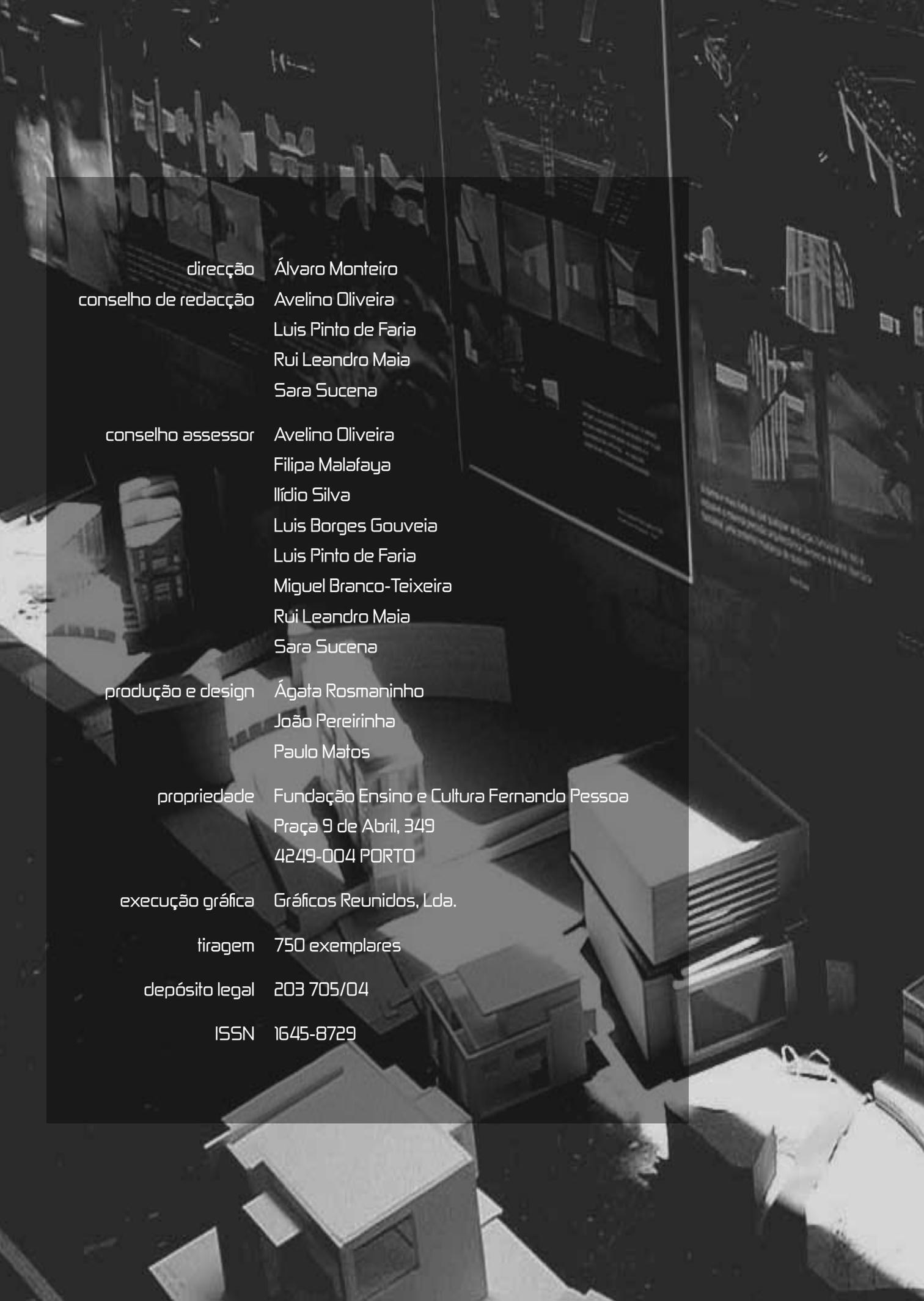


a.obra.nasce

revista.de.arquitectura.da.universidade.fernando.pessoa





direcção Álvaro Monteiro
 conselho de redacção Avelino Oliveira
 Luis Pinto de Faria
 Rui Leandro Maia
 Sara Sucena

conselho assessor Avelino Oliveira
 Filipa Malafaya
 Ilídio Silva
 Luis Borges Gouveia
 Luis Pinto de Faria
 Miguel Branco-Teixeira
 Rui Leandro Maia
 Sara Sucena

produção e design Ágata Rosmaninho
 João Pereirinha
 Paulo Matos

propriedade Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa
 Praça 9 de Abril, 349
 4249-004 PORTO

execução gráfica Gráficos Reunidos, Lda.

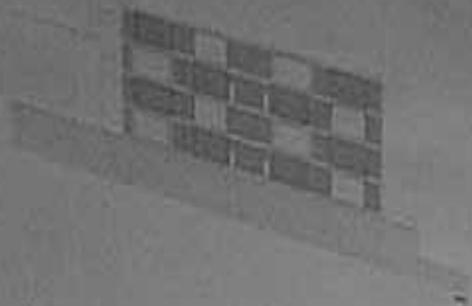
tiragem 750 exemplares

depósito legal 203 705/04

ISSN 1645-8729

ARQUITECTURA

PROJECTO DE



EMPREGO
CONTINUIDADE
CLAREZA DE LUGAR
CONSCIÊNCIA DO MOVIMENTO



DO OFFICINA ARCHITECTONICA



sumário

- 6 editorial
- 8 emscher park iba - corrigir o passado, prevenir o futuro.
luís pinto de faria - universidade fernando pessoa
- 18 uma casa como eu! apontamentos dispersos e fragmentos didáticos sobre aquela a que chamaram a mais bonita casa do mundo.
avelino oliveira - universidade fernando pessoa
- 34 uma reflexão sobre as dimensões das estradas nacionais ...a propósito da «cidade difusa»
sara sucena - universidade fernando pessoa
- 44 a colegiada de santa maria da oliveira em Guimarães - a cidade, o organismo cenobítico e a igreja
ilídio jorge silva - universidade fernando pessoa
- 60 qualificação ambiental e conservação do património: discussão dos conceitos envolvidos
filipa malafaya - universidade fernando pessoa
- 78 contextos de referência nas reconversões de espaços urbanos
miguel branco-teixeira - universidade fernando pessoa
- 94 o impacto do digital no território - o gaia global como caso de estudo
luís borges Gouveia - universidade fernando pessoa
- 106 de regresso à baixa
abel Tavares - universidade fernando pessoa
- 112 abstract and key words
- 115 normas para o envio de originais



Fotografia de maquete do trabalho sobre "Casa de Truus Schröder-Schröder", Cadeira de "Composição I". Autoria: Álvaro Fraga, Alzira Frade e José Pontes. Fevereiro de 2004



A *OBRA NASCE* é resultado do desenvolvimento de trabalho sistemático de docentes e investigadores das áreas de Arquitectura, de Planeamento e de Urbanismo da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Fernando Pessoa.

A divulgação do conhecimento emanado do meio académico, e das reflexões que ele gera, constitui motivo de satisfação geral e, entende-se, embora não se quantifique, é factor de progresso humano. Se assim não fosse, em nada interessaria pensar, produzir e divulgar. Num exemplo: para quem quer construir uma casa, o simples exercício de ler um artigo que explore um conjunto de conceitos, de atitudes, de formas em relação ao que é a Arquitectura traduz-se em acrescentos de reflexão e de criatividade, ainda que por oposição, ou seja, o que se ler poder funcionar como o contrário do que se pretenda edificar. Talvez por isso, através do Programa de Apoio a Revistas Culturais - 2004, o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas entendeu, e bem, financiar esta Revista.

Tendo por âncora disciplinar a Arquitectura, a *OBRA NASCE* aposta na divulgação dos resultados da produção académica e científica sobre questões de edificação, de intervenção e de ocupação do espaço. Está aberta à construção de diálogos e de reflexões profícuas com áreas disciplinares de fronteira – como o Ambiente, a Demografia, a Engenharia, o Planeamento ou a Sociologia – e, para os profissionais distantes do meio académico, aposta no acolhimento e na integração de contribuições de qualidade.

Rui Leandro Maia
Luís Pinto de Faria

emscher park iba
corrigir o passado, prevenir o futuro

luís pinto de faria

arquitecto, doutorando na ceul

mestre assistente, faculdade de ciência e tecnologia,
universidade fernando pessoa

lpintof@ufp.pt

Resumo

O programa IBA de Emscher Park demonstrou que uma região degradada e condenada à partida ao total desmantelamento, pode ser, simultaneamente, sob um novo olhar, o principal trunfo para a sustentabilidade e competitividade da região. Contrariando a visão clássica de intervenção urbanística baseada numa perspectiva segundo a qual, num determinado espaço de tempo, por via de uma intervenção estática específica sobre o território podemos preestabelecer resultados objectivos, este programa desenvolveu uma estratégia global, aberta à transformação, assente sobre sinergias locais e regionais, e potenciadora dos recursos paisagísticos, ambientais e sociais existentes.

Palavras-chave: “IBA Emscher Park”, Recuperação, Transformação, Arquitectura, Urbanismo

I. Um novo “olhar”

Não é novidade que as permanentes transformações económicas, sociais e tecnológicas observadas na sociedade actual, conduzem à rápida desactualização de produtos, serviços e práticas.

Não só o computador, o carro ou o telemóvel são permanentemente reactualizados, substituídos e ultrapassados. Componentes urbanas, como vias, fábricas, equipamentos ou edifícios de habitação também se tornam obsoletos muito rapidamente, exigindo-se a sua rápida substituição ou readaptação.

Seja por uma estética «ultrapassada», por um processo construtivo julgado agora deficiente, pela utilização de materiais entretanto verificados nocivos, ou pela desadequação funcional – não só em termos de uso, mas também em termos sociais, urbanos e ambientais – bairros sociais degradados, áreas industriais abandonadas ou equipamentos gigantescos actualmente desocupados são exemplos de alguns dos “grandes” problemas herdados do século XX com os quais temos hoje de conviver, eliminar ou reintegrar.

A opção mais imediata, arrasar para fazer de novo, apesar de, por vezes, ser a única alternativa viável, é também, frequentemente, a mais gravosa em termos sociais, económicos



Fig.01 | Emscher park iba. Alemanha.
Fotografia do Autor.

e ambientais. A transformação dos espaços e edifícios obsoletos e a sua reintegração no novo habitat são um desafio permanente ao desenho urbano do século XXI.

II. A região do Ruhr

A região do Ruhr é a das mais populosas da Alemanha com cerca de 5,1 milhões de habitantes. Apesar de, em 1840, a generalidade dos aglomerados populacionais ainda se inscrever nos seus limites medievais, a rápida industrialização da zona conduziu a que, entre 1905 e 1955, a população passasse de 2,9 a 6,2 milhões de habitantes. No entanto, o gradual encerramento das agora obsoletas indústrias de carvão e aço conduziu a uma progressiva redução destes números, contando-se que em 2015 seja da ordem dos 4,5 milhões.

Apesar da sua dimensão, esta região não apresenta cidades ditas principais; foi urbanizada como um subúrbio, através da importação gradual de população rural e da sua rápida aglomeração junto das indústrias que, sem constrangimentos, colonizaram rapidamente o espaço disponível.

Dado o actual funcionamento débil ou mesmo o encerramento definitivo das referidas indústrias, apenas menos de metade da população activa está empregada sendo a receita fiscal por agregado familiar muito inferior da média alemã. As cidades, para além de comportarem os custos financeiros e sociais do desemprego, são assim também penalizadas pela consequente reduzida colecta de impostos, vendo a sua capacidade de investir praticamente inexistente.

No entanto, explicar esta crise apenas pela antiguidade das indústrias tradicionais do Ruhr não é suficiente, pois aqui todos os sectores económicos, em particular o terciário, desenvolveram-se menos do que em qualquer outro lugar na Alemanha. Como refere Karl Ganser (2000:5), “Há um défice de local, uma falta de atractivos”.

Atendendo à localização estratégica desta região no panorama europeu, ao facto de possuir uma rede de infra estruturas das mais densas da Alemanha e de usufruir uma oferta cultural situada entre as mais variadas da Europa, de onde resulta esta fraqueza regional?

Sob esta óptica, o caso de Emscher Park, na região do Ruhr, na Alemanha, é uma referência incontornável do panorama urbanístico recente.

Segundo as autoridades locais são duas as razões fundamentais: um ambiente hostil à inovação, marcado por empreendimentos sobredimensionados e pouco habituado à competição, e a falta de “[...] qualidade urbana e paisagística”. (Ganser, 2000:5)

Como procurar suplantar estas deficiências? Segundo Karl Ganser (2000), procurar competir com outras cidades europeias ao nível dos cânones urbanos tradicionais seria uma batalha perdida.

“[...] Isto faz-nos inventar uma nova regra de jogo, isto é, tratar uma riqueza que nós somos os únicos a possuir: nós temos uma paisagem surpreendente, temos a terra baldia, a floresta virgem dentro da cidade; nós temos como catedrais os fornos altos. Valorizá-los não é caro – nós somos pobres e isso obriga-nos a ter de obter efeitos com poucos de meios, estando certos que estas transformações irão transformar mentalidades.” (Ganser, 2000:5)

Assim, pressionados pela crise sócio económica instalada, bem como pela necessidade urgente de dar solução à pesada herança industrial, tanto em termos de infra estruturas e equipamentos como da contaminação generalizada dos solos e da água, o governo de Westfalia cria em 1989, para uma duração de 10 anos, um IBA (Internationale Bauausstellung), instrumento de execução com larga tradição nos círculos arquitectónicos Alemães.

Denominado IBA Emscher Park, este programa abrangeu uma área de cerca de 800 quilómetros quadrados e 2 milhões de habitantes, tendo como objectivo principal promover o desenvolvimento social, cultural, urbano e ecológico como base para a desejada transformação económica da região (Cfr. Beatley, 2000:384-87).

Um dos pontos de partida da operação foi o lançamento de um concurso de ideias, através do qual cerca de 400 participantes puderam emitir um olhar crítico sobre a complexidade ecossistémica da região, nomeadamente no que diz respeito à interacção de temas como

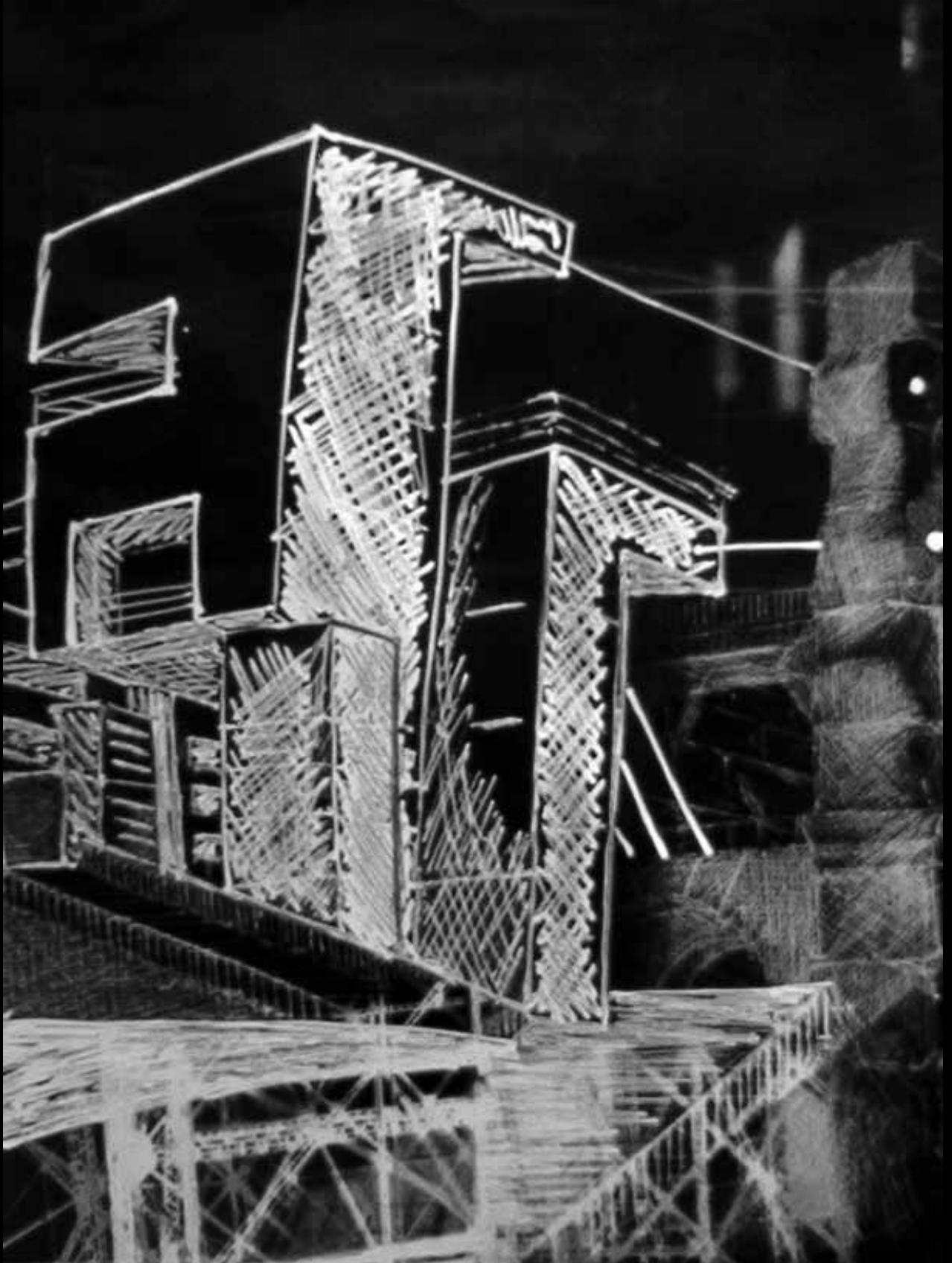


Fig.02 | Estudo de volumes. Cadeira de Composição I.
Autoria Pedro Costa. Novembro de 2003.

a economia, a ecologia, a cultura, o contexto social, a arquitectura e o urbanismo.

A organização, gestão e materialização do projecto desenvolveu-se sob a coordenação do Professor Karl Ganser, contando com cerca de 30 técnicos, bem como com 18 consultores de áreas científicas diversas.

Neste processo, o IBA dialogou com autoridades governamentais, indústrias, associações, bem como com as autarquias e população em geral dos 17 municípios abrangidos pelo projecto.

Durante os 10 anos de duração deste programa, foram desenvolvidos cerca de 120 projectos, distribuídos por 6 grandes áreas de intervenção: Estrutura Verde, Revitalização da rede hidrológica de Emscher, Trabalho, Monumentos Industriais, Habitação e Desenvolvimento Urbano e Programa Social.

1. Estrutura Verde

Com a colaboração das 17 cidades existentes em Emscher, foi desenvolvido o projecto Parque Emscher, que abrange uma área de cerca de 300 quilómetros quadrados, e integra numa estrutura única toda uma rede de zonas verdes existentes e a revitalizar.

Recuperando o conceito de “corredor verde regional” desenvolvido pelo Siedlungsverband Ruhrkohlenbezirk (Sociedade de Habitação do Distrito das Minas de Carvão do Rhur) nos anos 20, o projecto criou uma rede de parques, interligados, com significado a nível Europeu. Foram criados 131 quilómetros de caminhos para peões e bicicletas, reservas naturais, parques “simbólicos” com testemunhos da história da região, parques “descoberta” propícios a vistas alargadas sobre a região, “buffer zones” localizados entre o parque e as zonas urbanas adjacentes com atractivos específicos ao usufruto da população, bem como todo o enquadramento ecológico ao programa de despoluição e requalificação do rio Emscher e seus canais, fundamental ao sucesso deste programa. Apesar do IBA ter terminado em 1999, estima-se que serão necessários mais 30 anos para consolidar todo o processo.

2. Revitalização ecológica da rede hidrológica de Emscher

O rápido crescimento demográfico e industrial do início do século XX conduziu a que os

cerca de 350 km de linhas de água que constituem o essencial da rede hidrológica de Emscher, rapidamente, se transformassem num enorme esgoto a céu aberto.

O IBA promoveu a despoluição e re-naturalização dos riachos, voltando a integrá-los na agora criada estrutura verde, restabelecendo a biodiversidade e fomentando uma nova política ambiental. Apesar de terem sido construídas novas estações de tratamento e redeseenhados novos sistemas de colectores de águas residuais domésticas e de águas pluviais, os municípios são forçados a continuar a reforçar medidas concretas para evitar a poluição dos rios sendo qualquer contaminação rigorosamente quantificada e devidamente compensada monetariamente, e os valores pagos pelos municípios posteriormente aplicados em novas infra-estruturas (Cfr. Hough, 1998:151). Mesmo o cidadão individual paga a água que lança para os sistemas de esgotos, sendo a tarifa calculada com base na área impermeável da sua propriedade determinada a partir de fotografias aéreas.

3. Trabalho

Como já referimos, nesta região, as indústrias coincidiam com o centro dos aglomerados populacionais. O seu encerramento deixou um vazio físico e social que urgia ser preenchido.

O projecto IBA, financiado pelo governo e pela iniciativa privada, desenvolveu nestas áreas centrais cerca de 530 hectares de novas superfícies de comércio, serviços e parques tecnológicos, suportados por instalações privilegiadas em termos ecológicos e arquitectónicos. Estes projectos exemplares, de grande valor simbólico e pedagógico, contribuem não só para a requalificação do contexto físico e ambiental mas também para promover e albergar novas indústrias e negócios. A formação profissional aos desempregados é uma prioridade e estão a ser dados importantes incentivos a novas indústrias que ali se desejem instalar.

4. Monumentos Industriais

As estruturas industriais abandonadas, pela sua dimensão e simbolismo, representam testemunhos arquitectónicos fundamentais do passado industrial da região. Simultaneamente, são referências geográficas importantes na paisagem e na estrutura urbana das cidades.

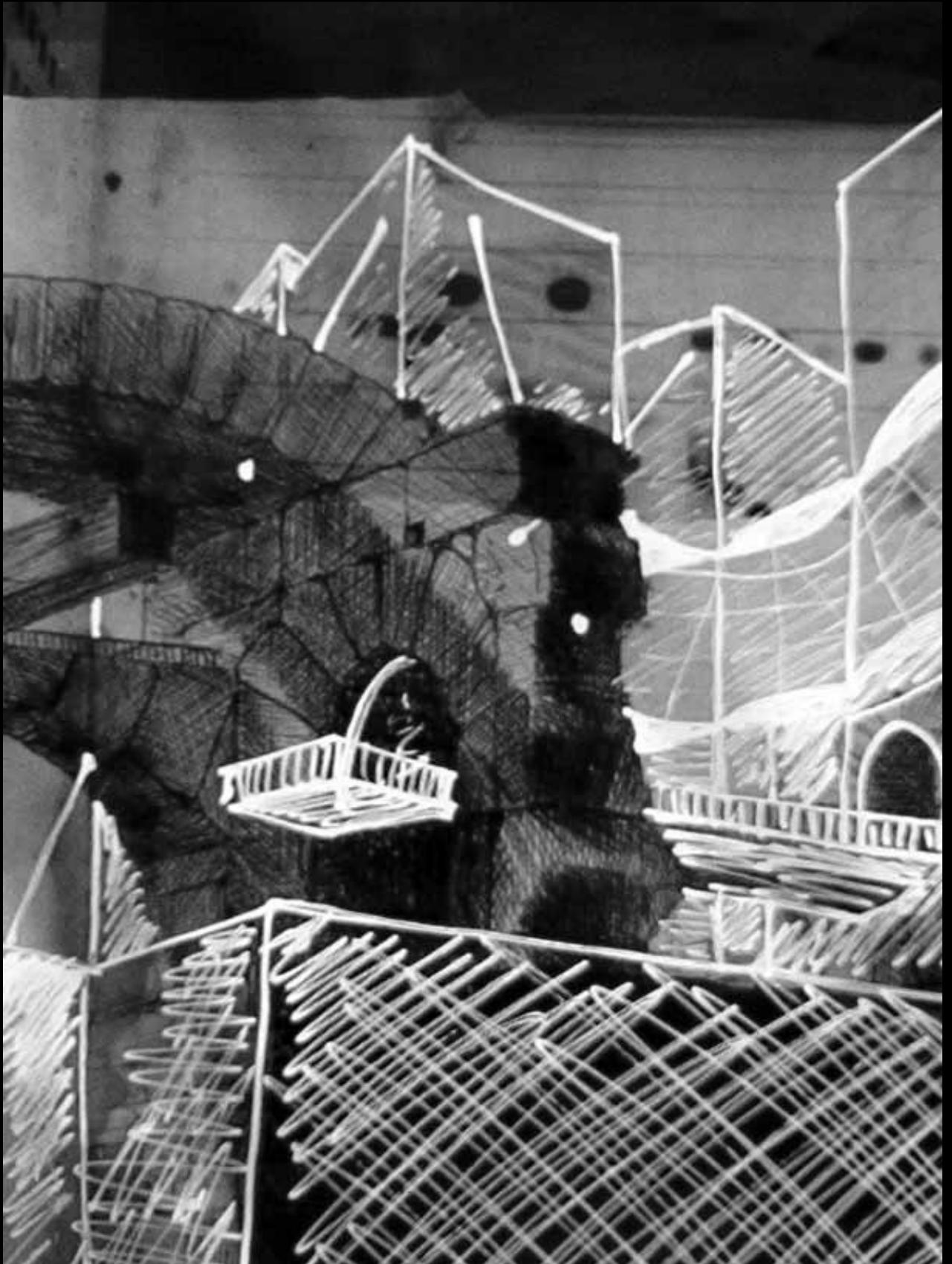


Fig.03 | Estudo de volumes. Cadeira de Composição I.
Autoria Pedro Costa. Novembro de 2003

Assim, no lugar de arrasar estas ruínas industriais, o IBA convidou diversos artistas plásticos internacionais a redescobrirem aqueles espaços, a proporcionarem um novo olhar sobre o existente, a descobrirem novas potencialidades de uma herança que, para o bem ou para o mal, se sabia querer integrar. O maior gasómetro da Europa, o de Oberhausen, transforma-se num teatro, sala de concertos e exposições; a fábrica de aço Thyssen, em Meiderich, transforma-se num importante centro cultural, com salas de concertos, exposições, restaurante, divertimentos para as crianças e habitat de diversas plantas e animais, alguns dos quais em perigo de extinção.

A mina de carvão de Zollverein, em Essen, fundada em 1932 e considerada das maiores minas do mundo, foi abandonada depois do seu encerramento em 1986. Hoje é um dos mais bem sucedidos “monumentos industriais” do IBA, albergando diversos grupos de teatro, um centro de design e um museu.

5. Habitação

Diversos arquitectos e urbanistas internacionais foram chamados a participar no projecto de cerca de 2.500 habitações bem como na requalificação de aproximadamente 3.000 outras. O objectivo foi atingir “[...] standards ecológicos, sociais, arquitectónicos e urbanos de alto nível [...]” (IBA, 1993:s.p.), capazes de, apesar da sua extensão, interligação e abrangência, integrar a especificidade dos deficientes, dos idosos ou das crianças.

Um dos exemplos de intervenção, verificou-se no aglomerado de Welheim, formado no início do século XX com base nos princípios da “cidade jardim” Inglesa, e mantendo-se até hoje com a estrutura urbana original. Convictos da mais-valia que representa preservar a estrutura organizativa deste aglomerado, com mais de 1000 habitações, o IBA, em conjunto com a população, procedeu à recuperação e modernização do interior e exterior dos edifícios, à sua optimização em termos funcionais e

III. Conclusão

Desde os primeiros meses de existência do IBA, foi distribuído aos principais actores da sociedade, bem como à população em geral,

ecológicos, bem como ao aperfeiçoamento de todo o conjunto de infra-estruturas do aglomerado.

Outro exemplo de sucesso foi o de Schun- gelberg em Gelsenkirchen, onde o modelo de cidade jardim, foi desenvolvido apenas parcialmente entre 1903 e 1919. Neste caso o IBA, em colaboração com os residentes e com o apoio da THS, um tipo de Cooperativa Habitacional de Mineiros, promoveu não só a reabilitação das estruturas existentes mas também a conclusão do referido modelo «cidade jardim», dando início à construção de mais 230 habitações, bem como de uma série de equipamentos públicos.

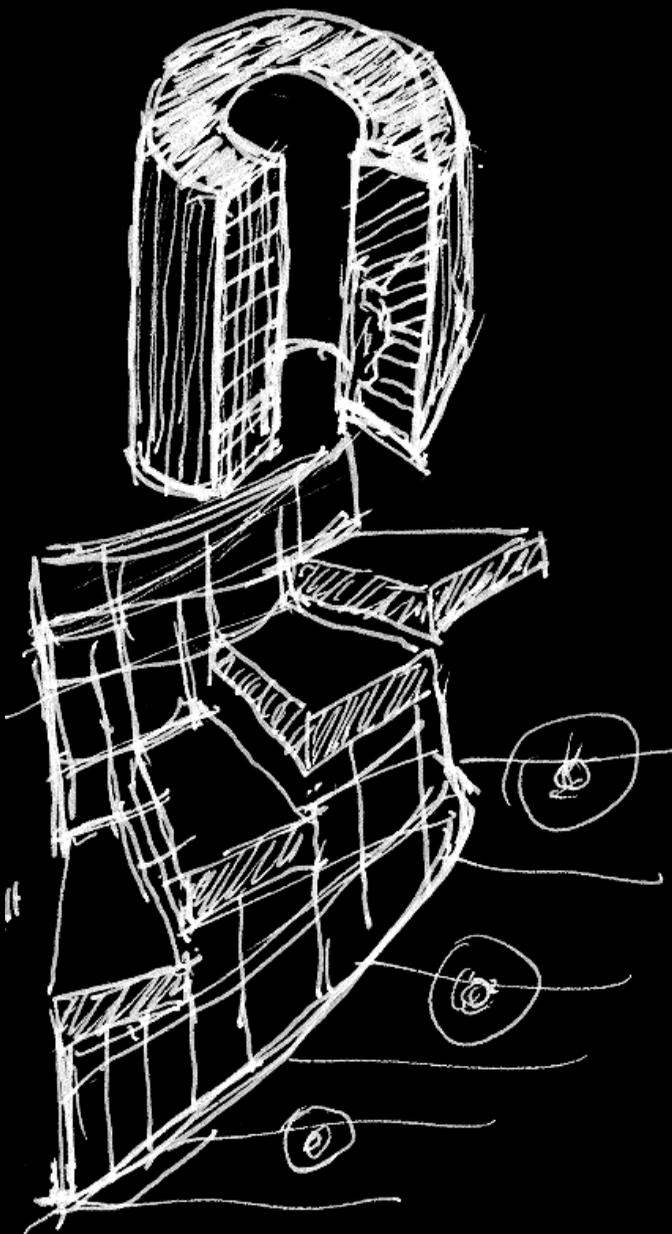
Noutros casos, as famílias mais carenciadas foram encorajadas a aderir ao programa “Construa simples e por si própria”, tendo sido devidamente auxiliadas e orientadas na construção da sua própria casa.

A valorização destes habitats, no seu todo, tornou estes aglomerados novamente competitivos em relação a outras povoações vizinhas.

6. Programa Social

O IBA teve como prioridade a integração da população activa local no desenvolvimento dos seus projectos, constituindo-se não só como bolsa de emprego temporário mas fundamentalmente como agente formador e dinamizador de novas áreas de trabalho; no sentido de criar novas redes de trabalho dentro das comunidades, e simultaneamente fomentar a reciclagem de espaços e edifícios abandonados, foram financiados diversos projectos empresariais locais, independentemente das condições sócias ou culturais dos promotores (cf. IBA, 1999). As condições de financiamento prendem-se fundamentalmente com a adaptação dos projectos ao plano de “Desenvolvimento Regional Integrado”¹ do IBA, nomeadamente no que diz respeito à transformação da estrutura produtiva da região num modelo ecologicamente sustentável.

um documento de 60 páginas a apresentar os princípios fundadores do programa IBA. Alguns slogans faziam o resumo: um país novo,



fundado numa nova cultura; nenhum engano ecológico novo; um desenvolvimento urbano duradouro que obedece a um princípio de circuito fechado – não crescer à superabundância e usar o que existe, sem crescimento, não construir de novo enquanto houver edifícios vagos, investir no centro da região, re-densificar as antigas zonas industriais.

No lugar de defender um modelo de desenvolvimento assente sobre novos traçados, novas manchas de ocupação ou novas áreas funcionais, o IBA apostou na “via indirecta”: aceitar um impacto económico adiado, preparando primeiro o território. A ideia foi tornar atraente o ambiente da região, na esperança de influenciar a economia e a sociedade: “Evitemos planos novos então, defendamos uma estratégia e levemos a cabo somente os projectos que respondem a esta estratégia.” (Ganser, 1996:84.)

O reconhecimento de que o modo como é concebido um edifício ou um lugar específico tem ressonâncias directas no processo de revitalização ambiental, económica ou social de uma região, conduziu este IBA à definição de um dos principais pilares da sua estratégia de planeamento – “Architecture Organizing Urban Planning”.

“Através da qualidade arquitectónica determinada numa base de caso a caso, e moderada por uma autoridade qualificada, nós permitimos o planeamento urbano de baixo para cima.” (Ganser, 1996:84.)

Este princípio, enquadrado por toda uma política de informação e mesmo de propaganda à participação e adesão ao projecto, permitiu o desenvolvimento de diversas experiências exemplares, estrategicamente implantadas no território, capazes de germinar naturalmente, já sem a orientação do IBA, outros novos projectos, permanentemente em readaptação ao tempo e lugar onde se desenvolvem. A ausência do grande plano, rígido, datado e de autor, dá lugar à estratégia:

- Estratégia de envolver a população na aprendizagem do significado histórico da sua região, dos seus dramas e das suas mais-valias, convidando-a a intervir activamente na sua transformação;
- Estratégia de cooperação real e permanente entre economistas, arquitectos, ecologistas,

- artistas, bem como outros saberes, na definição de prioridades e planos de acção;
- Estratégia de integração de uma política de emprego consistente com a abertura a novos compromissos ambientais e sociais;
 - Estratégia de conservação e recuperação dos recursos naturais da região com fins não só ambientais e sociais mas também políticos e económicos;
 - Estratégia de revalorização dos símbolos de presença de uma identidade regional ameaçada.

notas

¹ A estratégia deste programa incide sobre quatro aspectos fundamentais: reutilização de terrenos no sentido de prevenir nova devastação de zonas verdes; manter, modernizar e reutilizar edifícios existentes; incorporar práticas ecológicas tanto nos novos edifícios como na recuperação dos existentes e por fim, transformar a estrutura produtiva da região num modelo ecologicamente sustentável. cf. Ganser, (1996: 78)

Referências Bibliográficas

Beatley, Timothy (2000). *Green Urbanism. Learning from European Cities*. Canadá: Island Press.

Ganser, Karl (1996). *Change Without Growth?* In: *Architektur-Biennale Venedig*, s.p.

Ganser, Karl (2000). *La philosophie et la démarche de l'IBA*. In: *Projet Urbain*, nº21, Setembro: 4-7.

Hough, Michael (1998). *Naturaleza y Ciudad*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA.

IBA (1993). *Examples from an Industrial Region in Transition*. Berlim: IBA Emscher Park.

IBA (1999). *IBA'99 Finale*. Berlim: IBA Emscher Park.

uma casa como eu!
apontamentos dispersos e fragmentos
didáticos sobre aquela a que chamaram a
mais bonita casa do mundo.*

avelino oliveira

docente

universidade fernando pessoa

doutorando na upc - universidade politécnica da catalunha

avoliv@ufp.pt

**este artigo conta com a participação dos discentes Jorge Matos, Carla Jarmelo e João Rosa que referenciaram os apontamentos que serviram de base ao texto e realizaram, com grande propriedade e rigor, os desenhos e as maquetas da Casa Malaparte*

Resumo:

O texto consiste na abordagem a uma obra paradigmática da história recente da arquitetura – a casa do famoso escritor Curzio Malaparte, em Itália, explorando as suas contradições conceptuais subjugadas à ausência de um autor formal, mas absolutamente visíveis no reflexo da criação arquitectónica quando sujeita a uma análise, segundo o ponto de vista do sujeito. Pretende-se também a utilização do material didáctico produzido pelos discentes, e através da réplica de uma obra, desenvolver as reflexões críticas, assumidamente fragmentadas que pretendem lançar pistas para uma ligação entre a história das ideias e a história da Arquitectura e das Artes.

Palavra chave: Autoria, Malaparte, Pele, Construir, Habitar.

Qué es la construcción? Desde el momento en que el hombre abandona la copia directa de la naturaleza y hace a su manera una imagen, sin querer recordar la deformación visual que impone la perspectiva, es decir, desde que se proyecta la idea de una cosa y no la cosa en el espacio mensurable, comienza una certa construcción. (MUNTAÑOLA, 1981: p.51)

I. Autor e autorias

Nasceu e deram-lhe o nome de Kurt Erich Suckert, que mudou bem mais tarde para Malaparte, Curzio Malaparte. Na Itália do século XX, este nome representa um homem de cultura, polivalente, multifacetado e extremamente polémico. Para os arquitectos, o seu nome, está associado à sua casa, Malaparte.

Em Capri, sobre um promontório que se impõe sobre o Mar Mediterrâneo, situa-se a casa que muitos dizem ser a mais bonita do mundo (MUSCHAMP, 1996).

Desde logo devemos sublinhar que esta casa aliena a sua propriedade sobre a arquitectura: não teve arquitecto, o que não quer dizer que não possua autoria. Mais ainda se atendermos, como Pedreirinho (1994:p25) à génese etimológica da palavra, ou seja, ao que realmente significa ser um arquitecto: “[...] O termo arquitecto aplica-se pois a todo aquele que con-



Fig.01 | Localização

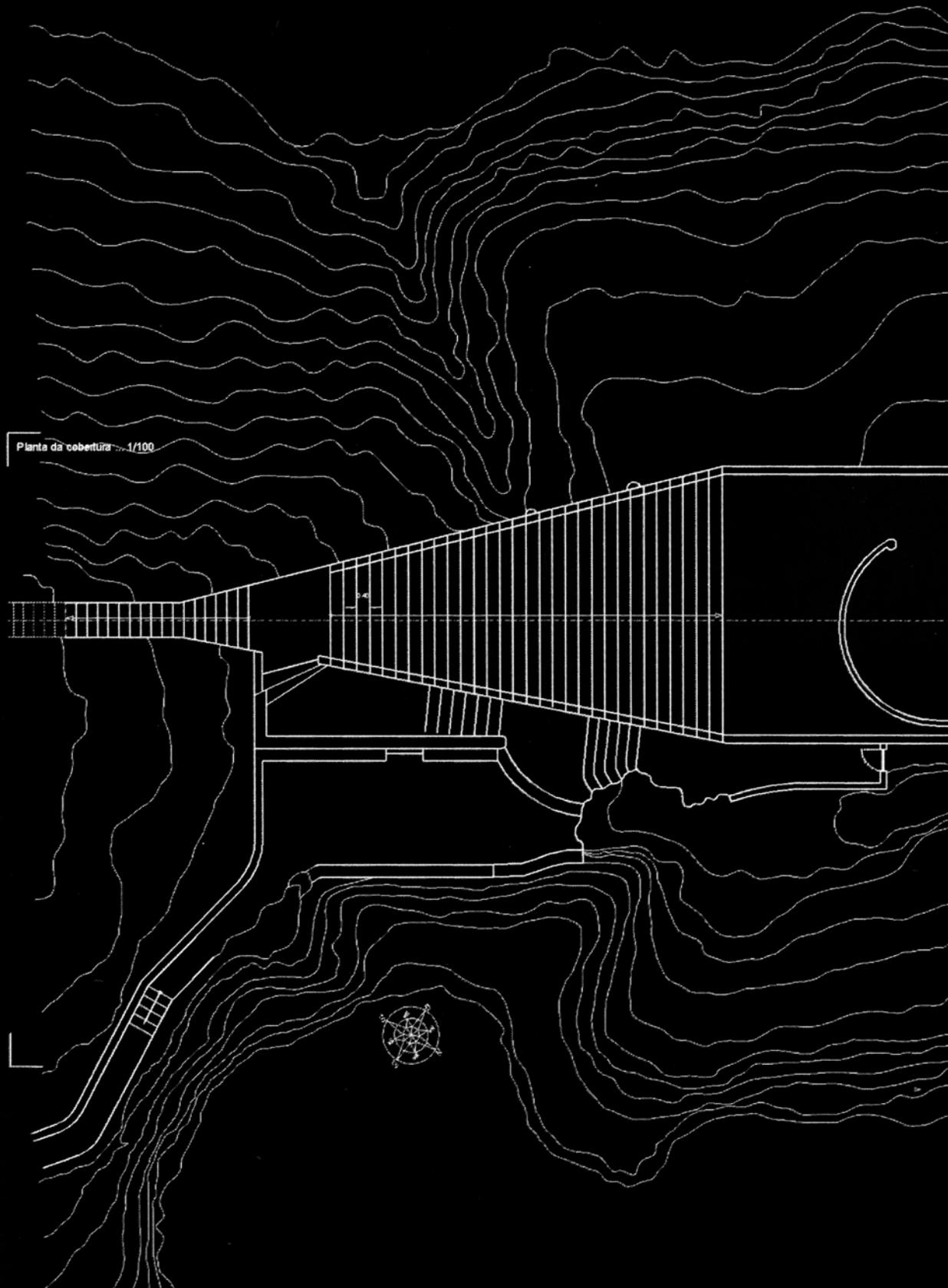
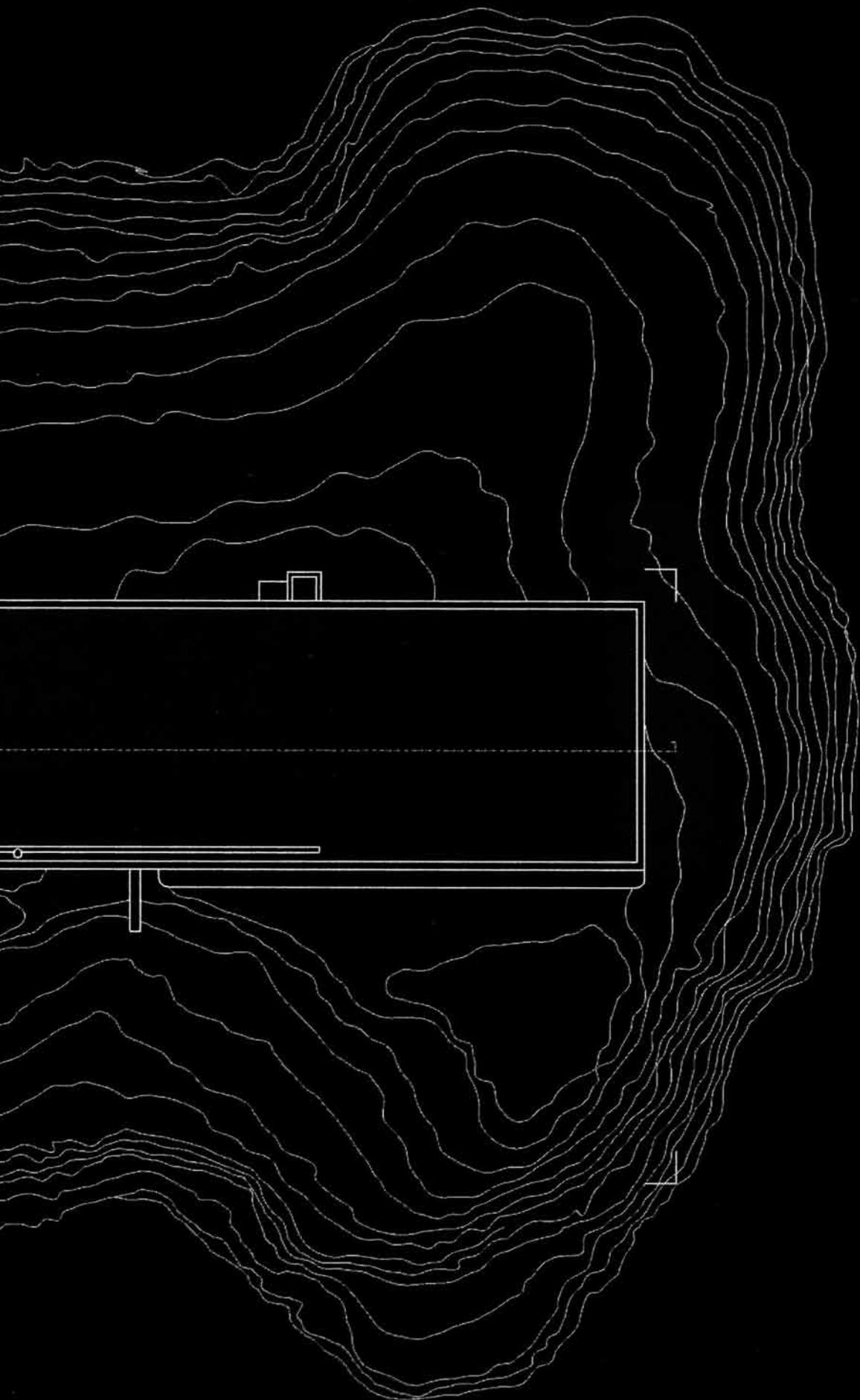


Fig.02 | Implantação. Desenho do trabalho sobre “Casa Malaparte” - Cadeira de Composição I. Autoria: Jorge Matos, Carla Jarmelo e João Rosa. Março de 2004



cebe um edifício, e que ainda que não esteja necessariamente envolvido na sua construção, terá que dominar as técnicas e ser capaz de fornecer as informações necessárias[...].”

Curzio Malaparte não deixou, portanto, à orfandade esta peça de “arquitetura”, e concebeu-a como quem escreveu as suas memórias sobre o penhasco chamado de Massuto.

Na verdade, esta questão impõe-se porque, durante anos, alimentou-se o equívoco de atribuir esta obra a Adalberto Libera. Efetivamente Libera desenhou o necessário para Malaparte obter a licença de construção, após o que, depois das formalidades obtidas, e com o auxílio precioso de Adolfo Amitrano, Mestre-de-Obras local, desenvolveu a sua Casa (BOISSIÈRE, 2001: p119)

Embora a licença de construção da vivenda, num local tão distante da civilização, mas tão perto do mar, tenha sido concedida tão rapidamente – a que não foi alheio o facto de Libera a ter assinado – a construção, por seu lado, demorou anos num processo arrastado e moroso, interrompido por várias alterações.

Para melhor compreendermos a relação do autor com a autoria, é interessante atender ao modo como Curzio descreve a própria habitação, bem como ao seu acto de concepção. O romance “A Pele”, onde o discurso é feito na primeira pessoa e muita da acção se desenrola na própria casa de Malaparte, é a obra que melhor identifica a relação com este tema nas inúmeras referências dispersas pelo livro. Em determinado momento, Malaparte, descreve assim a visita surpresa de um General Alemão que solicitou conhecer a sua casa:

“[...] Acompanhei-o de quarto em quarto por toda a casa, da biblioteca à adega e quando voltamos ao imenso vestíbulo, que tinha as janelas abertas sobre a mais bela paisagem do mundo [...] perguntou-me se eu tinha comprado a casa já feita ou se ela fora projectada e mandada construir por mim. Respondi-lhe – o que não era verdade – que comprara a casa já feita. E com um largo gesto de mão, apontando-lhe a parede a pique de Matromania, os três rochedos gigantes dos Faraglioni, a península do Sorrento, as ilhas das Sereias, as longínquas paragens azuis da linha costeira de Amalfi e, ao longe, o brilho dourado da Costa de Presto, disse-lhe: «eu apenas projectei a paisagem».” (MALAPARTE, s/d: 204-205.)

No projecto da paisagem podemos ler, com evidência, que Malaparte digeriu cada parte da obra, e, como refere MCDONOUGH (2000: 8), concebeu-a como um trabalho literário. Mais tarde, afirmará, que esteve também na sua vontade construir uma auto-representação “un ritratto di pietra”, “una casa come me [...] stricta, dura, severa”. E lembramo-nos, então, de Heidegger (2000) quando na sua abordagem sobre a origem da obra de arte pergunta: “uma estátua em pedra será uma obra de arte ou uma pedra feita em arte?”

As motivações que um arquitecto deve ter quando analisa esta casa não devem ser toldadas pelo rígido contexto corporativo, nem pelo estigma de uma “arquitetura sem arquitecto”, primeiro, porque embora vernacular, como explicaremos à frente, não deixa de se afirmar na modernidade, e segundo, porque esta peça, como elemento, deriva da concepção de um homem que conhece a história das ideias, antigas e contemporâneas e sobre elas escreveu.

Não pretendemos, neste texto, retratar uma anterior visita ao idílico lugar, às suas imediações ou ao contexto geográfico. Não estivemos ali, sozinhos, ou em grupo, percorrendo as abruptas escadas, nem sentindo a paisagem. Esta viagem, pelas nossas palavras é, portanto, também um reconhecimento sobre um lugar com arquitectura. Permitam que, citando livremente Joseph Quetglas, nos lembremos das suas palestras, especialmente sobre a “Ville Savoye”. Sabiamente funde Le Corbusier, a sua vida, as outras obras que fazia em simultâneo, a relação do arquitecto com o casal cliente, nomeadamente Madame Savoye. Mostra-nos a cronologia, o sítio, as fotos originais e a sequência das várias propostas. Adivinhamos, pelas suas palavras, que entendia como mais importante a viagem que nos proporcionava do que a nossa potencial excursão ao lugar e à obra.

É neste pressuposto que nos desafiamos a viajar sobre esta construção, num vôo tangível, se possível quase conceptual, alimentando as dúvidas e as inquietudes que, por vezes, só a arquitectura sabe levantar.



Fig.03 | Alçado Nordeste (detalhe). Desenho do trabalho sobre "Casa Malaparte" - Cadeira de Composição I. Autoria: Jorge Matos, Carla Jarmelo e João Rosa. Março de 2004

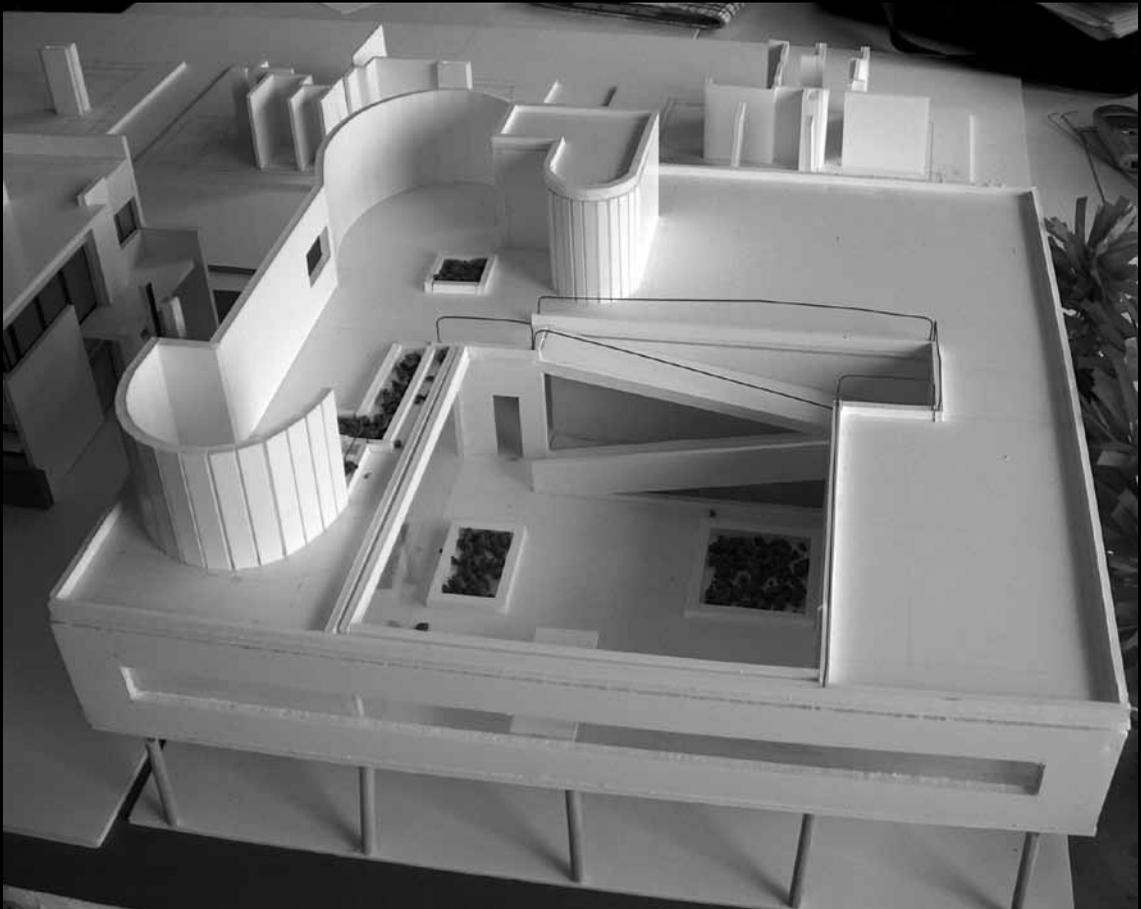


Fig.04 | Fotografia de maquete. Trabalho sobre "Ville Savoye" - Cadeira de Composição I. Autoria: Abel Silva, José Marques Jorge, José Paulo Loureiro e José Paulo Medeiros

II. Construir pertence ao habitar?

Esta casa, licenciada por Libera, mas projectada por Malaparte, é, portanto, um exemplo paradigmático na história da arquitectura doméstica, atendendo à situação da moradia, à beira duma escarpa e à vontade do cliente/autor em concretizar o seu ideal de habitação.

Estendida por 28 compridos metros e rematada dentro dos pouco mais de seis metros e meio, esta construção apresenta-se como um bloco talhado no penhasco. Com três pisos diferenciados, adaptados à topografia, o volume dá origem a uma casa. Malaparte chamou ao edifício “casa como eu”, convidando à perpétua especulação sobre o que quereria dizer com isso. Referia-se a ela como a “imagem da sua nostalgia”. Tal como Iñaki Abalos (2002: 93) referindo-se à “*Casa Femenológica*” perguntamos: “Quem é o sujeito que habita esta ideia de casa? Como constrói a sua forma de habitar?”

As respostas não são descobertas iluminadas, nem tão pouco uma descodificação da problemática Heideggeriana “[...]capaz de anular a hegemónica constituição do objectivismo positivista”(Cf. ABALOS, 2002: 93)

No entanto, transportam-nos para dentro de uma casa que é ela mesmo um conceito; Que é ela mesmo um sujeito.

Esse sujeito é Malaparte, homem de variadas actividades, desde ensaísta a realizador cinematográfico. Façamos um breve aponta-

mento biográfico para dizer que desde os dezasseis anos, quando fugiu do Colégio para se alistar nos voluntários Garibaldinos, antes de Itália ter entrada em guerra (Cf. César em prefácio de “A Pele”, s/d: 8), nunca mais abrandou a sua preenchida actividade. Foi soldado, correspondente de guerra, actor, novelista, poeta, realizador, compositor, jornalista, prisioneiro e figura política. Foi conotado politicamente com Mussolini e Estaline mas criticou Hitler. Teve ainda tempo para, no fim da sua vida, admirar Mao Tsé Tung. Uma riqueza em que este homem contraditório, mas de cultura, junta simultaneamente, a sua determinação fascista, comunista e Maoista.

Esteve, compreende-se neste contexto, inúmeras vezes exilado e preso, fruto das suas posições extremistas. Por isso e pela paixão que aplicou em tudo o que fez, deixa uma obra muito interessante, onde entre outros escritos destacam-se *Kaputt*, *O Volga Nasce na Europa*, *Técnica do Golpe de Estado*, *Revolta dos Santos Malditos*, *A Inteligência de Lenine*, *A Pele*, entre outros.

Disse-nos também que a sua casa é o retrato em pedra que nos deixou, e hoje deve ser, para nós e para a arquitectura, indissociável que mais do que um ícone arquitectónico, Malaparte constituiu, também, naquelas paredes, o seu manifesto político e uma obra literária – a sua autobiografia (Cf. Architecture, 2000)

III. Clausura em liberdade

Aquele volume aguçado de cor avermelhada que retemos, espécie de postal ilustrado da casa, pouco tem de gratuito.

Desde logo porque a cor marca o objecto. Não imaginamos a casa de outra cor, ou se o fazemos, erramos, pois o autor Malaparte, fala-nos da cor, daquela cor. E é como se descrevesse a “pele” da sua casa, enquanto descrevia (MALAPARTE, s/d: 123) o muro do pátio da “*Capella Vecchia*”:

“[...] da cor vermelha das casas de Herculano e de Pompeia, aquela cor a que os pintores napolitanos chamam o vermelho-bobónico. Os anos, a chuva, o sol e o abandono fatigam e adoçam esse vermelho vivo, dando-lhe a cor da carne, aqui rósea, além clara, mais além transpa-

rente como uma mão diante da chama de uma vela.” (MALAPARTE, s/d: 123)

A sua cobertura é o Pátio nu e vermelho-bobónico, como o resto das paredes exteriores – onde Curzio vagueava de bicicleta, importunado por olhares indiscretos. Para evitar os *voyeurs* criou a excepção, uma parede branca que parece nascer da casa e curvar como uma simbólica onda, o que demonstra a vontade de Malaparte em fazer da sua obra um barco encachado, como se houvesse descoberto vestígios de uma embarcação nas obras que fez no penhasco (Cf. MCDONOUGH, 2000: 9), Na verdade este ondulante plano encima o volume e agrada. Se Malaparte viu o “solário” de Corbusier em Poissy, ou foi inspirado na vela

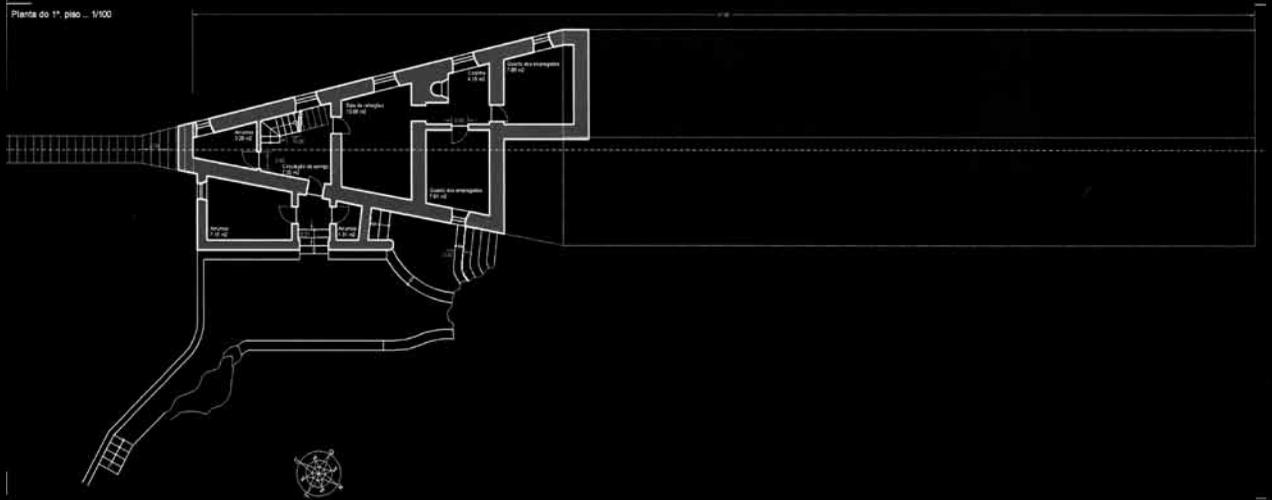


Fig.05

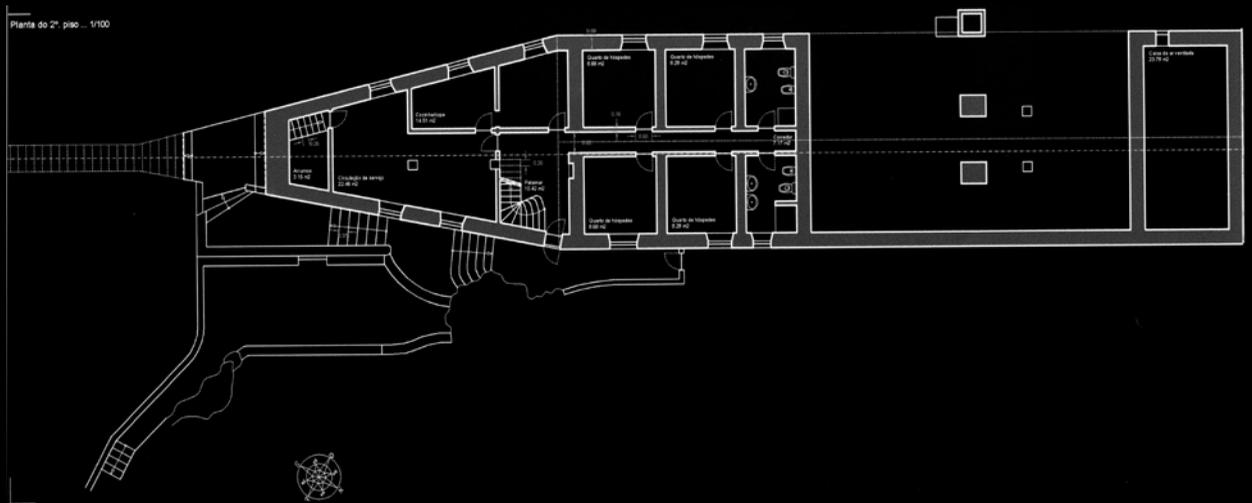


Fig.06

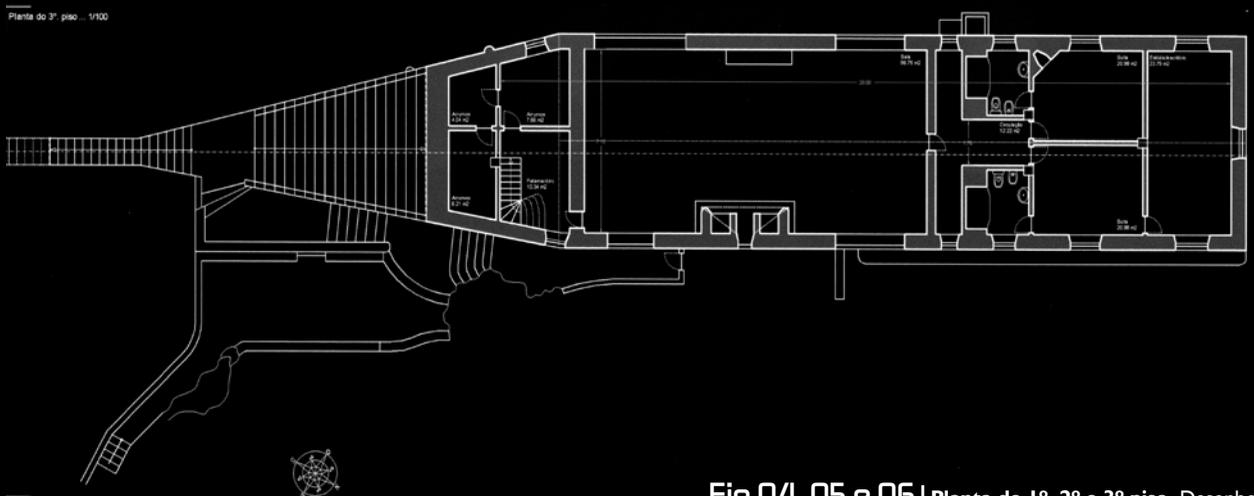


Fig.07

Fig.04, 05 e 06 | Planta do 1º, 2º e 3º piso. Desenhos do trabalho sobre "Casa Malaparte" - Cadeira de Composição I. Autoria: Jorge Matos, Carla Jarmelo e João Rosa. Março de 2004

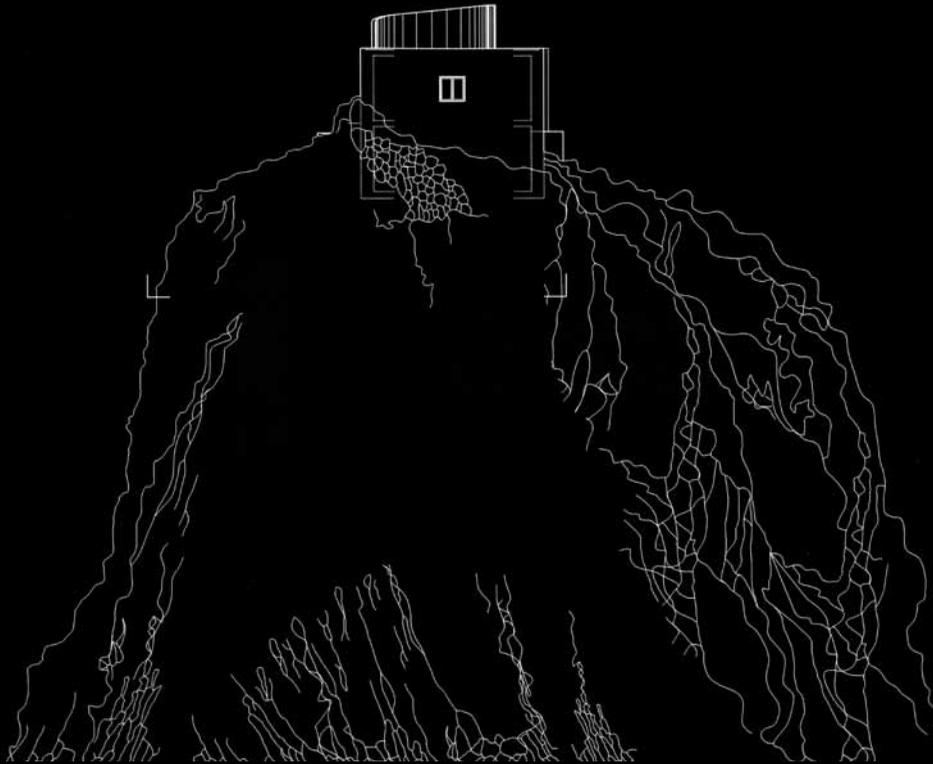


Fig.08 | Alçado Noroeste. Desenho do trabalho sobre “Casa Malaparte” - Cadeira de Composição I.
A autoria: Jorge Matos, Carla Jarmelo e João Rosa. Março de 2004

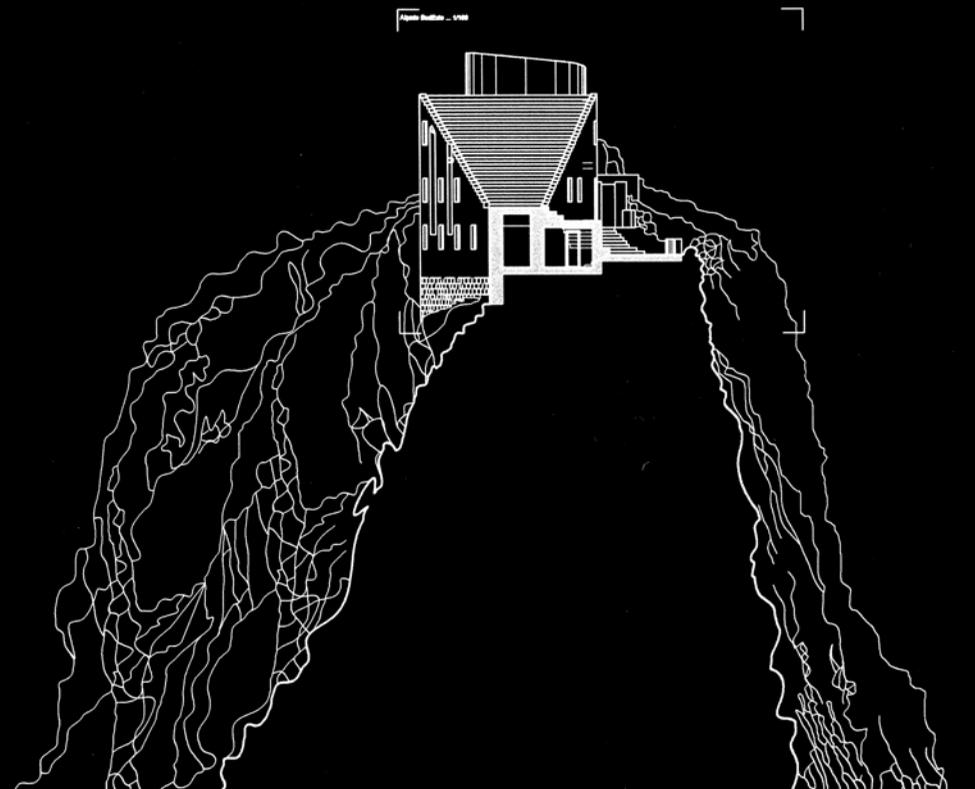


Fig.09 | Alçado Sudeste. Desenho do trabalho sobre “Casa Malaparte” - Cadeira de Composição I.
A autoria: Jorge Matos, Carla Jarmelo e João Rosa. Março de 2004



Fig.10 | Corte longitudinal e alçado Sudoeste. Desenho do trabalho sobre “Casa Malaparte” - Cadeira de Composição I.
Autoria: Jorge Matos, Carla Jarmelo e João Rosa. Março de 2004

de um barco, a verdade é que o pátio só passou a sê-lo com este elemento tardio e “acrescentado”. Aqui, a cor branca deste plano reforça a ideia que Malaparte não quis misturá-lo com o volume – cedeu-lhe a autonomia.

Para aceder ao terraço da casa observamos uma escadaria, irregular, que afunila em direcção à entrada. Este acesso único, com extensos degraus, parece substituir artificialmente o rochoso e acidental cume existente.

A entrada real da casa é uma espécie de descoberta; conduz-nos lateralmente pela encosta nascente, onde descobrimos uma porta, quase banal, entre a subida e a descida de três lanços de escada. Indagamos se essa entrada não será uma “segunda porta”, uma ruptura epistemológica proposta por Malaparte, que a dissimula com a sua cobertura e depois nos obriga a conhecer o caminho para penetrar no edifício. No entanto, aquele espaço é também a área onde projectou a cota mais baixa do edifício. Provavelmente é, tão só, o resultado de uma opção mais cómoda.

Mcdonough assinala a escada do terraço como uma memória, uma reposição da imagem que a janela do cativo de Malaparte tinha sobre o adro da Igreja de Lipari. Esta curiosa e quase subconsciente teoria não invalida que o enigmático perfil seja o resultado de uma gestação original, provavelmente empírica, que o autor foi modelando. Fixemos, no entanto, a relação idiossincrática com a prisão de Malaparte, cuja origem provém das próprias palavras de Malaparte.

“Repousa sozinha no topo de um rochedo vertical mesmo sobre o mar: uma casa sombria, uma imagem de uma prisão. Esta é a imagem da minha nostalgia. Talvez então, eu nunca tenha querido escapar da prisão. O que uma pessoa necessita realmente, não é viver livremente em liberdade, mas sim livremente na prisão.”(MALAPARTE, s/d: 233)

No piso de entrada, a casa tem janelas como pinturas, faz da paisagem a sua decoração, como algo tangível, longínquo. As molduras escuras e reforçadas aumentam a proporção da janela como elemento de comunicação – visão e percepção. Cada espaço tem o seu carácter e a sua fronteira, não há diluição.

O piso configura-se em três partes distintas. A primeira serve pequenos compartimentos, que, sob a escadaria do pátio, deveriam definir funções variadas. Desta secção passamos uma estreita porta, como aliás quase todas nesta casa, e entramos no espaço central, marcado como a grande “sala de estar” no meio do edifício (que Malaparte chama “grande vestíbulo” em “A Pele”). Este espaço funciona como o lugar espiritual, onde se aglomeram todos os elementos essenciais. O fogo, que mais uma vez através da transparência, concebe uma lareira com um vidro a delimitar o seu fundo, e, deixa ver o Mar e a encosta rochosa. Esta lareira colocada irregularmente no meio da parede nascente organiza as quatro grandes janelas, emolduradas em caixilhos de madeira escura pelo interior, que nos quatro cantos do espaço desenham a paisagem que Malaparte diz ter projectado.

A Sul acrescentam-se nesta planta mais cinco compartimentos, sendo dois deles o respectivo banho dos dois quartos que se colocam simetricamente dispostos sobre o eixo longitudinal; cada quarto com a sua singela janela, ora a nascente, ora a poente. A culminar o edifício situa-se o estúdio/biblioteca de Malaparte, cujo acesso único pelo quarto transmite o carácter duma caixa de Pandora em que as estreitas portas de sessenta centímetros – reflexos prováveis desse contexto prisional que se retrata na obra – deixam descobrir. Esta biblioteca possui nas suas três fachadas idênticas fenestração de igual tamanho, com relevo para a janela sul que singularmente ocupa a fachada exterior do edifício – axial e regular.

O piso inferior tem um acesso directo da entrada, através de uma escada em L, que divide a zona de serviços, cozinha, copa e circulação dos quatro pequenos quartos de janelas gradeadas que se ofereciam aos hóspedes. Assinale-se o corredor central, a modelação regular dos espaços e o ritmo das portas interiores meticulosamente orientadas e ordenadas.

Os quartos de hóspedes são o reflexo de uma memória existencial, retratada nesta casa como uma experiência do autor/dono. Fundindo a casa com ele, onde as grades do quarto de hóspedes representam a teatralidade de uma experiência espacial, como se uma prisão pudesse também ela ser a hospitaleira recep-

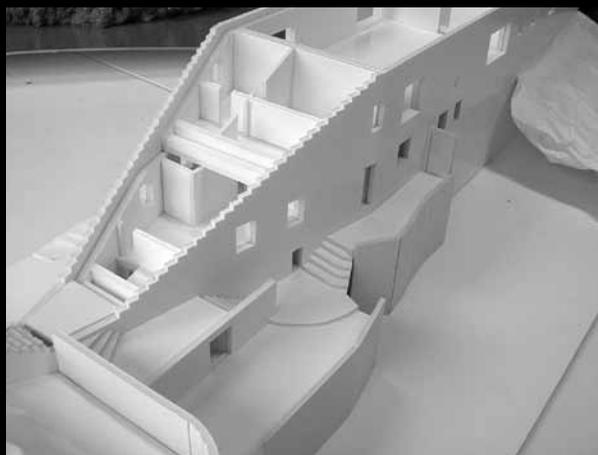


Fig.11



Fig.12

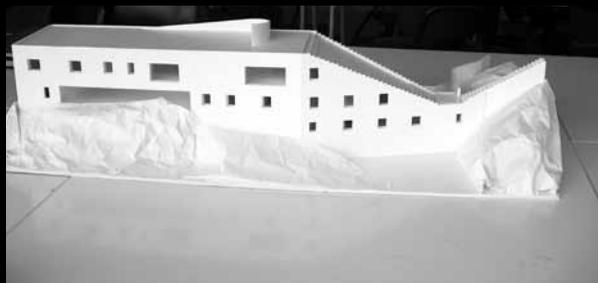


Fig.13



Fig. 14



Fig.15

Fig. 11, 12 13, 14 e 15 | Fotografias de maquetas de estudo.
Trabalho sobre "Casa Malaparte" - Cadeira de Composição I. Autoria:
Jorge Matos, Carla Jarmelo e João Rosa. Março de 2004

ção de um abrigo, de um lugar especial, esmagado pelo peso da natureza que o rodeia.

A área deste piso é aproximadamente metade da do piso superior. Na verdade a configuração do acidentado cume rochoso terá obrigado a esta configuração, onde, a modelação do terreno desenhou um perfil encastrado

IV. Fragmentos

Não conseguimos ver o Mediterrâneo nesta casa, embora ele esteja mesmo ali. A imposição monolítica do volume sobre o forte penhasco não nos remete, nem por instantes, para as acolhedoras e simpaticamente vernáculas edificações da Costa Mediterrânica. Sem pátios ou escadarias, pérgolas afundadas em colorida vegetação, sem sequer as paredes reluzentes da luz forte e do calor regional. A escala do objecto arquitectónico é também ela anunciadora de um modernismo que não sabemos classificar. Os panos definidos das suas paredes exteriores estão implícitos na vontade de identificar a peça com um volume – uma forma. Ausente nos detalhes mostra apenas as aberturas como elas são – orifícios na massa do objecto – selectivos rasgos que se constroem de dentro para fora.

Deste modo, não seria desproporcionado admitir as contaminações racionalistas que Libera deixou neste projecto, vertendo as raízes de uma linguagem moderna, e que Malaparte, implícita ou conscientemente absorveu.

Poderíamos também dizer, pelos registos que o autor deixou dos seus pensamentos relativos à obra de arquitectura, que esta casa não se dissocia daquele penhasco, daquela paisagem, de Capri e de Nápoles. Então, por este ou por muitos mais motivos poderíamos dizer que, a casa, se enquadra no Regionalismo de Mumford, interligando-se com o sítio e comungando com o lugar num diálogo existencial. Relação com o lugar! A questão está em saber qual *lugar*?

Umberto Eco (1999: 15) disse “que el objeto arquitectónico pode denotar la función o connotar otras cosas [...] desde esta perspectiva la calificación de “función” se extiende a todas las finalidades comunicativas de un objeto, dado que en la vida asociativa las connotaciones “simbólicas” del objeto útil no son menos útiles que sus detonaciones funcionales. Resulta evidente que las connotaciones simbólicas se consideran funcionales no solamente en sentido metafórico,

no terreno, segundo os patamares interiores não perceptíveis do exterior.

Finalmente o piso de menor cota, com um acesso individualizado na fachada nascente e um pequeno terraço, servirá a zona de empregados e serviços.

sino también porque comunican una utilidad social del objeto que no se identifica inmediatamente con la función en sentido estricto.”

A nós, intrusos, distantes observadores, existem dois momentos que imprimem um carácter antagónico às entranhas desta casa. Por um lado o romance que Malaparte constrói – “A Pele” - onde o lugar e os acontecimentos da Segunda Guerra nos transportam para uma vivência conceptual, introspectiva de enquadramento histórico. Por outro lado a imagem sensual de Brigitte Bardot, actriz do filme – “Le Mépris”, rodado em Capri, nesta casa, por Jean-Luc Godard e baseado no romance do mesmo nome de Alberto Morávia. Godard filmou-o, em 1963, revelando também ele uma interessante apetência para os espaços arquitectónicos. Morávia foi o guionista, Godard contracenou com Bardot, Jack Palance e Fritz Lang, que representa o papel dele mesmo.

Estes dois universos distintos que se entrecruzam no mesmo espaço, o nosso imaginário contemporâneo da Casa Malaparte – representam no romance de Curzio a fusão profunda do habitante com o habitat, e, no filme a capacidade cénica que o lugar transporta sempre, independentemente do seu significado.

Para melhor esclarecer esta ideia permitam-nos uma analogia contemporânea. Será possível, quanto a nós, estabelecer um paralelismo desta obra com as bem recentes Termas de Valls da autoria do arquitecto suíço Peter Zumthor. Sem um programa equivalente, unem-se nas palavras do seu autor (ZUMTHOR, 2001: 156) ao descrever a sua própria obra na pequena povoação de Valls: “[...]o novo edifício parece ter estado sempre ali” diz o arquitecto e reforça sobre o conjunto da intervenção e a sua ligação ao aglomerado urbano, “[...]parecem fazer parte de um uni-



Fig.16 | Imagem Fritz Lang com Jean-Luc Godard e Brigitte Bardot em rodagem do filme “Le Mépris” - Capri 1963



Fig.17 | Imagem Brigitte Bardot em rodagem do filme “Le Mépris” - Capri 1963

versal e provavelmente profundo património arcaico”.

Esta comparação, díspar no tempo e nos seus protagonistas, personifica a ideia que procuramos sublinhar na nova crítica à arquitectura, nos novos paradigmas que tão frondosamente se avisam. Afinal é tão simples encontrar contactos subliminares, étereos, desclassificados de estilos ou modas, que na Malaparte, como felizmente em outras obras, nos conseguem inquietar.

Em conclusão, poder-se-á questionar o interesse em escrever alguns apontamentos sobre uma casa tão estudada. Mais ainda quando tantos arquitectos, críticos e cronistas, já enquadraram a peça de arquitectura no panorama internacional e histórico da arquitectura.

No entanto, acreditamos que hoje, como sempre, os arquitectos devem preocupar-se com as suas referências e reescrever os traços da sua gramática, tantas vezes quantas aquelas em que inicia um novo risco de um igualmente novo projecto. De cada vez que o faz, desperta na criação um desejo indómito de transmitir um significado às coisas. Até porque, na maior parte das vezes, a arquitectura provém de um homem com ideias, como outro qualquer.

Revisitar Malaparte, Wright, Corbusier ou Aalto, entre muitos mais que omito por falta de tempo e espaço, faz sempre sentido se em cada episódio desse retorno se conquista uma nova abordagem, se possível cada vez mais directa.

Fazendo uma análise despreziosa, objectivamente didáctica, diremos outra vez que a casa Malaparte assenta num esguio terreno rochoso. A frágil base dá lugar a uma sólida peça de arquitectura encastrada na paisagem, onde o carácter isolado da casa compõe-se através de uma teatral escadaria, de uma cor significativa, duma parede em movimento e de várias janelas dispersas, umas maiores outras mais recatadas, realizando a sua função – iluminar. Provavelmente esta gramática forma, também, um conjunto que transporta os reflexos de uma linguagem vernacular, o que esvazia os argumentos dos críticos que a quiseram rotular de inequivocamente moderna, sem sucesso.

E se numa primeira visão esta obra se declara idílica, paradisíaca, ela é, afinal, tão complexa como a construção que a ergue, ou o processo criativo que a concebeu.

Como Heidegger (2000) e os sapatos de Van Gogh, trilhamos os caminhos da nossa imaginação e o objecto mostra-se como a casa de alguém, no seu sentido real e não-real. Compreendendo-a vivemos um pouco mais, para lá da vitruviana essência da arquitectura:

“Porque construir não é somente um meio e um caminho para o habitar, o construir já é em si mesmo o próprio habitar. Quem nos disse isto? Quem é que nos pode nos dar uma medida com a qual possamos medir de um lado ao outro a essência de habitar e construir?”(HEIDEGGER, 1994: 25)

Bibliografia:

ÁBALOS, Iñaki (2002), *La Buena Vida – visita guiada a las casa de la modernidad*, Barcelona: ed. Gustavo Gili, Barcelona.

BENEVOLO, Leonardo (1994), *Historia de la Arquitectura Moderna*, Barcelona: ed. Gustavo Gili, 6ªed.

BOISSIÈRE, Olivier (2001) *Casas do Século XX*, Itália: ed. Livro e Livros.

CORNOLDI, Adriano (1999) *La Arquitectura de la Vivienda Unifamiliar – Manual del espacio domestico* Barcelona: ed. GG.

DUNSTER, David (1994) *100 Casas Unifamiliares de la Arquitectura del Siglo XX* México: ed. Gustavo Gili.

ECO, Umberto (1999), *La Estructura Ausente. Introducción a la Semiótica*, Barcelona: Editorial Lumen.

ETLIN, Richard A. (1991), *Modernism in Italian Architecture 1890-1940*, London: MIT press Cambridge, Massachusetts.

FRAMPTON, Keneth (1990), *Modern Architecture – a critical history*, London: ed. World of art, 3ª ed.

HEIDEGGER, Martin,(2000) *A Origem da Obra de Arte*. Lisboa: ed. Edições 70.

HEIDEGGER, Martin (1994) *Construir, Habitar, Pensar*, Ed. Serbal, Barcelona, 1994.

MALAPARTE, Curzio (s/d), *A Pele*, Lisboa: ed. Livros do Brasil.

MCDONOUGH, Michael (2000) *Malaparte: A House Like Me*, New York: ed. Clarkson Potter/Publishers.

MUNTAÑOLA, Josep (1981), *Poética y Arquitectura – Una lectura de la arquitectura postmoderna*, Barcelona: Editorial Anagrama.

PEDREIRINHO, J. Manuel (1994), *Dicionário dos Arquitectos activos em Portugal – do século I à actualidade*, Porto: ed. Afrontamento:

ZUMPTHOR, Peter (2001), *Peter Zumthor works – Buildings and Projects 1979-97*, Basel: ed. Birkhäuser.

uma reflexão sobre as dimensões
das estradas nacionais
...a propósito da «cidade difusa»

sara sucena

arquitecta, doutoranda na etsab - upc
mestre assistente, faculdade de ciência e tecnologia,
universidade fernando pessoa

ssg@ufp.pt

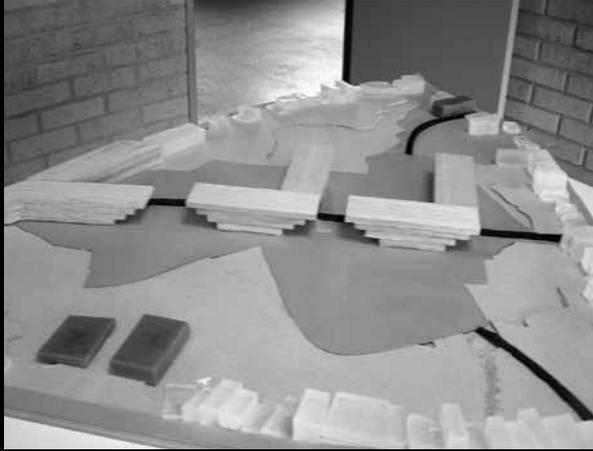


Fig.01 | Fotografia de maquete. Cadeira de Composição I.
Autoria: Tiago Lima. Janeiro 2004.



Fig.02 | Fotografia de maquete. Cadeira de Composição I.
Autoria: Paulo Santos. Janeiro 2004.



Fig.03 | Fotografia de maquete. Cadeira de Composição I.
Autoria: Anabela Moreira. Janeiro 2004.

Resumo

O texto propõe uma reflexão sobre a forma física da «cidade difusa» a partir da observação das Estradas Nacionais, enquanto eixo original e primordialmente de conexão viária, que a passagem do tempo e as novas formas de entendimento e de organização no espaço territorial vieram a revelar como suporte de urbanização. A falta de reconhecimento dos princípios que estruturam essa construção no território que lhe é adjacente constitui o mote para uma analogia crítica entre Rua e Estrada perspectivada segundo três dimensões espaciais: longitudinal, transversal e relacional.

Palavras-chave: Dimensões espaciais, Mudança, Escala, (Des)Ordem, Significado

I. Premissas de reflexão

Los cambios decisivos se producen cuando cambia nuestra mirada sobre las cosas. (Bru, 1997:7)

As cidades já não são hoje as cidades que nos habituámos a designar como tal. Actualmente o território de urbanização circunscrita a núcleos mais ou menos vastos onde reconhecíamos o centro ou os centros em torno dos quais se organizavam espaços que o tempo consolidou como uma entidade feita de partes agregadas e relacionadas como um sistema, onde era igualmente possível reconhecer a(s) periferia(s) e os mais ou menos directamente conectados subúrbios, já não existe. Actualmente a urbanização estende-se para além destes núcleos urbanos numa continuidade edificada que esbate os conceitos que antes estruturavam a nossa relação com o território ou com a imagem desse território; não apenas o espaço da cidade se tornou difícil de delimitar, como o rural, o campo, que tradicionalmente sempre se lhe opôs, perdeu a capacidade de se prefigurar pelo domínio da natureza, do não construído, ou talvez mais correctamente, pelo domínio do não edificado.

O acto de pensar no espaço urbano para além da cidade consolidada, sob o ponto de vista da sua configuração física, leva-nos inevitavelmente ao exercício de questionar os elementos que a constituem. Referimo-nos aos elementos morfológicos urbanos (Lamas, 1993), mas não isoladamente; antes, à sua in-

terligação, ao modo como se articulam, como se posicionam, uns relativamente aos outros, e à forma espacial bi e tridimensional que disso resulta.

Sem pretendermos enveredar por questões ideológicas ou assumpções críticas valorativas que contrapõem como antíteses a cidade do século XIX e a cidade Moderna, resultante da transposição dos princípios de organização urbana enunciados na Carta de Atenas (1933), quanto às primeiras; e que contrapõem como opostos a cidade, (por definição) o espaço da qualidade urbana, à periferia, o espaço desagregado, sem identidade formal ou simbólica, quanto às segundas, optamos pela perspectiva da *descoberta*. Colocamo-nos na posição de leitor, informado mas não preconceituoso, que procura *desmontar* o objecto a partir de critérios objectivos, de premissas interactivas que se testam e alimentam da e na realidade concreta.

O suporte geográfico de observação que elegemos situa-se para além do sistema «cidade-periferia» subjacente ao parágrafo anterior. Enquadra-se na designada «cidade difusa», uma entidade que transcende fronteiras administrativas municipais, metropolitanas e até nacionais, para se configurar, de acordo com lógicas organizacionais e estruturais próprias, como um sistema urbano territorial, pluri-direccional, que engloba *indiferentemente* (várias) cidades e periferias, os seus subúrbios e o campo entre elas (Dematteis, 1998). No espaço desta cidade *sem centro* ou multi-centrada detemo-nos perante um determinado tipo de vias – as Estradas Nacionais – funcionalmente comprometidas, nos dias de hoje, entre o papel de Rua e de Estrada e centramo-nos, para além do espaço-canal, no território, mais ou

II. Rua, Estrada e urbanização

A percepção da utilização da Estrada como elemento linear que organiza a edificação dos terrenos envolventes sugere-nos a analogia com a Rua da cidade tradicional. Pesem embora as diferentes formalizações que hoje nos levam a distinguir o espaço urbano do passado do espaço urbano do presente, há quem entenda a alteração dos cenários onde hoje nos movemos como o resultado de uma evolução em

menos construído, mais ou menos edificado, que as margina.

Fundamentalmente o que está em causa é o espaço público, o significado do *vazio* construído, pré-determinado e/ou resultante de apropriações originalmente não previstas. Neste sentido, via e urbanização perspectivam-se em conjunto e reflectem-se segundo três dimensões, tal como Anna Moretti (1996:14-5) as define: a longitudinal que “[...] percorre o espaço e transporta e troca objectos sobre o qual se deslocam veículos [...]”, a transversal “[...] a secção do canal, (...) secções construídas e estratificações históricas e sociais [...]” e a relacional decorrente de “[...] regras inscritas no território (de reconhecimento), identificadas por projectos ou planos urbanísticos (de contexto) ou estabelecidas por práticas de uso (de significado) [...]”.

A consideração simultânea destas três dimensões, seja numa perspectiva analítica, seja de projecto, impõe a infra-estrutura viária como espaço de grande complexidade; uma complexidade que parece globalmente assumida na cidade tradicional, onde, diferentemente privilegiadas ao longo do tempo, as várias dimensões foram estratificando e sedimentando o espaço (público e privado), moldando-o segundo articulações que hoje reconhecemos qualitativas e referenciais, reflexo de vivências que se suportam nessa pluridireccionalidade, que lhe conferem e dela retiram o(s) seu(s) sentido(s). Quando, pelo contrário, abordamos a «cidade difusa» tentando para esta transpor o mesmo ponto de vista de articulação entre espaço público e privado como fonte de riqueza vivencial, deparamo-nos, ainda que conscientes das diferentes premissas que estruturam esta realidade, com uma grande indefinição.

continuidade (pelo menos) histórica. De algum modo é possível associar a realidade da «cidade difusa» com o *simples* aumento de escala territorial decorrente de recentes paradigmas de mobilidade que possibilitam e incentivam a relocalização industrial e habitacional para além das congestionadas áreas centrais, num processo semelhante ao que, no final do século XIX, sustentou e se traduziu no desenvolvimento das periferias urbanas (Monclús, 1998).



Fig.04 | Fotografia de maquete. Cadeira de Composição I.
Autoria: Miguel Ribeiro. Janeiro 2004.

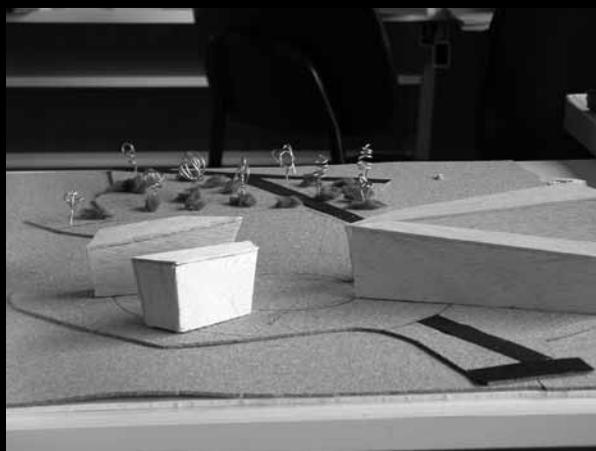


Fig.05 | Fotografia de maquete. Cadeira de Composição I.
Autoria: Anabela Moreira. Janeiro 2004.



Fig.06 | Fotografia de maquete. Cadeira de Atelier II.
Autoria: Joana Sousa. Junho 2003.

Aceitando esta perspectiva como uma das possíveis interpretações da «cidade difusa», a mesma permite-nos, num raciocínio elementar, extrapolar parâmetros de leitura desde a cidade tradicional para a cidade território, sobrepassando a *cidade periférica*. Neste sentido, Rua e Estrada aproximam-se favorecendo a transposição relativa das dimensões espaciais em particular da primeira, tida como referencial de qualidade, para a segunda, onde esta é tida como inexistente.

Claramente a reflexão empreendida assenta o seu pressuposto essencial na evidência histórica da Rua como motor privilegiado da urbanização, a partir da qual se estabelecem regras, espontâneas ou impostas, a que a edificação deve obedecer. Estas regras, sendo decorrentes do papel de acesso conferido ao canal e de outros, que por vezes se privilegiam, ligados ao carácter simbólico, expressão de comunidades e actividades, representativo de imagens políticas, institucionais, hierárquicas, ligados a preocupações higienistas, a funções de conexão entre partes urbanas (Gaudin, 1989; Secchi, 1989), têm ao longo dos tempos, sobretudo na dependência da sua localização, variado na importância mas ainda assim organizado os núcleos mais ou menos urbanos, a implantação dos edifícios e das actividades.

Quando à Rua se lhe retira o conteúdo de *urbanidade* que supõe e ao eixo de circulação se apõe a designação de Estrada, nem por isso a urbanização deixa de o acompanhar. Altera-se contudo a prefiguração que dele temos, não apenas relativa à sua extensão, que aumenta, mas igualmente relativa à *ordem* dos seus limites, à ocupação dos terrenos que lhe são adjacentes. Privilegia-se a função de atravessamento, de conexão entre pontos territoriais, objectivada em parâmetros de espaço-tempo percorrido e questões económicas mais do que na qualidade sensorial/visual marginal do próprio percurso. As regras que, neste caso, se impõem à urbanização marginal, quando existem, são também elas numéricas relacionando-se com afastamentos ao eixo ou limites da via e justificados em distâncias de protecção (segurança e ampliação da via). Aqui entende-se a infra-estrutura viária como canal de conexão de longa distância e, dependendo da sua tipologia, impõe-se a restrição ou proibição da

função de acesso marginal, minimizando-se a importância da possibilidade de esta se constituir, ao longo do seu trajecto, como espaço de reconhecimento simbólico, significativa para a ocupação adjacente.

Essencialmente por este motivo eleita como campo de observação, a Estrada revela-se como um caso particular de espaço público ao qual não é, à partida, recusada a possibilidade de existência da riqueza vivencial referida a propósito da cidade tradicional (Borja; Muxí, 2003), mas onde esta não se manifesta, configurando-o, com a mesma clareza. Um dos aspectos que se supõem na origem desta *opacidade* ressalta, desde logo, do desequilíbrio entre as três dimensões claramente subordinadas à maior importância da dimensão longitudinal, que constitui a essência da própria Estrada enquanto instrumento de ligação viária entre pontos territoriais distantes. O domínio desta dimensão que privilegia as “[...] regras económicas, de conectividade [e] normativas dos traçados [...]” (Moretti, 1996:14) impõe os princípios de configuração da dimensão transversal e da dimensão relacional sujeitando-as aos objectivos de funcionalidade que lhe estiveram na origem.

As transformações de que esta infra-estrutura foi alvo nas últimas décadas, revelam, contudo, um panorama diferente que aponta o reforço das dimensões transversal e relacional, resultado de apropriações diversas do canal, que tendem a interferir com os movimentos do espaço longitudinal e a afirmar-se através da imposição de regras próprias decorrentes da sua (crescente) maior autonomia. O aumento de complexidade inerente, ao pressupor a existência de outros tipos de vivência espacial, produz e induz novas configurações ou recon-

III. Perceber a Estrada como Rua

Nem sequer nos afastando muito da cidade do Porto, de resto num discurso facilmente extrapolável para outras áreas territoriais, bastará pensarmos na EN-13, na EN-109, na EN-105 ou mesmo na EN-12 (Estrada da Circunvalação) para constatar que a urbanização marginal faz parte da imagem que delas temos. As Estradas, pese embora a sua função primordial de conexão de pontos territoriais importantes (significativos em termos nacio-

figurações do espaço-canal segundo formas, mais ou menos conflituosas, que o território começa a exprimir na diversidade das suas expressões e numa (des)organização *insustentável* que urge decodificar e orientar; são estas formas que afectam as dimensões transversal “[...] governad[a] por regras de composição e estéticas [...]” (Moretti, 1996:14) e relacional, quando espelho de relações entre homem e território que entendem a infra-estrutura como fim, isto é, como palco de acontecimentos, ou como meio, isto é, como instrumento de favorecimento da exteriorização desses acontecimentos.

Actualmente, atendendo à ocupação generalizada do território que tendencialmente aproveita o espaço público (pré)definido para se estabelecer e às novas lógicas organizacionais que já não determinam essa ocupação a partir de relações de proximidade aos centros urbanos e ao que eles significavam como pólos de concentração humana e de actividades diversas, as funções autonomizam-se privilegiando outras como a disponibilidade de espaço e o seu valor económico, a acessibilidade ou a capacidade de interacção sinérgica com funções específicas (Portas *et al.*, 2003; Soja, 2003; Ascher, 1995). A diversidade de parâmetros individuais de decisão favorece, portanto, padrões igualmente diversos de localização funcional, quer estejamos a falar de habitação, indústria, comércio ou serviços; e essa individualidade reflecte-se nas formas que globalmente vão configurando a imagem territorial, tanto no que se refere a conteúdos como a volumetrias contentoras e às relações que estabelecem entre si e com o(s) espaço(s) público(s).

nais), têm sido, ao longo das últimas décadas, suporte de construções e actividades que nelas encontram um preexistente acesso (FAUP, 2002), a condição essencial da possibilidade de edificar/de serviço.

Percorrendo as Estradas e olhando as suas margens, a sensação que nos transmitem é a da desordem: espaços edificados e espaços não edificados resultantes, residuais ou expectantes; arquitecturas diversas em escala,

em linguagem, em formas e direcções de implantação; parcelas mono ou plurifuncionais de geometrias e dimensão de *frente* variáveis que, consoante as exigências dessas funções, se expressam em limites física ou visualmente cerrados ou permeáveis na relação com o espaço público. A densidade de construção é também diversa, mais concentrada e funcionalmente mais urbana na proximidade dos núcleos preexistentes, mais rarefeita entre eles; percebem-se igualmente os tempos diferentes de construção, sobretudo a passagem do *tempo longo*, demarcando o que remonta à origem de um território rural do que, hoje, se entende actual.

Objectos, funções e *vazios* surgem lado a lado numa relação de mera coexistência; crescem-se os novos aos existentes, quais peças legitimadas pela simples permissão de edificar a partir da propriedade privada, autista nas relações e isenta na responsabilidade de encontrar, justificar ou criar o seu lugar no todo. O resultado é, portanto, o da soma de unidades, eventualmente fragmentos, quando a sua dimensão e a escala a que são percebidos permite identificar um conjunto dessas unidades ligadas por uma qualquer relação de dependência formal, funcional, simbólica. O elemento que possibilita a operação de adição é a Estrada, o elemento comum a partir do qual se hierarquizam as lógicas individuais e o único elo de ligação entre elas.

A posição defendida é, no entanto, a de que os critérios essencialmente económicos e funcionais que têm desenhado os espaços de urbanização difusa não são exclusivos e incompatíveis com a possibilidade de aqueles se traduzirem segundo princípios de organização formal que tornem o espaço reconhecível, também como campo de significado e identidade sócio-funcional (Boeri; Lanzani, 1992). A possibilidade de auto-referenciação do elemento no *todo*, onde pessoas e actividades se revejam como *parte de* e não apenas como *soma de* acontecimentos territoriais, passa pela facilidade daquele se situar no mapa mental que a articulação de elementos de forma física constrói, ou seja, numa imagem do ambiente construído objectivada em relações tipo-morfológicas específicas. A descoberta desta especificidade torna-se o desafio a que a



Fig.07 | Área de intervenção das cadeiras de Práticas e teórico-práticas da UFP. Ano lectivo 2003/2004.

gramática de análise, interpretação e intervenção corrente aplicada a realidades territoriais conhecidas já não permite responder (Font et al., 1999). Estender os princípios de articulação dimensional da Rua para a Estrada não significa, portanto, a cópia, a mimetização, a utilização de um conjunto de *receitas*; significa, pelo contrário, desmontar esses princípios que quase inconscientemente e consensualmente nos surgem como um *todo* (sendo este o elemento indutor e induzido da tal qualidade) e criticamente avaliar a sua aplicação nesse outro espaço que é a «cidade difusa».

Reflectindo apenas sobre alguns desses aspectos:

- pensar na intencionalidade física da via enquanto canal que, mais ou menos condicionado por restrições topográficas, cadastrais, de salvaguarda, etc. liga dois ou mais pontos territoriais, não se fechando sobre si própria;
- pensar na linearidade em que se suporta a dimensão longitudinal introduzindo a noção da distância necessariamente superior que separa o destino inicial do final e das ramificações intermédias ao longo do seu trajecto;
- pensar nas imagens dos limites laterais avaliadas longitudinal e transversalmente, perscrutando relações entre os *alçados* de um e outro lado, entre hipotéticos *quarteirões* e respectivas *frentes* que na dupla leitura do *lado-a-lado* e do *frente-a-frente* nem sempre (desejavelmente) correspondem;
- pensar nos ritmos de diferente intensidade instituídos a partir de regras que dominam e se quebram (ou deveriam quebrar) por dessincronias crescentes ou repentinas, justificados por preexistências (antigos núcleos, ou a sua expansão,

que se atravessam, por exemplo), ou por novas existências (aglomerados de formação recente que aproveitam nódulos de acessibilidade viária, por exemplo);

- pensar na cadênciade *cheios* e *vazios* inquirindo *cheio-vazio* como unidade parcelar ou contrapondo um conjunto de edifícios a um grande *vazio* (a parcela agrícola, a área florestada, o espaço residual ou obsoleto, por exemplo), avaliando avanços e recuos do perfil construído através do edifício que se implanta à face ou com afastamento à via, explorando a altimetria característica destes territórios incaracterísticos do 1 ou 2 pisos acima do solo e a claustrofóbica dos muitos pisos acima do solo associada ao urbano denso;
- pensar na riqueza ou pobreza funcional analisando tramos, dominante ou exclusivamente, residenciais, comerciais ou industriais, mistos ou sem função definida (seja por neles se passar um pouco de tudo, seja por neles nada se passar), considerando o papel, nalguns casos duplo, atribuído ou desempenhado pela via: acesso directo à parcela ou distribuição através de via secundária a partir de acesso pontual (entroncamento/cruzamento) e propósito expositivo de divulgação funcional e captação de consumidor quando não se trate da função residencial e particularmente evidente quando se trate da comercial;
- pensar nos usos efectivos do espaço superficial (transversal) que, cada vez mais, complementa a deslocação longitudinal, de passagem, com a permissão e o apelo à paragem, introduzindo (e exigindo) novos elementos de desenho tradutores dessas novas relações e instauradores desses novos significados.

IV. Um desafio: Identificar novas morfo-tipologias

A forma física do território, enquanto objecto semântico a partir do qual se estruturam os sistemas relacionais que nos fixam e orientam no espaço *indiferenciado* da «cidade difusa», o modo como essas relações configuram o território e este as expressa, obrigam-nos a questionar os elementos que, por definição, dão

forma ao território, os que tradicionalmente se usam para ler e conformar a paisagem das urbanizações consolidadas. Identificar as recentes associações de elementos que originam morfo-tipologias ainda não sistematizadas, ainda não transformadas em vocábulos de intervenção, mas que estruturam, por sua vez,



Fig.08 | Área de intervenção das cadeiras de Práticas e teórico-práticas da UFP. Ano lectivo 2003/2004.

segundo regras específicas, a urbanização *não consolidada*, são estes os desafios lançados aos arquitectos, aos urbanistas, aos especialistas que, por vocação, trabalham, percebem, constroem as relações a partir de formas construídas e da articulação destas entre si. Trata-se portanto, necessário objectivar a composição das novas realidades a partir de elementos mais simples (não compostos) e, sem prévias definições, informá-la com o que elas próprias sugerem.

Aceitando esta premissa, o tema de reflexão desenvolvido parte da observação da Rua e do modo como ela configura comportamentos ou interpretações num contexto próprio visando a transposição dos parâmetros dessa leitura para a Estrada – a *rua* da «cidade difusa» – segundo um processo que supõe e impõe o necessário reajuste. Distância, velocidade, suporte da deslocação (o veículo, enquanto *invólucro* que orienta a direcção do olhar: em frente, lateralmente), a continuidade e unidirecção do movimento (Appleyard, *et al.*, 1964; Lynch, 1960), são seguramente aspectos *da diferença* a considerar. Antes de mais, o que se propõe neste outro contexto é o reconhecimento do que existe sem juízos de valor, mas imbuído da necessária postura crítica, forçosamente implicada na análise operativa, na procura de instrumentos de acção, de projecto, de (contra-)proposta, que exige selecção.

Analisar o objecto Estrada significa reconhecer-lhe potencial de transformação a partir do muito material construído que nela existe e que não é possível, como num *passé de magia*, fazer desaparecer. Nem tal seria desejável atendendo a que essa realidade expressa formas de apropriação que nos ajudam a compreender, compreendendo-as, a disforme e ilógica (des)organização da «cidade difusa». Acima de tudo propõe-se um exercício de leitura e de compreensão de unidades territoriais menores que constituem o sistema da «cidade-território», a compreensão das regras inscritas nesse território a partir de um elemento potencialmente disciplinador da urbanização, as regras sedimentadas ao longo de um tempo em que a Estrada era essencialmente dimensão longitudinal até aos dias de hoje em que as regras emergentes aproveitam, prioritariamente, as dimensões transversal e relacional.

Referências Bibliográficas

Appleyard, Donald; Lynch, Kevin; Myer, John R. (1964). *The View from the Road*. Cambridge, Massachusetts: The M.I.T. Press.

Ascher, François (1995). *Métapolis, ou l'avenir des villes*. Paris: Éditions Odile Jacob.

Boeri, Stefano; Lanzani, Arturo (1992). "Gli orizzonti della città diffusa". In *Urbanistica*, 588: 44-59.

Borja, Jordi; Muxí, Zaida (2003). *El espacio público: ciudad y ciudadanía*. Barcelona: Diputació de Barcelona/ Electa.

Bru, Eduard (1997). "La mirada larga". In *Nuevos paisajes/ New landscapes*. Barcelona: Actar/MACBA: 7-19.

Dematteis, Giuseppe (1998). "Suburbanización y periurbanización. Ciudades anglosajonas y ciudades latinas". In MONCLÚS, Fco. Javier (ed.). *La ciudad dispersa*. Barcelona: Centre de Cultura Contemporànea de Barcelona.

FAUP: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (2002). *Cidade Difusa do Noroeste Peninsular – Portugal*. Vol. II. Porto (trabalho não publicado).

Font, Antonio et al. (1999). FONT, *La construcció del territori metropolità. Morfogènesi de la regió urbana de Barcelona*. Barcelona: Àrea Metropolitana de Barcelona/ Mancomunitat de Municipis.

Gaudin, Jean-Pierre (1989). "Dalla «Rue» alla «Route»". In *Urbanistica*, 553/554: 109-11.

Lamas, José R. G. (1993). *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT.

Lynch, Kevin (1960). *A Imagem da Cidade*. Lisboa: Edições 70, 1982. Trad. de: *The Image of the City*.

Monclús, Fco. Javier (ed.) (1998). *La ciudad dispersa*. Barcelona: Centre de Cultura Contemporànea de Barcelona.

Moretti, Anna (a cura di) (1996). *Le strade: Un progetto a molte dimensioni*. Milano: Franco Angeli/DST.

Portas, Nuno; Domingues, Álvaro; Cabral, João (2003). *Políticas Urbanas: Tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Secchi, Bernardo (1989). "Lo spessore della strada". In *Urbanistica*, 553/554: 38-41.

Soja, Edward W. (2002). *Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions*. Blackwell Publishing (1.^a ed. 2000).

a colegiada de santa maria
da oliveira em guimarães
a cidade, o organismo cenobítico e a igreja

ilídio jorge silva

arquitecto, doutorando na flup

mestre assistente, faculdade de ciência e tecnologia,
universidade fernando pessoa

ilidio@ufp.pt

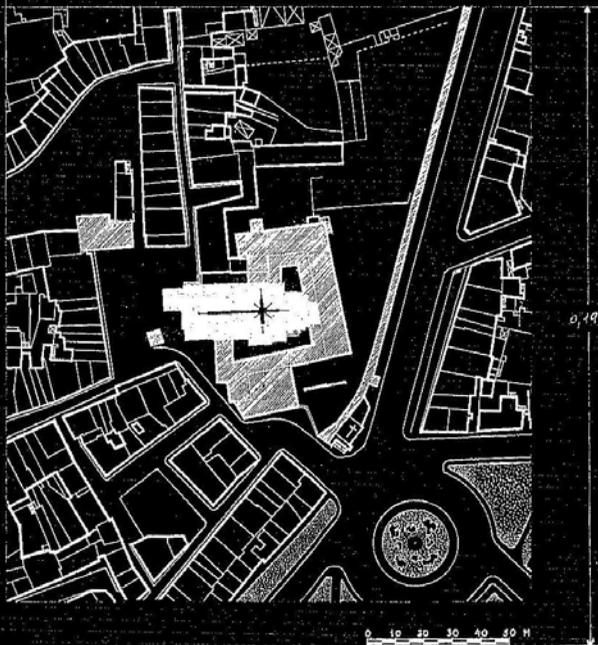


Fig.00 - Planta topográfica

Fig.00 | Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira
| implantação urbana actualFig.01 | A Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira
| edifícios e praça antes da intervenção da D.G.E.M.N.

Resumo:

Entidade fundadora da cidade de Guimarães, o conjunto do mosteiro e depois colegiada agora de Santa Maria da Oliveira, tem que ser lido, na sua larga história de dez séculos, através do papel urbano e da evolução do organismo cenobítico, de que a igreja actual, sendo a muitos títulos extraordinária, é fruto também.

Palavras-chave: Oliveira, Guimarães, cenóbio, colegiada, urbanismo

I. Introdução

Ao depararmos, em Guimarães, com o conjunto arquitectónico do que foi a Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, como quase sempre que lidamos com organismos edificados que se nos apresentam emergindo de dez séculos de história viva, é um texto polissémico, riquíssimo, que encontramos. E, se a dilatação temporal é em si própria já garante de uma forçosa complexidade de escrita, há razões particulares que acrescentam relevância e interesse aos significados a ler.

Não nos podemos esquecer que o primeiro cenóbio que ali existiu é o *facto* gerador da cidade de Guimarães, cidade da reconquista, fenómeno com todas as *circunstâncias* para eclodir (a densidade do povoamento, a generosidade das condições naturais e a existência de vias e itinerários – como o da peregrinação a Santiago – confluindo nesta zona) (Almeida, 2001:59; Ferreira, 1989:8-10; 19; CMG-IPM-MAS, 2001:16), mas que surge num lugar desprovido de antecedentes urbanos, e que ali se jogou a existência do condado portugalense e a emergência do Portugal-nação.

A sua igreja, além disso, surge-nos com força própria por ser:

- o *índice* identificativo, a “cara” do conjunto, e portanto encabeçar o seu papel exógeno, comunicador, urbano;
- o seu *símbolo*, devido à sua génese, ligada tradicionalmente ao Mestre de Aviz e à crise de 1383-85, e ainda herdeira directa ou indirecta da que a precedeu, afonsina e contemporânea de Ourique – peso simbólico, totalmente fundado ou não, que lhe garantiu uma relação com a nacionalidade que influenciou, *de facto*, alguma da sua afirmação institucional e arquitectónica ao longo do tempo;

– no conjunto, o ícone de um voto, o Joanino, e por ter ilustrado, de forma por vezes literal, uma devoção, à Virgem da Oliveira, e um acontecimento complexo e fundamental

II. Algumas leituras

2.1 - O conjunto cenobítico e a cidade

A relação que o cenóbio vimaranense, da instituição monástica à colegiada, entretece com a cidade poderá ser analiticamente dividida em três fases:

– O mosteiro, a rua e o castelo

Quando a condessa Mumadona Dias fundou o mosteiro *duplex* dedicado ao Salvador do mundo, à Virgem e aos Apóstolos por volta de 949/50 (CMG-IPM-MAS, 2001:16; DGEMN, 1981:8), e seguidamente o dotou de meios de defesa, erigindo o primitivo castelo de S. Mamede, entre essas datas e 957 (DGEMN, 1981:8; Dias, 1994:16), ao implantá-los a uma distância relativa que permitiu às duas entidades serem independentes – a fortificação gozando dum ponto defensivo favorecido e ao cenóbio estando no coração do seu termo e mais perto da estrada do Porto – criou os dois pólos de uma energia urbana (Ferreira, 1997:313-4). O fio condutor dessa duplicidade, que se densificará até assumir foros de divórcio concelhio com tradução amuralhada, é a Rua de Santa Maria/da Infesta (Ferreira, 1989:45).

– A colegiada no centro da cidade baixa medieval

Com o segundo condado portugalense, o burgo que fora monástico, e estaria agora, com toda a probabilidade desprovido do seu centro vital pelo enfraquecimento ou extinção da instituição – nomeadamente pela incompatibilidade do seu estatuto dúplice e do seu tipo de regra com a reforma gregoriana (DGEMN, 1981:9) – recupera o seu ímpeto, e, com D. Henrique, Guimarães cidade-baixa é residência condal e a política de investimentos diferenciados nos dois núcleos urbanos gera o curto-circuito entre ambos. A povoação da planície ganha complexidade e individualiza-se (Ferreira, 1997:337-8). Sob os ventos da regularização canonical do clero secular por Gregório VII (Franzen, 1996:210), e talvez

- a confirmação de um reinado, o estabelecimento de uma nova dinastia e a reafirmação da independência nacional.

por impulso do Conde D. Henrique (Ramos, 1991:87), uma colegiada sucede ao mosteiro, antes de 1110 (Ramos, 1991:85-6; Ferreira, 1997:18 e nota 52), e, daí até ao fim do século XIV (com prolongamentos até ao início do século XVI) encabeça a afirmação da urbe burguesa, dominando a fisionomia do seu novo espaço de referência: a praça que se estende perpendicularmente ao eixo da rua de Santa Maria, na direcção da estrada do Porto (hoje rua de D. João I) e da de Vila do Conde, direcções que gerarão os traçados viários da parte Sul do Burgo (Ferreira, 1989:46-8; Ferreira, 1997:830-1).

Se D. Henrique complexifica o organismo urbano dando origem à igreja e praça de Santiago (CMG-IPM-MAS, 2001:21), espaço ponte entre o Largo da Oliveira e a Rua de Santa Maria, num crescimento que se faz por dependência e paralelismo aos espaços de elite (Ferreira, 1997:320, 328, 337-8), é o espaço aberto frente à Colegiada que continuará a ser o coração da cidade: ali será o paço condal, e depois o local de sacralização e memória de eventos relevantes (a batalha do Salado), da fonte do Concelho, da Casa da Câmara, do pelourinho (CMG-IPM-MAS, 2001a:8, 9). E será a igreja da Colegiada que marcará a praça, de que a torre ocupará literalmente o centro.

– Novas aberturas

Do século XVI em diante, mais do que na adição decorativa ao pré-existente, ou a introdução serena de arquitectura senhorial no centro histórico, é a resolução da articulação intra/extra-muros que assume o papel capital da dinâmica urbana de Guimarães, e a Colegiada participa ainda dela; para além da colonização definitiva da área entre a Rua de Santa Maria, local tradicional de residência dos cônegos (Ferreira, 1997:121-3) (mas também das hortas da Colegiada) (Ferreira, 1989:54-5), a muralha e uma das suas saídas Norte – a Porta



Fig.02 | A Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira
| o organismo cenobítico e a cidade

da Freiria – com a instituição, pelo cónego Baltasar de Andrade, do convento de Santa Clara, em meados de quinhentos (edifício de grande escala e criador de um novo largo, não implantado sem esforço) (CMG-IPM-MAS, 2001a:9), o Prior e o Cabido intervêm fora do burgo amuralhado, construindo S. Sebastião, em 1570 (CMG-IPM-MAS, 2001a:9), urbanizando assim o terreiro do mesmo nome, e na abertura física da cidade, aquando do derrube das muralhas, no fim do século XVIII, edificando a

2.2 - O conjunto cenobítico como organismo

O conjunto dos edifícios que conformaram o mosteiro e depois a colegiada foram exprimindo arquitectonicamente as funcionalidades dessas instituições, alterando-se com as mudanças daquelas, ao sucederem uma à outra e nas suas mudanças de carácter.

– O conjunto cenobítico original e o seu primeiro devir – uma enumeração de “ses”

Se do conjunto monástico primitivo nada nos resta e com especulações ficamos quase exclusivamente no que toca à sua configuração (um templo inicial, moçárabe? um conjunto de edificações anexas algo rudimentares, em materiais percíveis?), já do cenóbio românico dos Cónegos de Santa Maria, não obstante serem parciais e profundamente transformados, possuímos elementos que nos permitem fazer conjecturas informadas, nomeadamente alguns elementos arqueológicos – entre outros, o capitel pertença do Museu de Alberto Sampaio, proveniente do portal ocidental da igreja desaparecida, que a radica estilisticamente no românico de Rates (CMG-IPM-MAS, 2001:26) – e algo do que de edificado nos chegou – como a sala capitular e o claustro, mas não só.

Se o mosteiro de Mumadona cessara provavelmente de existir algo depois de 1089 (ou pelo menos decaíra drasticamente) e por 1110 já a Colegiada fora criada para o substituir (CMG-IPM-MAS, 2001:26; DGEMN, 1981:10), dado o pouco tempo que medeia entre estes sucessos, é natural que fosse nas estruturas edificadas de um que a outra funcionasse, e que a primeira reforma românica, a da igreja, entre 1132 e meados da centúria (CMG-IPM-MAS, 2001:26; Teixeira, 1981a:451), num contexto

Casa do Cabido (1715/1726) (Moraes, 1998) em nova e arejada traça, claramente orientada para o espaço aberto e não para a Praça Maior/Largo da Oliveira.

A extinção da Colegiada (a primeira e a fulcral) vem precisamente em 1869, quando a iniciativa urbana vimaranense passa a pertencer em definitivo à edilidade, com a criação da comissão que analisará os melhoramentos propostos pelo eng. Manuel Almeida Ribeiro (CMG-IPM-MAS, 2001:64).

já urbano (que justificara a implantação do paço condal já não no convento da Costa (DGEMN, 1981a:25-6), mas em Guimarães (CMG-IPM-MAS, 2001:26) utilizasse para aquela aproximadamente a mesma implantação.

No tocante ao passo seguinte (a renovação das dependências), se o claustro românico, com marcas do século XIII (Almeida, 2001:82), e apesar da sua extensão quatrocentista e quinhentista ter sido cercada numa outra unidade, me parece que deverá ser lido como tendo sido constituído pelo quadrângulo, hoje descontinuo, a Norte, pela sua escala e unidade de configuração geométrica, e se o Capítulo existe (apesar de alterações prováveis), precisamente nessa área, resta-nos a dúvida sobre pelo menos outros dois elementos definidores deste sistema igreja/claustro/dependências, que são principalmente a implantação do templo e das Casas dos Piores.

No que à igreja diz respeito, partindo duma orientação canónica, se a conveniência da exposição solar fez implantar estes edifícios, como massas mais elevadas, muitas vezes a Norte dos claustros, e o arranque da Rua de Santa Maria num ângulo recuado do Largo da Oliveira, tornam sedutor pensar que em algum momento a igreja foi setentrional ao conjunto, não é para isso que apontam as construções existentes desse lado do claustro, pelo menos no que se refere à situação no século XIII. O subconjunto de edifícios que forma essa ala tem um perfil composto por duas torres e um edifício de ligação, mais baixo. A torre nascente, a que foi claramente colado o corpo que fazia o claustro a Leste (como as descontinuidades de alvenarias, cobertura e organização de níveis evidenciam),



Fig.03 | A Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira
| o organismo cenobítico e a cidade



Fig.04 | A Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira
| o organismo cenobítico e a cidade



Fig.05 | A Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira
| a nova Casa do Cabido e a muralha

pela sua configuração (acesso pelo primeiro piso, divisão passível de ter sido em três níveis, espessura das alvenarias, área de implantação quadrangular de pouco mais de oito metros de lado, e área útil interna de 25m² aproximadamente) (Almeida; Barroca, 2002:105), assim como o corpo baixo (com idêntica largura e comprimento de perto de 12m, e organizado em dois níveis) (Almeida; Barroca, 2002:106) fazem claramente lembrar as *Domus Fortis*, características precisamente do séc. XIII, com extensão posterior, e indiciam as Casas dos Piores (a que sabemos que se acedia, através das portas Norte da igreja actual, pelo menos em 1692 (Azevedo, 1845:207), que possuiria concordantemente a necessidade e a licença para impor o seu prestígio e preponderância que deram origem a essa tipologia edificatória, assim como a sua posição, mais perto da muralha (se é que a não precedeu) e do exterior da cidade, teria plausibilidade defensiva.

O exemplo de arquitectura residencial que ocorre é certamente o Solar dos Pinheiros em Barcelos até porque a segunda torre, a poente, é hoje a sacristia mas nem sempre o terá sido; estava isolada da igreja (o espaço de ligação entre elas já foi claramente exterior) e em 1537 ainda se “fazia” a sacristia, em obras de adaptação a espaço existente e designado na visitação como “torre”, em que se abriam frestas¹. Por outro lado, no domínio cenobítico, é do convento de Santa Maria de Vila Nova de Muia que me lembro, com a sua igreja a Sul, uma torre senhorial duocentista a Nordeste e a Sala Capitular entre ambas (Silva, 1999: anexo, ficha 15, pp.1a, 1b).

Assim, parece-me plausível pressupor que as Casas dos Piores ali se encontrasse, pelo menos do século XIII em diante, e que a igreja afonsina se localizasse a Sul do claustro, provavelmente faceando a cabeceira com o Capítulo e estendendo-se talvez até alturas do actual transepto. Teria portanto uma posição parecida à da igreja actual (a posição do Padrão do Salado, lateral e não central ao Largo da Oliveira, erigido em tempos da existência da igreja românica, também aponta para que esse local privilegiado estaria já ocupado), mas sobrepondo-se ambas as implantações apenas parcialmente, deslocando-se a nova edificação (até pela necessidade de manter pelo menos

parte do antigo templo em serviço litúrgico até à sacração do novo) mais para Sul e mais para Poente, sobre o Largo.

– A igreja gótica e a duplicação do claustro

A crer na convencional versão historiográfica, a igreja gótica hoje existente ter-se-á iniciado em 1387, por ordem directa do Mestre de Aviz, e estaria perto da completação em 1413; seguramente, o inegável fervor e favor joanino devem ter estimulado também o crescimento da comunidade, consagrado no crescimento arquitectónico do conjunto, nomeadamente pela ampliação do claustro, que, passa a abraçar ambos os lados do templo. Tal deve ter acontecido pelo menos então (a capela de S. Brás, no ponto Sudoeste do claustro é de 1419/21) mas só terá adquirido a sua configuração actual, unitária, integrando elementos românicos pré-existentes, na campanha de obras do priorado de D. Jorge Pinheiro (entre 1503 e 1514) (CMG-IPM-MAS, 2001a:12), prior igualmente responsável pela finalização da torre profunda que avança sobre o Largo da Oliveira (CMG-IPM-MAS, 2001a:12; DGEMN, 1981:22).

Esta “duplicação” do claustro, certamente necessária pela exiguidade da de duzentos, que impediria a existência de espaços condignos de alojamento, armazenamento e de criação de capelas claustrais, dará expressão arquitectónica a um facto institucional prece-

2.3 – A igreja do conjunto cenobítico

É preciso dizê-lo, embora não seja de todo o primeiro a dizê-lo (Azevedo, 1956:17; Oliveira, 1981:267), que, independentemente de qualquer lenda de uma encomenda directa real para uma edificação de raiz em que houvesse “*sumptuosidade em nada inferior ao seu mosteiro da Batalha*” (Caldas, 1996:271) ou da execução(!) do seu arquitecto pelo desprimoroso resultado (Azevedo, 1845:204), o que existe em Guimarães (e o que existia ali quando o edifício gótico se encontrava completo) é uma edificação segundo o nosso gótico das Ordens Mendicantes, e, no seu todo, em nada daquele constituindo exemplo extraordinário (em escala ou inovação). Supor que D. João I é o encomendante único e nada soube da obra do toledano João Garcia, que construiu como sa-

dente: a divisão das rendas da Colegiada em duas mesas, a do Priorado e a do Cabido, em 1223 (DGEMN, 1981:33).

– Complexificação da bipolarização

Do século XVII ao XIX a dinâmica construtiva do organismo cenobítico é uma de bipolarização do conjunto. O Cabido constrói a sua casa, em figurino já neoclássico, encobrin-do a Capela de S. Brás, numa cenografia civil e palaciana, voltada ao exterior da Colegiada e das muralhas; a igreja, que já possuía portas oponentes transeptais, ganhará entradas laterais junto à fachada poente, a de Norte com feições seiscentistas (DGEMN, 1981:28-9) e já existente em 1600 (Moraes, 1998:103-4), e a de Sul (hoje demolida) possivelmente oitocentista; a nova capela-mor, iniciada por D. Pedro II em 1675 e terminada por 1682 (Oliveira, 1981:271,278), sob risco de base de Miguel de Lascolle (Oliveira, 1981:271,276), com interferências do mestre-de-obras, António de Castro (Oliveira, 1981:264), estendendo-se até à ala nascente do claustro, subdivide-o fisicamente, unindo-se ao primeiro piso da ala Leste, entretanto construído em 1771 (Moraes, 1998:230-2); há aliás planos reconstrução da Colegiada e Igreja sob todo o priorado de D. Luís de Saldanha (1773-1815 (Moraes, 1998:275) e alguma obra é feita na Sala Capitular (Moraes, 1998:233-4, 241, 246, 249).

bia e segundo os constrangimentos do local (as dependências existentes, o limite do avanço possível sobre o Largo da Oliveira, a posição do padrão comemorativo de D. Afonso IV) e que foi confrontado, com desagrado, com um facto consumado, também me parece, no mínimo, simplista. É verdade que depois de 1387 (quando ordenaria o arranque da obra) e a sacração, em 1401, o rei só comprovadamente visitou a cidade em 1389 (Baquero Moreno, 1988:20-1, 26-7, 31-3, 41-2, 81-2, 85-6, 89-90), altura talvez precoce para verificar dos contornos finais do edifício, mas não se informaria ele detalhadamente de obra tão prezada em mais de dez anos, não atalharia o seu percurso se o desagrado fosse evidente?



Fig. 10 - Alçado principal depois das obras

Mais plausível me parece afirmar que, quando muito, inicialmente o apoio do rei terá sido certamente mais distante e não uma empresa pessoal, e que, depois de 1401, tendo a sua comprovada devoção pela Virgem da Oliveira sido desmerecida pelo edifício que fora erigido, se tivesse aplicado em introduzir-lhe os possíveis sinais enobrecedores, como o esplêndido fenestrão ocidental ou o programa pictórico do travejamento interior.

– Morfologia de volumes e gótico mendicante

A igreja de Santa Maria da Oliveira está marcada pelo gótico mendicante (Almeida e Barroca, 2002: 62), na sua austeridade de base, na forma como os alçados são uma tradução directa do interior, nas suas três naves bastante unificadas espacialmente, por longos tramos que a cobertura em madeira permite; na sua planta cruciforme com transepto saliente; na dicotomia que existia entre o corpo e a cabeceira (que deverá ter sido tripla (Almeida; Barroca, 2002:62; Dias, 1994:18), apesar da referência possível a um deambulatório, numa visitação de 1537 – (DGEMN, 1981:28-9), o que não seria ilógico numa igreja devocional e localizada no caminho de Santiago (Oliveira, 1981:269), na preponderância volumétrica da nave central e na concatenação hierarquizada e claramente não unificada dos volumes (a unificação volumétrica da nave principal com o transepto, como na Sé de Silves ou em Santa Clara de Vila do Conde, acontece com relativa raridade).

– Elementos de realce e adições

Asseguradamente de cunho joanino, para além de alguns capitéis interiores cuja decoração sobressai (Almeida e Barroca, 2002: 62), são o fenestrão da fachada ocidental e o ciclo de pinturas do travejamento da cobertura. Estas últimas, amplamente signadas pelo brasão do monarca, são datáveis, com probabilidade, de entre 1401 e 1420 – sendo posteriores à finalização do edifício (utilizam, aliás, as faces de um travejamento que não foi concebido para as evidenciar) e seria à mesma época, ou pelo menos aos anos que medeiam entre a sagração e a tentativa de fechar as obras de pedraria, por 1413 (Almeida e Barroca, 2002: 62), que colocaria a feitura do a todos os títulos esplêndido portal/retábulo do alçado principal.

Antes de mais porque me parece impossível não ver ali as influências estilísticas bata-lhinhas, e do ciclo de Huguet (portanto após 1402) que ele espelha. Além disso há também o precedente temático de um programa iconográfico baseado numa genealogia, que acontece no portal de Santa Maria da Vitória (Dias, 1994:126) (temática estratégica num ex-voto que marca a implantação de uma nova dinastia apesar de tudo genealógicamente ligada à anterior (Gentili, 2000:234).

Isto, claro, aceitando a fascinante hipótese que o janelão foi em tempos uma espécie de portal com tremó (Dias, 1994:131), entrada mística figurada, de que uma árvore de Jessé seria o parte-luz (e concordantes são, pelo menos, as medidas da escultura que se encontra hoje no Museu de Alberto Sampaio e que junto ao janelão, se bem que no seu lado interior, se encontrava), retábulo esculpido, janela de vitral historiado (subdividido por ramos de pedra?); é, de qualquer forma, uma peça aposta, em pedra importada, coimbrã (Aires-Barros, 2001:78) (quando na tradição local, se o granito de pico grosso de Guimarães pouco se adaptava à escultura, fora normalmente ao granito de Braga a que se recorreu – (Almeida, 2001:74), elemento de qualidade extraordinária e em *nada* concordante com o geral do edifício em que se insere.

Outro elemento individualizável e de enobrecimento, e em que não há qualquer dúvida da génese autónoma, é a torre, elemento de luxo urbano que estende a igreja até ao centro da praça. Em três níveis debruados a cantaria, emergindo dos elementos – a terra e o tumultamento, a água que jorrava da fonte que ali existia – *opera de natura*, separada por registo liso, intermédio, marcado apenas pelo brasão real, do coroamento fenestrado, que remata por guirlanda, alteada por campanários nas direcções privilegiadas da praça e da Rua de Santa Maria, *opera de mano* por excelência (e outrora dissolvendo-se verticalmente ainda em elegante cúspide, infelizmente desaparecida, como tantas no nosso país), exhibe uma dialéctica ascensional que aponta um discurso já proto-renascentista, concordante com a sua construção tardo-manuelina.

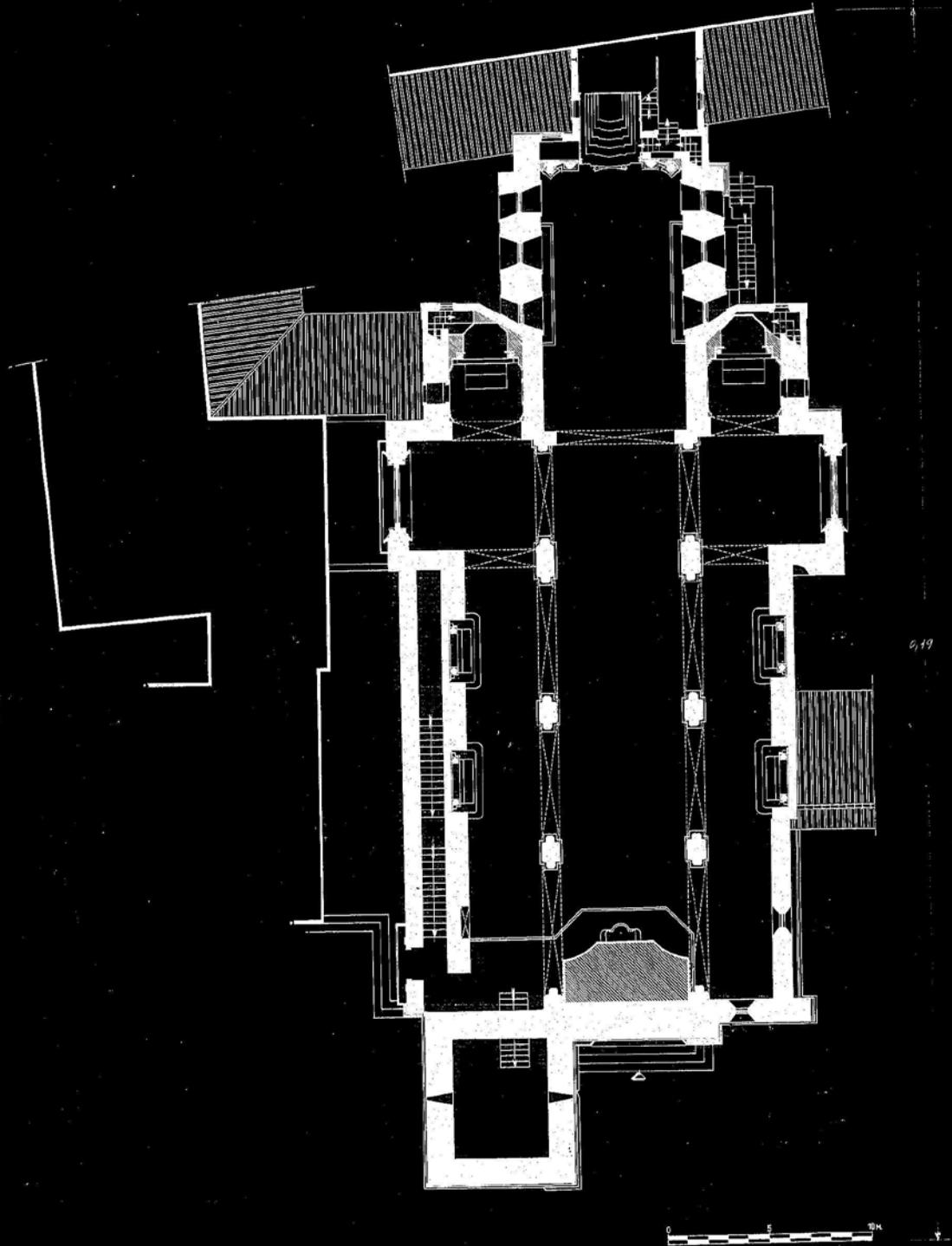


Fig. 5. Planta da igreja, anterior depois das obras.

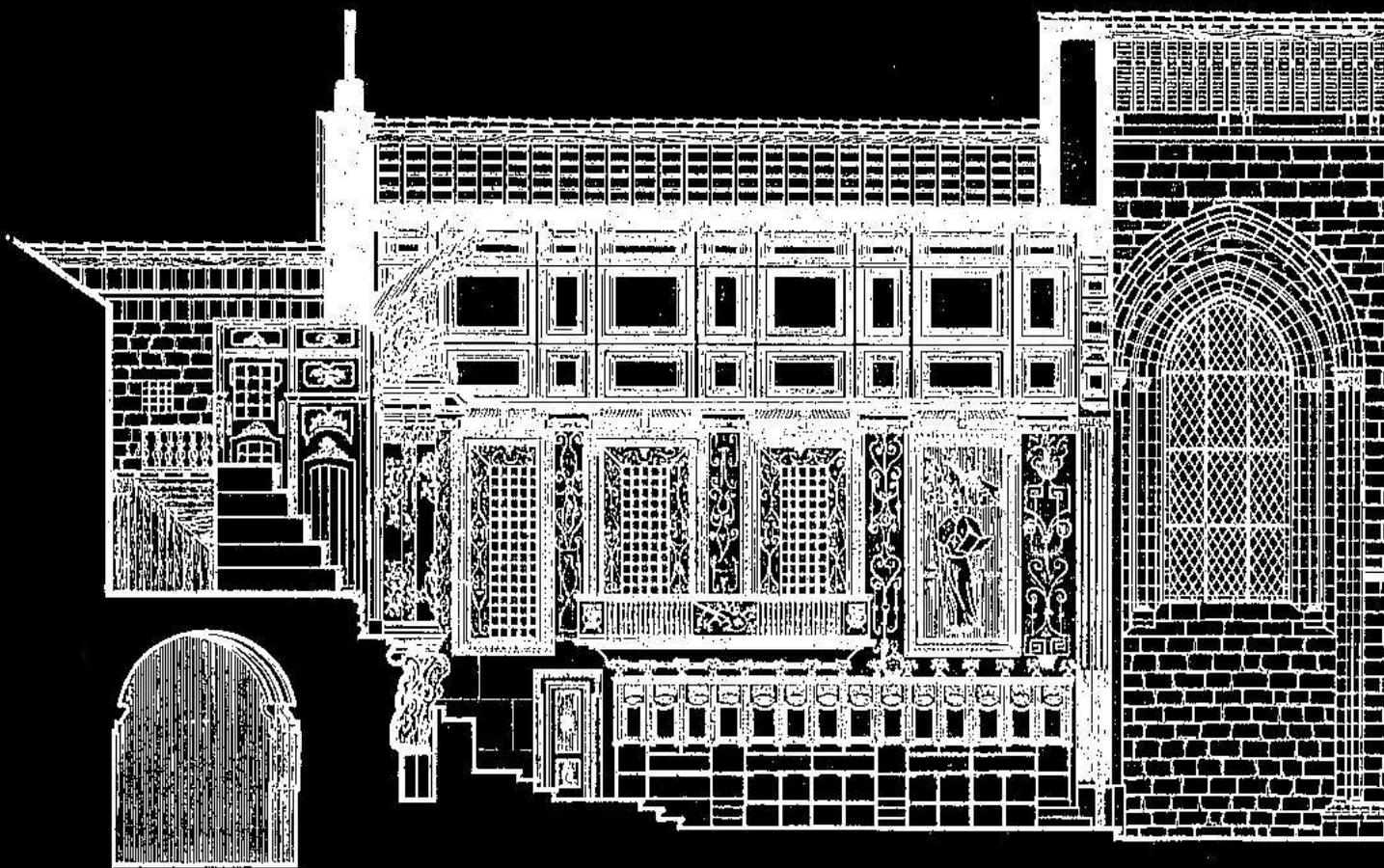
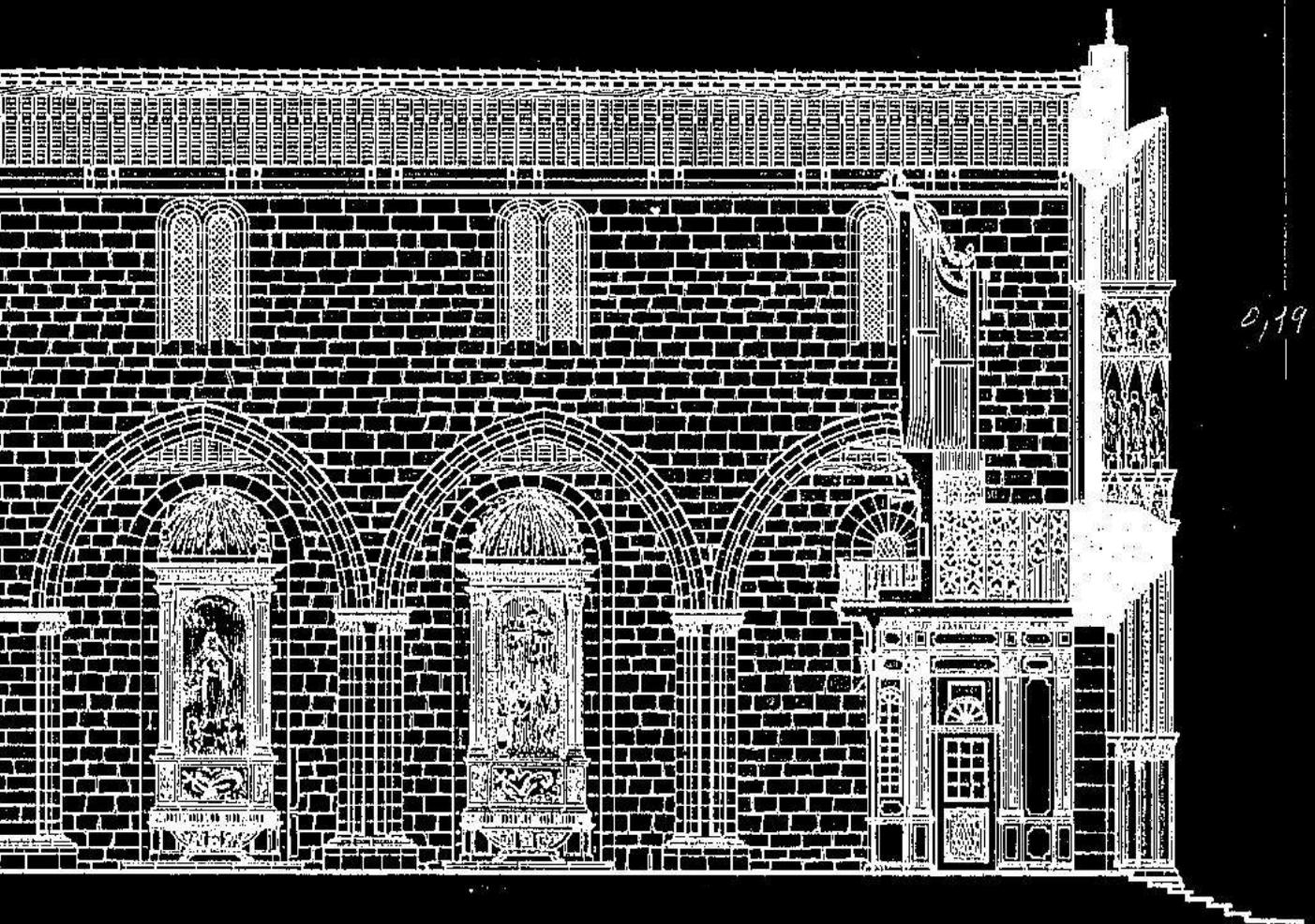


Fig. 11 - Corte transversal de parte da igreja



– Corte e reinvenção

Relativamente “poupada”, em termos arquitectónicos, à revisão barroca plena (que não em desaparecidos revestimentos pictóricos e azulejamento), o devir post-quinhentista de Santa Maria da Oliveira acabou por se pautar por um denegrido mas coerente – e nem sempre falho de qualidade artística – classicismo, orientado por uma vontade de regularidade que ultrapassou os modismos decorativos.

A reedificação da cabeceira, ordenada por D. Pedro (príncipe e depois rei), no final de seiscentos, é duma serenidade apreciável, e já lhe vimos a relativa lógica em termos do conjunto e da definição da articulação do claustro.

III. Lacunas e contradições

Não cabe certamente neste curto espaço discutir plenamente todas as questões que a arquitectura da Colegiada de Santa Maria da Oliveira levanta. De qualquer forma, a modo de apologia própria, cabe-me dizer que, face ao claro vazio documental que aflige a investigação (em termos do que foi destruído e disperso e do que, muito simplesmente, está por ler), preferi armar-me de alguma sensibilidade profissional e, apoiado no que mais doutos que eu já foram dizendo, mapear um conjunto de vertentes, urbanas, arquitectónicas e estilísticas, que ultrapassem o objecto-igreja e o contextualizem; as hipóteses são perguntas, e é com perguntas que se procura, e parece-me portanto válido fazê-las.

A reforma decimonónica, feita a partir de 1830 durando quase toda essa década (DGEMN, 1981:25; Moraes, 1998:309, 313, 315, 323, 328, 330-2, 337-8), pese embora a sensível fraqueza artística do seu desenho de cenografia de *papier mâché*, procura uma unidade perdida, uma regularidade simétrica, quer longitudinalmente, contrapondo morfológicamente o coro ao transepto, quer transversalmente, equilibrando a porta transversa Norte com uma inegavelmente bem delineada obra a Sul e erigindo um coro de lado a lado. É um tributo, mais uma vez, à dignidade, inflacionada ou não, de que a Colegiada sempre se arrogou, e a que o templo de final de trezentos nunca correspondeu.

Haverá arqueologicamente algo a diligenciar para que algumas hipóteses (estas e outras) se abalizem ou afastem, e parece-me, que, mais simplesmente, mas não exigindo menos tempo e saber, seria preciso também tentar ler sistematicamente o que as diferenças de escrita das artes de pedreiro e canteiro deixaram nas paredes. Os paramentos de Santa Maria da oliveira estão semeados de uniões, cesuras, vãos emparedados, arranques de alvenaria, diferenças de aparelho, de molduras, que, à frente da nossa vista, escondem certamente muitos dados negligenciados.

notas

¹ Veja-se o Inventário do Património Arquitectónico disponibilizado pela D.G.E.M.N. na Internet.

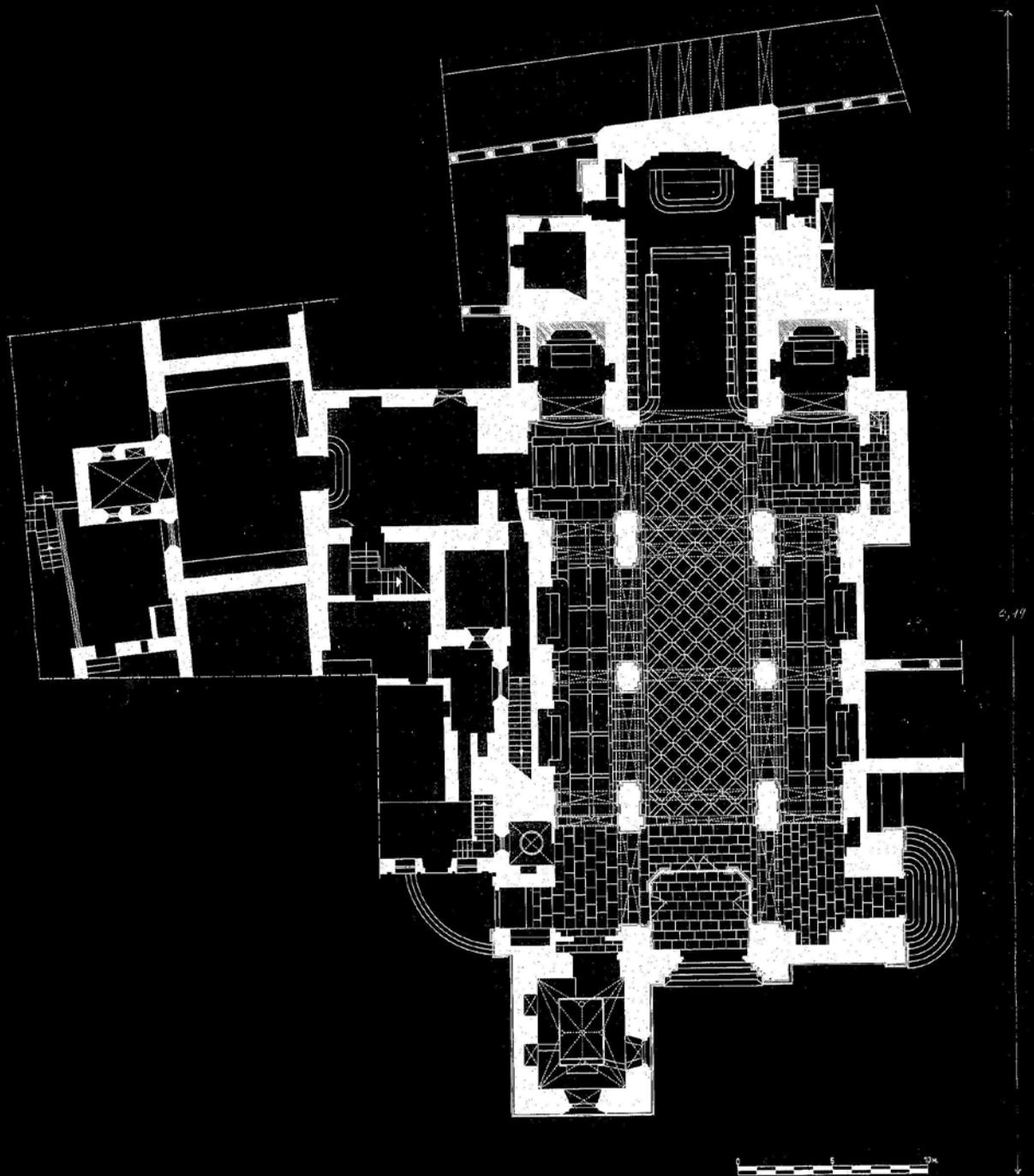


Fig. 2 - Planta baixa da Igreja antes dos restauros

Fig.09 | A Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira
| a configuração decimonónica: planta anterior
| aos restauros

Referências Bibliográficas

Aires-Barros, Luís (2001). *As rochas dos monumentos portugueses – tipologias e patologias*. “Cadernos”, IIª série / n.º3. Lisboa, IPPAR.

Almeida, Carlos Alberto Ferreira de (2001). *História da Arte em Portugal – O Românico*. “História da Arte em Portugal”/1. Lisboa, Editorial Presença.

Almeida, Carlos Alberto Ferreira de; BARROCA Mário Jorge (2002). *História da Arte em Portugal – O Gótico*. “História da Arte em Portugal”/2. Lisboa, Editorial Presença.

Azevedo, António de (1956). *Santa Maria de Guimarães – Um problema de toponímia e arqueologia artística*. Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães.

Azevedo, P.º Torcato de (1845). *Memórias Ressuscitadas da Antiga Guimarães*. Porto. (Azevedo, P.º Torcato de (1692). *Memórias Ressuscitadas da Antiga Guimarães*.)

Baquero Moreno, Humberto (1988). *Os itinerários de El-Rei Dom João I (1384-1433)*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa / Ministério da Cultura.

Caldas, Pe António José Ferreira (1996). *Guimarães. Apontamentos para a sua História*. Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães / Sociedade Martins Sarmento. (CALDAS, Pe António José Ferreira (1881). *Guimarães. Apontamentos para a sua História*. Porto.)

CMG-IPM-MAS (2001). *Guimarães – Mil anos a construir Portugal*. Catálogo da exposição realizada no Museu de Alberto Sampaio, em Guimarães, de 31 de Julho a 31 de Dezembro de 2000. Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães / Instituto Português de Museus / Museu de Alberto Sampaio.

CMG-IPM-MAS (2001a). *D. Manuel e a sua época nas colecções do Museu de Alberto Sampaio*. Catálogo da exposição realizada no Museu de Alberto Sampaio, em Guimarães, de 24 de Outubro de 2001 a 27 de Janeiro de 2002. Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães / Instituto Português de Museus / Museu de Alberto Sampaio.

Colegiada (1665). *Inventario geral da Insigne e Real Colegiada Igreja de Nossa Senhora da Oliveira da mui nobre e sempre leal villa de Guimarães*. Guimarães.

DGEMN (em linha). Disponível em “<http://www.monumentos.pt/>” (consultado em 11 / 05 / 2004).

DGEMN (1981). *Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, Guimarães*. Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais / n.º128, Lisboa, D.G.E.M.N..

DGEMN (1981a). *Pousada de Santa Marinha, Guimarães*. Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais / n.º130. Lisboa, D.G.E.M.N..

Dias, Pedro (1994). *A Arquitectura Gótica Portuguesa*. “Teoria da Arte”/11. Lisboa, Editorial Estampa.

Ferreira, M.ª da Conceição Falcão (1989). *Uma rua de elite na Guimarães medieval : 1376-1520*. Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães.



Fig.10 | A Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira
| a demolida porta lateral Sul

Ferreira, M.^a da Conceição Falcão (1997). *Guimarães: duas vilas, um só povo - estudo de história urbana (1250-1389)*. Dissertação de doutoramento em História da Idade Média, apresentada à Universidade do Minho. Braga, edição da autora.

Franzen, August (1988). *Kleine Kirchengeschichte*. Friburgo, Verlag. (FRANZEN, August (1996). *Breve História da Igreja*. Lisboa, Editorial Presença.)

Gentili, Giovanni (2000). *Ai confini della terra: scultura e arte in Portogallo*. Milão, Electa.

Marques, José (1990). O Mosteiro de Guimarães. In separata do: *Boletim de Trabalhos Históricos*, Vol. XLI, pp. 7-13. Guimarães.

Moraes, Maria Adelaide Pereira de (1998). *Ao redor de Nossa Senhora da Oliveira*. Guimarães, edição da autora.

Oliveira, Aurélio de (1981). Contribuição para o estudo dos elementos arquitectónicos seiscentistas da Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira. In: *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e a sua Colegiada – 850º aniversário da Batalha de S. Mamede (1128-1978)*, vol. IV / comunicações, pp. 261-298. Guimarães.

Ramos, Claudia M.^a Novais Toriz S. (1991). *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães: ca. 950-1250*. Dissertação de Mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Silva, Ilídio Jorge Costa Pereira da (1999). *A significação dos espaços privados nas comunidades cenobíticas – Os Cónegos Regrantes de St.º Agostinho da Congregação de Santa Cruz de Coimbra entre 1527 e 1640 e até 1834*. Dissertação de mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, edição do autor.

Teixeira, Luís Manuel (1981). O frontão da Colegiada como significativa memória da Pátria consolidada. In: *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e a sua Colegiada – 850º aniversário da Batalha de S. Mamede (1128-1978)*, vol. II / comunicações, pp. 325-336. Guimarães.

Teixeira, Luís Manuel (1981a). As pinturas dos tectos da igreja da Colegiada de Guimarães e a sua situação no contexto da pintura medieval peninsular. In: *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e a sua Colegiada – 850º aniversário da Batalha de S. Mamede (1128-1978)*, vol. IV / comunicações, pp. 449-460. Guimarães.

qualificação ambiental e conservação do património: discussão dos conceitos envolvidos

filipa malafaya

engenheira civil, doutoranda na feup
mestre assistente, faculdade de ciência e tecnologia,
universidade fernando pessoa

fmb@ufp.pt



Fig.01 | Fotografia de edifício em recuperação no Centro Histórico de Gaia - Cadeira de Materiais de Construção - visita de estudo. Fevereiro de 2003

Resumo

A conservação do património e a reabilitação urbana revelam-se cada vez mais importantes vectores das estratégias de desenvolvimento urbano. Abordar estas temáticas implica a clarificação de alguns dos conceitos envolvidos assim como uma viagem aos territórios próximos destes dois temas. De facto, regista-se uma crescente atribuição de importância à qualidade urbana e ao seu património, como factores de competição e atracção das cidades: a qualidade de vida urbana é cada vez mais uma ambição das populações e um dos atributos das cidades, em que a qualidade urbanística se afirma como elemento essencial dessa qualidade global, gerando por seu turno efeitos de atracção e desenvolvimento.

Palavras-chave: Conservação, Património, Planeamento e Ambiente Urbano, Reabilitação, Sustentabilidade.

I. Regeneração e Sustentabilidade: o Ambiente Urbano

As condições de crescimento económico dentro das cidades não apresentam um padrão uniforme em termos de distribuição na sua estrutura interna, apresentando assimetrias mais ou menos fortes, face ao facto de se identificar um processo de valorização selectiva dos espaços dentro dos limites dos aglomerados urbanos, tal como refere Vázquez (1994). Este é um dos factos na origem de alguns dos problemas de degradação urbana e do seu património. Por outro lado, a diversificação das funções urbanas tem concorrido para o crescimento da importância das cidades, como lugares de concentração de actividades e serviços que reforçam o seu poder de atracção.

Do mesmo modo, os assuntos ambientais são parte do processo de regeneração urbana e da conservação do património (Cockshaw, 1996). São muitas as actividades que encontramos actualmente nos centros urbanos, das quais se destacam a hotelaria e o *catering*, cultura e lazer, banca e seguros, serviços administrativos, e nalguns casos serviços religiosos e a chamada *gentrification*, a habitação privilegiada no centro, de grupos sociais de grande poder económico, associada a elevados padrões de qualidade. Este fenómeno de terciarização dos centros urbanos foi identificado em prati-

camente todas as principais cidades europeias, em particular nas que têm desenvolvido esforços de regeneração e recuperação dos seus espaços urbanos mais antigos.

Em alguns casos conseguiu-se impedir o avanço da degradação e até mesmo regredilo, através dos investimentos particulares na recuperação de edifícios e alguns espaços. Mas são muitas as preocupações a ter para além das intervenções particulares e independentes levadas a cabo pelo sector privado. As entidades públicas deverão ter um papel activo, delineando políticas e definindo instrumentos que permitam uma adequada protecção de todos os elementos constituintes do espaço urbano, a diferentes escalas (Busquets, 1998), nomeadamente os seus centros e com particular ênfase nos seus bens patrimoniais.

Por outro lado não pode ser esquecido que os objectivos da regeneração das áreas centrais degradadas têm que ser equacionados de forma a constituírem-se como um bem de usufruto generalizado, alargado às diferentes camadas da população e em particular aos residentes, apostando na proximidade dos serviços artísticos e culturais, das infra-estruturas e dos equipamentos em resultado de uma localização central. A noção de reabilitação está direccionada no sentido da reposição de um estado de estima ou consideração de um património desconsiderado e objecto de uma revalorização, no respeito pelo seu carácter arquitectónico.

Segundo Vázquez (1994), a reabilitação em termos urbanos corresponderá à criação de condições de sustentação de um perfil atractivo que permita um reposicionamento no sistema urbano. A reabilitação urbana passa obrigatoriamente por um conceito mais alargado, materializando-se em diferentes vertentes, destacando-se a reabilitação física, socio-cultural e económica, de acordo com a memória colectiva das comunidades e as novas condições de vida urbanas. Neste sentido, reabilitação envolve a reanimação e a revitalização, no sentido de implicar uma acção de devolução da *alma* e da *vida* características de um lugar, seja um monumento ou seja um aglomerado urbano, pelo que o enquadramento adequado de monumentos e aglomerados obriga necessariamente a uma acção de preservação nas envolventes, sejam elas físicas, sejam sociais.

Falar de reabilitação tem assim implicações directas naquele que é o desenvolvimento sustentável das cidades. Este conceito, relativamente recente, representa uma mudança na perspectiva tradicional de olhar o desenvolvimento, urbano ou não, por antagonismo à preservação do ambiente, sendo que estas duas realidades eram olhadas como incompatíveis e antagónicas. O desenvolvimento sustentável define-se “...em poucas palavras [como], crescimento económico no respeito pelos limites dos processos naturais de regeneração e sobretudo, tendo em conta a satisfação plena das necessidades e aspirações das gerações vindouras” (Pinho, 1995a: p.27). De acordo com Breheny (1992), é também importante explicitar a dimensão espacial dentro da sustentabilidade, particularmente ao nível da sustentabilidade urbana, dado as cidades se constituírem como os centros principais da actividade humana e, conseqüentemente, como os centros de consumo e de problemas ambientais mais críticos.

Resulta assim fundamental redesenhar a forma urbana existente, procurando preservar o património edificado e arquitectónico e toda a sua envolvente física e social, de uma forma viva e dinâmica, compatibilizando a constante mudança económica e de hábitos com os elementos mais duradouros, testemunhos de outras passagens, assim como desenvolver os necessários suportes institucionais que viabilizem e integrem estas. Na realidade, atingir um nível de desenvolvimento que se possa dizer sustentável, implica profundas mudanças, sempre difíceis, quer ao nível dos sistemas produtivos, quer ao nível da tipologia de consumo, procurando que se processe a redistribuição de recursos e a sua conservação e que se atinja um cenário equilibrado em termos de qualidade de vida e das condições ambientais.

A noção de sustentabilidade pressupõe a equidade intergerações e intragerações: tende a valorizar-se a dimensão temporal inter e intrageracional em detrimento da dimensão espacial (Breheny, 1992). O património arquitectónico é um dos exemplos da não propriedade exclusiva desta geração, possuindo uma natureza transgeracional, característica do conceito de sustentabilidade, que resulta da sua permanência ao longo do tempo e da história. “A noção de algo que se destina não apenas a uma



Fig.02 | Fotografia do Centro Histórico do Porto. Cadeira de Composição I - Visita de estudo. Março de 2004.

geração mas a várias, algo que não é verdadeiramente nossa propriedade mas antes um legado que recebemos e que temos obrigação de transmitir às gerações vindouras” (Henriques, 1994: 71), reforça as afirmações anteriores, salientando a não propriedade dos bens, apenas o seu usufruto, bem como o facto de as políticas de salvaguarda e valorização do património só se apresentarem como coerentes e úteis, se assumirem como objectivo o bem-estar das gerações actuais e futuras, e não como uma obrigação histórica ou um dever para com gerações anteriores.

Há, no entanto, que equacionar o desenvolvimento numa perspectiva integrada, garantindo a salvaguarda e a valorização de um património, mas potenciando o desenvolvimento económico e o equilíbrio intrageracional, nomeadamente restabelecendo os níveis de qualidade de vida das populações nos centros históricos urbanos. Muito embora, como refere Turner (1993), alguns dos bens não sejam de facto substituíveis, implicando restrições na utilização que visam a sua preservação, devem equacionar-se noções como incerteza, irreversibilidade e natureza crítica dos componentes do desenvolvimento, na construção dos cenários de intervenção actuais, procurando o atingir do equilíbrio entre o ambiente e os outros objectivos desse desenvolvimento, como a qualidade de vida.

O ambiente será então o conjunto dos elementos físicos, químicos, biológicos e sociais, que caracterizam um espaço e influenciam a vida de um grupo humano. Trata-se de um sistema, um conjunto coerente de elementos naturais, construídos e sociais que agem e reagem uns com os outros. O ambiente urbano, em particular, apresenta-se composto por um conjunto de aspectos relacionados com a qualidade do suporte biogeofísico, o desenho urbano e a qualidade estética da paisagem urbana, o património edificado, a funcionalidade dos espaços e o uso dos solos, assim como o conjunto das infra-estruturas, sistemas de transportes e serviços públicos (Pinho, 1995a). Tal corresponde a uma diversidade de componentes que obriga ao desenvolvimento, em termos de implementação dessa qualificação, de políticas alargadas, abrangendo diferentes intervenientes e programas de acção, e inte-

grando territorialmente as intervenções dirigidas por diferentes sectores, de forma a construir uma imagem global e abrangente da qual se retire uma melhoria efectiva do ambiente urbano (Lamas, 1995).

A qualidade do ambiente urbano é certamente um dos factores que determina a qualidade de vida dos habitantes das cidades. Este conceito, de qualidade de vida, não é simples nem apresenta uma definição única, constituindo campo das mais diversas controvérsias, sendo que, apesar destas, existe alguma concordância em relação a alguns dos factores que influenciam essa qualidade de vida, nomeadamente os que se referem à capacidade económica de famílias e indivíduos e ao emprego, ao bem-estar individual e à qualidade do ambiente (Pinho, 1995b). De facto, este conceito tem vindo a assumir-se como agregador de outros indicadores de qualidade que permitem, no conjunto, a construção do cenário da qualificação ou desqualificação ambiental em meios urbanos. Para além disso, o grau de satisfação atingido pelos diferentes indivíduos em termos de qualidade de vida no mesmo ambiente, varia e depende profundamente das suas vivências urbanas, que, por seu turno, variam de cidade para cidade e dentro da mesma cidade.

O facto é que os núcleos urbanos possuem uma maior diversidade e quantidade do conjunto de serviços e equipamentos, hoje em dia considerados como fundamentais pelas populações, proporcionando um meio de fácil acesso às facilidades e aos bens que fazem parte do dia-a-dia das pessoas e contribuem para a qualificação do seu quotidiano (emprego, maiores rendimentos, acesso à cultura e ao lazer). Paralelamente assistiu-se a uma significativa mudança em termos sociais, em parte motivada por mudanças políticas e económicas: as mudanças em termos de comportamento e de qualidade de vida, e das expectativas das populações, são vectores que assumiram uma nova perspectiva. Foram profundas as alterações ao nível dos circuitos de produção e dos padrões de consumo e destas emergem diferentes estilos de vida urbanos que se traduzem em diferentes organizações sociais (menor número de famílias tradicionais, maior número de pessoas solteiras ou famílias monoparentais) (De Klerk



Fig.03



Fig.04

Fig.03 e 04 | Fotografia do Centro Histórico do Porto. Cadeira de Composição I - Visita de estudo. Março de 2004.

et al, 1992) e consequentemente em diferentes organizações espaciais (Van Duren, 1992).

A capacidade das cidades para se constituírem como pólos de atracção de quadros qualificados, por exemplo, e se assumirem como protagonistas das novas dinâmicas de desenvolvimento, mede-se em grande parte, de acordo com Lamas (1995), pela qualidade do ambiente urbano em que o seu património se localiza. Este magnetismo é espontâneo e único e, reconhecido pelos que habitam ou usam a cidade, um dos motivos pelos quais se deve promover a participação alargada dos agentes sociais locais (Demaziére, 2000) na reabilitação urbana. Os habitantes devem “...ser actores do seu próprio desenvolvimento” (Ribeiro, 1991: 59). A reabilitação urbana passa também pela interacção e sociabilização no interior das instituições que se assumem nessa reabilitação.

II. Atracção da Cidade a Par da Degradação Ambiental

Identifica-se um renascer do interesse pela vida na cidade, que gradualmente assistia ao seu esvaziamento, fruto de pressões de natureza variada que vão desde o diferencial da renda fundiária, às acessibilidades ou ao (des)emprego. Em face das alterações e da nova organização do sistema económico afectado pelos processos de globalização e ineter-nacionalização (Rotmans et al, 2000), reestruturam-se os sistemas produtivos e a estrutura das actividades económicas urbanas. Esta reestruturação afecta nomeadamente as novas indústrias e o sector de serviços, onde a cidade volta a ser eleita como lugar de residência associada a valores de qualidade e de proximidade de um conjunto de *facilidades*, equipamentos e serviços diversificados e em grande quantidade. Paralelamente, e reforçando esta natureza atractiva dos aglomerados, tem vindo a crescer a componente cultural urbana, chegando alguns autores, como é o caso de Deben et al (1992: 85), a colocar a questão “Is there a new cultural vitality to be witnessed in the cities?...” Nos centros existe de facto uma atmosfera especial que funciona como atracção para diferentes grupos, pertencentes ou não à população da própria cidade, que por seu turno, ao percorrerem estes espaços, fazem

parte da paisagem humana que se emoldura na paisagem urbana.

A organização social actual, os estilos de vida, os sistemas produtivos e estrutura económica que hoje regem a sociedade, encerram em si mesmos muitos perigos para o ambiente urbano. De facto, são inúmeras e constantes as ameaças que pairam sobre os espaços tradicionais europeus, e em particular sobre os espaços tradicionais portugueses, pois apesar dos planos desenvolvidos no sentido de controlar o crescimento e desenvolvimento das cidades, são muitas as pressões que têm originado situações de perda irremediável, ou pelo menos danos apreciáveis, quer no património quer no ambiente. A atracção das cidades, em termos de actividades económicas e em termos de outras actividades como a residencial e a lúdica e cultural, tem produzido efeitos marcantes na sua forma e na sua vivência. Cabe aos instrumentos de planeamento, entre os quais podemos distinguir as políticas de transporte, usos dos solos e infra-estruturação, afectar directamente a evolução da forma urbana, e desse modo atingir objectivos de qualidade ambiental, por exemplo ao nível dos consumos energéticos (Owens, 1992).

Como já foi referido, no início desta reflexão, ao estudar a regeneração urbana aparece referenciado o fenómeno da chamada *gentrification*. A atracção exercida pelos centros também se identifica nalgumas vertentes com este fenómeno, em virtude da imagem construída em volta da reabilitação, que progressivamente encoraja o regresso aos centros de um grupo social que gradualmente se transfere para áreas periféricas (Jauhiainen, 1992). Esta atracção resulta também da proximidade dos serviços de natureza cultural aí sediados e arrastou, segundo o mesmo autor, o regresso de um capital assinalável e o seu investimento numa zona carenciada e debilitada em termos económicos. No entanto, o processo muitas vezes arrasta a transferência das populações aí residentes tradicionalmente, face às pressões imobiliárias que advêm, e consequentemente a não equidade intrageracional e a descaracterização dessas áreas, alimentando a segregação social pela segregação espacial, situações que implicam reavaliar as políticas de coesão económica, social e territorial (EC, 1998).

A urgência da reabilitação urbana resulta do estado de degradação avançado em que se encontra uma boa parte dos centros das cidades, em particular os europeus, fruto de um conjunto de factores que vão desde o estado de ruína dos edifícios, à terciarização, ao défice de cobertura infra-estrutural, à desertificação residencial e à perda das dinâmicas económicas. Assim, a agenda ambiental é hoje uma prioridade, quer por parte do poder local, quer do poder central, materializando-se numa política de natureza ambiental que visa a preservação e reabilitação do ambiente, em particular em centros urbanos, aonde se diagnosticam as situações mais críticas e de intervenção urgente.

Quanto às causas dessa degradação, de acordo com o Livro Verde do Ambiente Urbano (CCE, 1990), são apontadas como *causas profundas da degradação urbana*, o funcionalismo, que em termos espaciais encontra uma correspondência na separação e rigidez na localização das actividades separando fisicamente os usos dos solos, as transformações no sistema produtivo, a internacionalização e a terciarização das economias urbanas e dos seus centros, conduzindo a profundas disfunções ambientais, e que se reflectem no contexto urbano de forma relevante.

A crescente competição pelo uso terciário do solo central, expulsando os usos tradicionais como o residencial e o comércio de apoio ao quotidiano das populações residentes, introduz importantes e significativos desequilíbrios na estrutura urbana, traduzidos na desertificação de zonas onde existe boa cobertura em termos infra-estruturais e de equipamentos públicos e privados, que ficarão desta forma desaproveitados, e passarão a estar em falta nas novas localizações periféricas adoptadas pela população transferida. Paralelamente esta expulsão origina uma descaracterização destas áreas centrais e corresponde a um empobrecimento da herança cultural dos lugares, prejudicando o processo de conservação do património no âmbito do seu significado mais alargado, e impedido a reabilitação plena dos lugares e a sua qualificação em termos da ambiência aí experimentada, a par de um certo vazio em termos da actividade, que tem que ser convertido recuperando a vitalidade.



Fig.04



Fig.05

Fig.05 e 06 | Fotografia do Centro Histórico do Porto. Cadeira de Composição I - Visita de estudo. Março de 2004.

A segmentação que se encontra na sociedade apresenta uma expressão clara sob a forma de segregação espacial, que tem vindo a crescer a par do declínio dos espaços centrais urbanos, fruto de uma crise urbana nos anos 70 (Deben *et al*, 1992). As mudanças detectadas traduzem-se em mudanças no comportamento dos consumidores tanto em termos quantitativos como qualitativos, bem como em profundas mudanças na estrutura da população e na sua perda de capacidade económica: a segregação da procura levou à segregação da oferta como afirma Van Duren (1992).

III. Conservação e Qualificação

Na sequência da degradação ambiental, falar de conservação é inevitável, em particular falar de conservação integrada. A conservação corresponde à acção de manter intacto ou no mesmo estado, o que, em termos de património, tem duas interpretações: designa as instâncias administrativas encarregues da conservação e da protecção do património, assim como a utilização das técnicas e procedimentos materiais destinados a manter a integridade dos edifícios. A conservação integrada consiste no tratamento (conservação, restauro e reabilitação) das construções e dos aglomerados antigos, de modo a torná-los utilizáveis na sociedade moderna e a integrá-los nos planos de ordenamento urbanos. Assim a restauração será um dos instrumentos que possibilita a conservação e a reabilitação, consistindo no conjunto de operações especializadas, recorrendo a técnicas apropriadas, que permitam repor a integridade do objecto, em particular de um edifício ou rua, respeitando a sua autenticidade ao nível dos materiais. A reconstituição corresponde à reconstrução, com base em documentos escritos ou figurativos, de um edifício ou conjunto de edifícios desaparecidos ou muito degradados, em que o estado de degradação tornou irreconhecíveis alguns dos elementos estruturais característicos desse objecto.

No entanto, e de acordo com Lamas (1995), tanto ao nível do restauro como dos projectos de valorização em determinadas áreas, identifica-se por vezes a tentação de criar sobre o existente, particularmente em situações onde a intervenção de revitalização e reabilitação se

assumem de carácter inovador, mesmo que apenas ao nível dos usos, e atingem de forma irreversível a obra a conservar, como refere Dourado (1994), sem no entanto corresponderem assumidamente a intervenções que se pretendem actualizadoras de um dado edifício ou objecto do passado. Mesmo para as mais polémicas posições relativamente ao restauro e à conservação, a permanência dos testemunhos de um passado constituem uma lição, um registo de informação e de princípios, fundamental para a integração do passado e do presente, e para o planejar do futuro. De facto, o passado é visto não mais como fonte de inspiração, mas como ciência, fonte do saber.

Reforça-se também a importância de garantir qualidade e rigor científico no que respeita às intervenções de conservação, respeitando o carácter próprio dos objectos e a sua autenticidade, assim como resulta fundamental a protecção às técnicas tradicionais de construção que possibilitam uma adequada recuperação e restauro, no respeito pela autenticidade referida e sem comprometer as características intrínsecas de um dado bem, a par do desenvolvimento e utilização criteriosa e compatibilizada das novas tecnologias e materiais. No entanto, e dado não existir um referencial único para os valores da conservação, a acção válida para uns pode não o ser para outros, sendo que ambos podem ter razões válidas para argumentar as suas posições.

O que a conservação não pode é, perante a ausência de referências culturais concretas, reduzir-se ao enunciado das questões técnicas que permitem a manutenção da integridade dos bens, ou seja, reduzir-se a um somatório de acções técnicas individuais, que apresentam consequências físicas. Mais ainda, e de acordo com Henriques (1994: 70), “...a conservação do património é uma actividade cultural com implicações técnicas e não uma actividade técnica com implicações culturais”. A intervenção tem que ser guiada de uma forma tal que, no respeito pelas características dos lugares e monumentos, permita aos técnicos actuais usarem a sua criatividade, não no sentido artístico como foi referido, mas no sentido de promoverem a integração de critérios de modernização, necessários à reabilitação realista, viabilizando a redinamização dos centros urbanos, de modo

a evitar a *museaficação em formol* dos centros históricos (Aguilar, 1995).

Também na Carta de Veneza (1964) se afirma o facto de a conservação dever assegurar o uso dos monumentos sem que este afecte as suas características fundamentais, podendo no entanto introduzir-se modificações mais ou menos ligeiras que se revelem necessárias, em resultado das alterações funcionais. A ocupação dos monumentos por forma a assegurar a continuidade da sua vida, atendendo no entanto ao seu carácter histórico e artístico, fora já recomendada na Carta de Atenas (1931), tomando uma nova perspectiva na Carta de Toledo (1987), onde se referem as comunidades urbanas como uma expressão da diversidade das sociedades ao longo da história, diversidade esta olhada como património e que importa preservar.

Por outro lado, a reutilização dos edifícios, sejam os que apresentam características e dimensões assinaláveis, sejam os de perfil mais modesto, coloca questões complexas de adaptação às realidades que os rodeiam. A intervenção de reabilitação no seu sentido mais alargado pressupõe que se revitalizem as áreas em recuperação, conferindo-lhes novas dinâmicas e desenvolvendo a actividade económica: a nova proposta de reciclagem da cidade (Gossé, 2000). A preservação das actividades, e em particular do perfil multifuncional dos centros urbanos, obriga à reutilização, de acordo com as novas exigências, dos edifícios recuperados e à reconversão dos mesmos. A reconversão assume-se como a transformação de uma área ou edifício em termos das actividades aí desenvolvidas, face à necessidade de adaptação à evolução económica e social.

O processo passa obrigatoriamente pelo equacionar de todos os impactes gerados pelas novas utilizações, impactes estes identificados não só no edifício em si, em termos de harmonia dos seus aspectos interior e exterior, como no espaço envolvente e nas pessoas que aí vivem. São muitos os casos em que, por virtude das tipologias e dimensões dos edifícios monumentais a conservar, os usos para eles determinados são completamente inadequados perante características arquitectónicas muito específicas. Para além das questões relacionadas com o edifício e o seu uso interno, surgem muitas vezes problemas mais graves nas en-



Fig.07 | Fotografia de maquete. Cadeira de Projecto I.
Autoria : Manuel Gomes. Maio 2003.



Fig.08 | Fotografia de maquete. Cadeira de Composição I.
Autoria : Pedro Costa. Dezembro 2003

volventes, devido ao tipo de fluxo que geram, característico de certas actividades que são para eles deslocadas, e produzindo impactes significativos nos espaços adjacentes, resultando que uma localização e as suas características socio-espaciais podem abortar qualquer expectativa para um bom funcionamento de certas actividades em centros urbanos.

Assim, algo tão simples como o uso dado a um edifício pode criar sérios problemas ambientais (congestionamento, acessibilidade, poluição, descaracterização) e de conservação patrimonial (descaracterização do interior, disfuncionalidades), com prejuízo não só dos imóveis preservados mas também das suas envolventes. No conjunto, o resultado é mau, pois que se torna imprescindível um verdadeiro enquadramento dos monumentos na sua envolvente como factor de valorização e de preservação do seu valor cultural e do conjunto. O não respeito pela conservação patrimonial, e consequentemente ambiental, dos conjuntos urbanos centrais pode significar, nalguns casos, uma perda de identidade e de significado, sobrando apenas alguns elementos arquitectónicos mais ou menos bem conservados, disseminados pela malha urbana, mas sem uma verdadeira vivência ou ambiência.

IV. Do Planeamento da Estrutura Urbana

O planeamento físico e os seus instrumentos são elementos fundamentais para a protecção e o desenvolvimento integrado das zonas novas e antigas da cidade, em particular para controlar a estrutura espacial urbana e encontrar novas soluções para os problemas ambientais que aí se verificam, e constituem-se como medidas institucionais, que procuram influenciar de forma directa o comportamento dos utilizadores, relativamente à cidade e ao seu ambiente. De facto, o planeamento territorial apresenta potencialidades significativas para a resolução dos problemas da qualificação ambiental e da conservação patrimonial, que passam pela concepção de estratégias e programas de acção que abrangem campos tão variados como a regulação do uso do solo, as acessibilidades dos lugares e a mobilidade das pessoas, ou a infraestruturação dos aglomerados urbanos.

Através dele é possível promover uma efectiva revitalização dos centros urbanos e a qualificação e reposicionamento do sistema urbano, através do reforço da coesão económica e social das cidades (Magalhães, 1995). Como refere Rosmaninho (1990), aos instrumentos regulamentares que correspondem a medidas de ordem institucional, podemos somar um importante conjunto de outros de natureza económica que, de forma indirecta, constituem um forte incentivo à permanente melhoria de atitude face à preservação ambiental, pelo facto de proporcionarem aos agentes económicos a liberdade de reagir a alguns estímulos com alguma vantagem, face à sua maior flexibilidade e melhor eficácia em termos de custos. Estes instrumentos complementam-se, cobrindo diferentes situações e posições e integrando políticas sectoriais com a política de ambiente. Há, no entanto, que ter em atenção o facto de as mudanças institucionais terem que ser precedidas por mudanças de comportamento e de valores.

De facto, a solução de todos os problemas não reside apenas no planeamento físico, necessitando também de uma intervenção ao nível social e da actividade económica que pressupõem uma vontade política forte e determinada. A protecção do ambiente, a conservação e a valorização do património, apresentam custos elevados que devem ser assumidos não apenas pelas entidades públicas ou empresas, mas por toda a comunidade empenhada nesses objectivos. Uma atitude deste tipo implica, obrigatoriamente, que sejam desenvolvidas políticas urbanas globais capazes de reduzir de facto o impacte ambiental das actividades humanas, o que em termos urbanos se traduz numa mudança de hábitos e de mentalidades profunda, bem como de redireccionar de modo eficaz o desenvolvimento, sem recorrer exclusivamente a critérios de eficiência (Van Lier, 1998).

Na realidade, são poucas as estruturas que podemos encontrar que apresentam uma resposta proactiva relativamente às situações urbanas e aos problemas ambientais aí encontrados (Owers, 1996). Quaisquer que sejam as acções e os programas determinados pelas políticas de ambiente urbano definidas pelas entidades responsáveis, a sua implementação e

a tomada de decisão têm que ser devidamente analisadas em termos de uma compreensão efectiva, e de uma preocupação real, relativamente ao seu contexto envolvente. O planeamento estratégico interactivo (Guerra, 2000) e enquanto processo de aprendizagem (Faludi, 2000), tem efectivamente que ser redescoberto. É fundamental não só definir objectivos estratégicos, como promover a coordenação e a integração dos diferentes programas e níveis de intervenção. Mais do que regras, importa estabelecer princípios que estruturem o desenvolvimento físico, económico e social de cada cidade, no respeito pelas suas características próprias (Magalhães, 1995).

Salienta-se o facto de tal esforço concertado só ser devidamente frutuoso se procurar desenvolver os instrumentos de planeamento e de gestão adequados, capazes de actuar sobre os diferentes elementos que constituem a estrutura espacial, social e económica dos centros urbanos e das cidades no seu conjunto, favorecendo uma gestão integrada do antigo e do novo. Na realidade, quando se referem a reabilitação e a renovação, embora se saliente a sua importância para o desenvolvimento sustentado urbano, sobressaem as áreas correspondentes aos centros antigos, em particular os centros que apresentam fortes traços de uma história longa. Nestas áreas as questões levantadas assumem relevo, dado apresentarem características de degradação a par de características que potencializam com maior impacte a regeneração urbana, principalmente nos casos de centros históricos em zonas ribeirinhas, onde o adjectivo *frente de água* se soma, com riscos importantes ao nível da especulação imobiliária.

No entanto, as áreas de intervenção “...*não se podem restringir às áreas de prestígio podendo acontecer, numa estratégia bem pensada, que não se deva sequer começar por elas*” (Portas, 1995: 75). De facto, a regeneração urbana, mesmo que dirigida com ênfase para a recuperação de um centro histórico, pode encontrar uma resposta mais eficaz em intervenções disseminadas pela cidade, desviando pressões elevadas que apresentam forte direcionalidade em relação ao centro. Há então que regulamentar as leis para dar aplicabilidade prática aos textos que traduzem as políticas a imple-

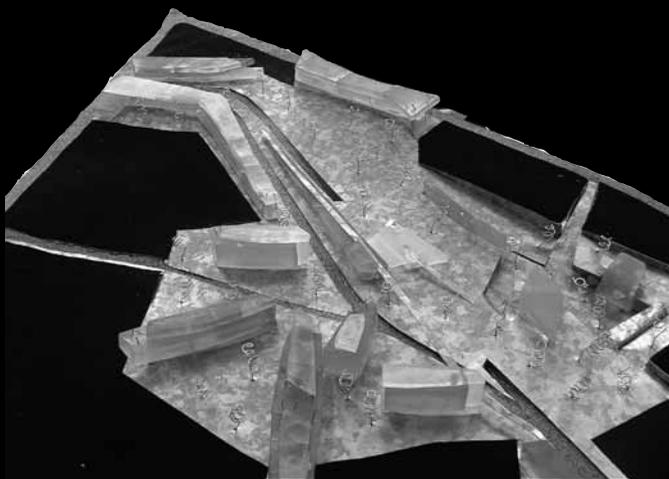


Fig.09 | Fotografia de maqueta. Cadeira de Composição I.
 Autoria : Pedro Costa. Dezembro 2003

mentar. Na prática encontramos, ao nível da legislação, material que apresenta características excepcionais em termos jurídicos, mas os consequentes instrumentos regulamentares não são desenvolvidos por forma a permitirem que o conjunto de acções e programas necessários sejam devidamente criados e implementados (políticas de solos, arrendamento). Verifica-se existir uma desarticulação do enquadramento legal, fiscal e financeiro da conservação do património e uma inadequação dos incentivos e das linhas de financiamento (Aguiar, 1995), ideia reforçada em Andersson et al (1992), ao referir os muitos aspectos da regulação ambiental, desde a escrita das leis, à administração da lei e ao efeito da regulação na protecção efectiva do ambiente.

É fundamental apurar os instrumentos de planeamento municipal que possibilitam o ordenamento e viabilizam o conjunto de programas e acções de qualificação e regeneração urbanas, tal como aponta Magalhães (1995), promovendo a gestão integrada das zonas de protecção do património, dado que a salvaguarda e valorização do património só têm significado e eficácia se devidamente integrados na política de ordenamento do território. Esta proposta é reforçada por Pinho (1995b, p.65) ao afirmar que “...a diagnósticos desagregados terão [...] de corresponder políticas ambientais sectorializadas, assentes na definição de padrões ou normas onde escasseia o valor da integração e interdependência sempre presentes nos ecossistemas e sistemas naturais”.

O planeamento assume particular relevo na articulação da estrutura urbana, das acessibilidades e das infra-estruturas de uma cidade. A acessibilidade dos lugares centrais representa um dos principais problemas das cidades actuais, traduzindo-se num desequilíbrio permanente no fluir de bens e pessoas dentro da estrutura urbana; a acessibilidade será a possibilidade de acesso de um lugar a partir de outro, enquanto o congestionamento é um dos factores que paradoxalmente alimentam a centralidade de alguns lugares. Verificou-se ao longo dos tempos, e verifica-se ainda hoje, que as cidades exercem uma forte atracção sobre as pessoas, nomeadamente os seus centros mais antigos. Apesar de algumas mudanças de forma e de conteúdo, esta atracção deve-se

entre, outras coisas, ao facto de aqui se encontrarem concentradas grande quantidade e variedade de serviços, assumindo assim uma função central. Na realidade, preservar implica diminuir a acessibilidade (pedestrianização, não estacionamento, transportes colectivos); e por outro lado sem aumentar a acessibilidade condenam-se os centros a uma morte lenta e em agonia, por estagnação das suas actividades. Não há preservação possível em locais sem vitalidade social e económica.

No que se refere à mobilidade, ela constitui um dos atributos mais importantes da cidade. Em termos urbanos, o funcionalismo, e as suas consequências em termos espaciais, vem reforçar a importância da mobilidade, e consequentemente do sistema de transportes, face às situações de congestionamento e falta de estacionamento que caracterizam os centros urbanos. Em termos de planeamento, o multifuncionalismo e a diversificação oferecem soluções sustentáveis que não incidem na promoção da mobilidade, mas reduzem as necessidades de deslocação. No entanto, a mobilidade e a posse de automóvel representam um dos exemplos mais significativos da condição urbana: o estatuto social conferido pela posse deste bem foi, e é ainda hoje, conquistado a custo, e implicando

V. Síntese de Conteúdos

Na realidade, ainda existe um desconhecimento das vantagens e do potencial da reabilitação física e da conservação do património em termos socio-económicos, resultantes da implementação de adequadas políticas de salvaguarda e valorização desse património. A reabilitação física tem sido sistematicamente privilegiada face à situação de degradação e de ruína de um volume significativo do parque edificado, em particular na situação portuguesa, muito embora nesta não se esgotem as potencialidades da reabilitação. Desta forma consegue-se uma resposta face às disfunções construtivas e físicas, permanecendo no entanto o conjunto das disfunções sociais e económicas que muitas vezes estão também na base das primeiras, e acaba por não se materializar num processo auto-sustentado de intervenção na reabilitação, recuperando os recursos locais e integrando-os no processo de revitalização.

por vezes sacrifícios por parte dos seus proprietários. Esta realidade, na prática, conduziu a impactos fortíssimos em termos de acessibilidade, de poluição sonora e do ar e de consumos energéticos crescentes, face ao congestionamento gerado no acesso às zonas mais centrais.

É importante referir, no entanto, que a terciarização, que se identifica nos centros urbanos como factor de degradação, também corresponde, e em simultâneo, ao sector do novo emprego urbano. Deste modo assume-se como fundamental o factor localização central para o desenvolvimento económico e, consequentemente, para a revitalização socio-económica nas cidades. Os próprios padrões de consumo em mutação têm afectado as zonas centrais, as chamadas *baixas citadinas*, de uma forma dupla, traduzindo-se, por um lado, num factor de degradação ambiental nos centros antigos, face ao esvaziamento do seu comércio tradicional, e portanto a uma perda de carácter e de especificidade, e substituição por um comércio especializado e direccionado para um diferente grupo de consumidores, na sua maioria de origem exterior aos centros históricos, mas que, por outro lado, canaliza para estas zonas investimentos e contribui para a dinamização da actividade no centro.

Reforça-se assim a ideia de que falar de reabilitação tem efectivamente implicações directas no desenvolvimento sustentável das cidades, conceito que representa uma nova perspectiva face ao desenvolvimento urbano no respeito pela preservação do ambiente, na medida em que o ambiente urbano se constitui como um dos vectores mais importantes da qualidade de vida. Neste sentido, a sua qualificação é certamente fundamental para a revitalização dos núcleos centrais. A revitalização referida pretende-se que inclua a salvaguarda e valorização do património devendo cumprir o bem-estar das gerações actuais e futuras, assumindo as suas dimensões intra e intergeracional. Não é demais reforçar o facto de o património arquitectónico ser um exemplo de um tipo de bem que possui uma faceta transgeracional, que se pretende preservar, e intrageracional, restabelecendo a qualidade de vida dos que vivem ou usam os centros históricos urbanos.



Fig.10 | Esquiso e planta.
Cadeira de Projecto I.
Autoria : Manuel Gomes.
Maio 2003.

Emerge ainda o facto de as cidades voltarem a ocupar uma posição de preferência como lugares de residência, procurando a proximidade e a comodidade dos serviços urbanos. Identifica-se realmente uma atmosfera especial nos centros mais antigos que atrai diferentes tipologias sociais e convida ao regresso ao centro de grupos que progressivamente se haviam afastado. No entanto, em muitos destes processos não são garantidas as condições da equidade intrageracional, ocorrendo uma descaracterização total dessas áreas, em resultado da segregação espacial, que corresponde a uma perda irreparável em termos da herança cultural dos lugares, amputando o processo de conservação do património: a par da atractividade e do conjunto de oportunidades que se geram, aparecem os problemas ambientais e sociais.

Assim, a conservação deve ser integrada e sistemática, agindo sobre os aglomerados antigos, reutilizando-os e (re)conciliando-os com a sociedade contemporânea, não podendo no entanto reduzir-se a uma tomada de posição meramente técnica, sob o risco de se perder o valor cultural de certos espaços característicos, o que implica a preservação do perfil multifuncional dos centros históricos urbanos e o desenvolvimento de novas dinâmicas da actividade económica, preservando também a especificidade dos lugares, sejam monumentos sejam aglomerados urbanos. Paralelamente, a qualificação ambiental e a preservação obrigam a uma duplicidade difícil de conciliar: preservar implica muitas vezes *diminuir* a acessibilidade, mas, paralelamente, não é possível implementar programas de recuperação social e económica sem garantir que se proporciona essa mesma acessibilidade,

O planeamento territorial revela também capacidades que importa equacionar quando se trata da resolução dos problemas da qualificação ambiental e da conservação patrimonial, e que passam, entre outras acções, pela concepção de estratégias e programas de acção e pela sua instrumentalização. Em face do que foi referido, o estabelecimento de princípios estruturantes do desenvolvimento urbano nas vertentes física, económica e social de cada cidade, respeitando as características próprias de cada uma, é imprescindível para a materia-

lização de uma política de regeneração urbana responsável e realista. Neste sentido, o facto de, na cidade como um todo, sobressaírem os centros antigos, plenos de identidade e significado, torna possível potenciar com maior impacte essa regeneração, mobilizando formas de intervenção activas de um leque mais alargado de actores, incluindo a população em geral.

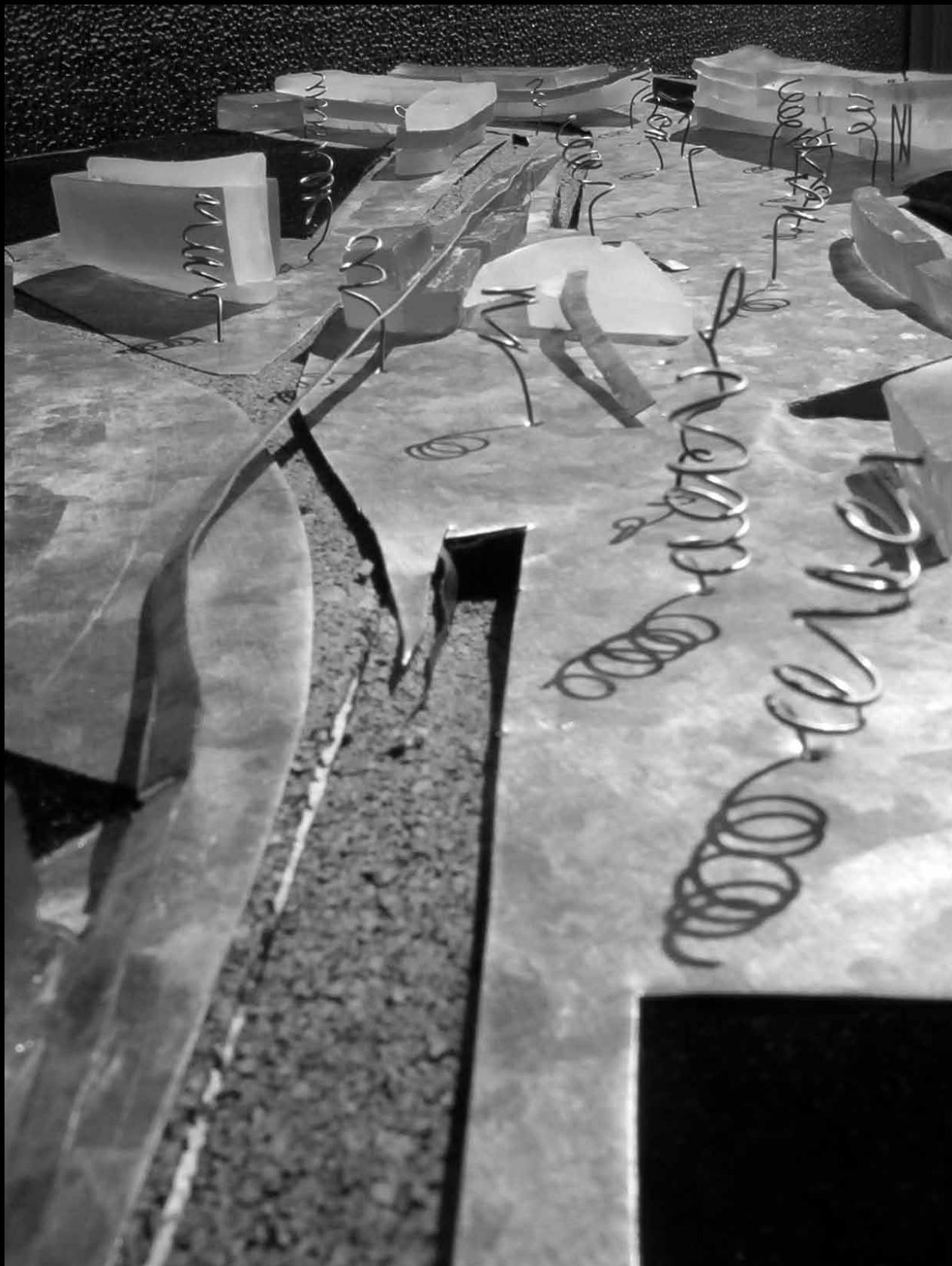


Fig.11 | Fotografia de maquete. Cadeira de Composição I. Autoria : Pedro Costa. Dezembro 2003

Referências bibliográficas

- Aguiar, José, 1995, "Dificuldades na Conservação e Reabilitação do Património Urbano Português", in *Sociedade e Território*, nº21, Março 1995: 24-35.
- Andersson, Morten; Bennekon, Gunver; Schroll, Henning, 1992, "Environmental Problems and Environmental Regulations in Western Europe, 1980-1989", in *Environmental Management*, Vol 16, Nº2, 1992: 187-194.
- Breheny, M.J., 1992, "Sustainable Development and Urban Form, An Introduction", in *Sustainable Development and Urban Form*, Editor M. J. Breheny: 1992, 1-23.
- Busquets, J., 1995, Planeamiento: pasado recente y futuro próximo, in *Sociedade e Território*, nº 22: (9-21).
- CCE, 1990, "Livro Verde sobre o Ambiente Urbano", Comissão das Comunidades Europeias, 1990.
- Cockshaw, Sir Alan, 1996, "Quality in the Urban Environment", in *Built Environment*, Vol 22, nº 4, 1996: 278-282.
- Deben, Léon; Musterde, Sako; Van Weesep, Jan, 1992, "Urban Revitalization and the Revival of Urban Culture", in *Built Environment*, Vol 18, nº2, 1992: 85-89.
- De Klerk, Leo; Vijgen, Jacqueline, 1992, "Inner Cities as a Cultural and Public Arena", in *Built Environment*, Álvaro, 1995, "Intervenções na Base Económica Urbana", in *As Cidades Médias e o Ordenamento do Território*, MPAT, CCRC, 1995: 81-95.
- Demazière, C., 2000, Le développement local dans les villes européennes, in *Les Annales de la Recherche Urbaine*, nº 86: (57- 65).
- Dourado, 1994, "Restauro e Contemporaneidade", in 2º ENCORE, Encontro sobre Conservação e Reabilitação de Edifícios, LNEC-FUNDCIC, 1994, Vol. I: 41-48.
- European Commission, 1998, *Desenvolvimento urbano sustentável na União Europeia: um quadro de acção*, Commission of the European Communities, COM(1998)605, Bruxelas.
- Faludi, A., 2000, The performance of spatial planning, in *Planning Practice & Research*, Vol.15, nº4: (299-318).
- Gossé, M., 2000, La crise mondiale de l'urbanisme, in *Les Annales de la Recherche Urbaine*, nº 86: (85- 91).
- Guerra, I., 2000, O planeamento estratégico das cidades, Organização do espaço e acção colectiva, in *Cidades, Comunidades e Territórios*, nº1, CET.
- Henriques, Fernando M. A., 1994, "Algumas Reflexões sobre a Conservação do Património Edificado em Portugal", in 2º ENCORE, Encontro sobre Conservação e Reabilitação de Edifícios, LNEC-FUNDCIC, 1994, Vol. I: 67-78.
- Jauhainen, Jussi S., 1992, "Culture as a Tool for Urban Regeneration", in *Built Environment*, Vol.18, Nº2, 1992: 90-99.
- Lamas, António Ressano Garcia, 1995, "Salvaguarda e Valorização do Património Construído - Prioridades na Definição de uma Política de Património", in *Sociedade e Território*, nº21, Março 1995: 18-23.
- Magalhães, Ricardo, 1995, "PROSIURB - Um Novo Instrumento de Política Urbana", in *As Cidades Médias e o Ordenamento do Território*, MPAT, CCRC, 1995: 19-27.
- Owens, S., 1992, "Energy, Environmental Sustainability and Land-use Planning", in *Sustainable Development and Urban Form*, Editor M.J. Breheny, 1992: 79-105.
- Owers, David, 1996, "The Quarter Within the Mesh: Urban Theory Territory", in *Built Environment*, Vol 22 Nº 4: 283-299.
- Pinho, Paulo, 1995a, "A Propósito da Qualidade do Ambiente Urbano: Contributos para a Crítica do Livro Verde da União Europeia", in *Inforgeo*, Nº 9-10, 1995: 27-38.
- Pinho, Paulo, 1995b, "A Importância da Qualidade do Ambiente Urbano como Factor de Consolidação e Desenvolvimento das Cidades", in *As Cidades Médias e o Ordenamento do Território*, MPAT, CCRC, 1995: 63-70.
- Ribeiro, Manuel João, 1991, "Reabilitação Urbana: Estratégia e Organização" in *Sociedade e Território*, nº14/15, Dezembro 1991: 56-61.
- Rosmaninho, Maria Isabel, 1990, "Utilização de Instrumentos Económicos na Política de Ambiente", GEPAT, MARN, Abril 1990.
- Rotmans, J.; van Asselt, M.; Vellinga, P, 2000, An integrated planning tool for sustainable cities, in *Environmental Impact Assessment Review*, Vol.20 nº3: (265-276).
- Turner, R. K., 1993, "Sustainability: Principles and practice" in *Sustainable Environmental Economics and Management: Principles and Practice*, Editor Kerry R. Turner, 1993: 3-36.
- UNESCO, 1931, "Carta de Atenas do Restauro", in *Porto Património e Paradigmas*, Câmara Municipal do Porto, 1997: 47-50.
- UNESCO, 1964, "Carta de Veneza", in *Porto Património e Paradigmas*, Câmara Municipal do Porto, 1997: 63-70.
- UNESCO, 1987, "Carta de Toledo", adaptado pelo ICOMOS, in *Porto Património e Paradigmas*, Câmara Municipal do Porto, 1997: 135-137.
- Van Duren, Aart Jan, 1992, "Changes in the Attraction of Amsterdam City Centre", in *Built Environment*, Vol 18, nº2, 1992: 123-136.
- Van Lier, H. N., 1998, Sustainable land use planning, in *Landscape and Urban Planning*, nº41: (79-82).
- Vázquez, Isabel Breda, 1994, "A Dimensão Estratégica da Conservação e da Reabilitação do Património Urbano", in 2º ENCORE, Encontro sobre Conservação e Reabilitação de Edifícios, LNEC-FUNDCIC, 1994, Vol. I: 79-86.

contextos de referência nas reconversões de espaços urbanos

miguel branco-teixeira

engenheiro civil, doutorando na feup
mestre assistente, faculdade de ciência e tecnologia,
universidade fernando pessoa

lbt@ufp.pt

Resumo

Pretende-se contextualizar as reconversões urbanas face às referências inovadoras que caracterizam o planeamento urbanístico e as intervenções nas cidades. Estas referências permitem compreender a temática das reconversões, enquanto processos espaciais, que reflectem as profundas transformações económicas e sociais a que as mesmas estão sujeitas na actualidade.

A sobreposição destas referências permite avaliar o grau de dificuldade que as reconversões urbanas incorporam, e a função que estas desempenham (continuidade, equilíbrio ou ruptura) no processo de produção ou (re)produção urbana, ele próprio de natureza dinâmica, descontínua e imprevisível.

Palavras-chave: Reconversão Urbana; Globalização; Competitividade, Parcerias; Cidadania

I. Globalização e Competitividade Urbana

A compreensão do fenómeno da globalização permite encontrar algumas explicações para a emergência das operações de reconversão urbana. O processo de globalização, possibilitado pela evolução tecnológica e materializado pela liberalização económica, situa-se a nível transnacional, e conduz à quebras das próprias fronteiras nacionais, fazendo emergir à escala mundial os sistemas espaciais com maior capacidade competitiva, com relevo para os espaços metropolitanos.

Segundo Giddens (1996), a globalização significou a intensificação das relações sociais à escala mundial, possibilitando a ligação entre localidades distantes, de tal forma que as ocorrências locais são moldadas por circunstâncias que se dão a muitos quilómetros de distância e vice-versa. Aos olhos de certos observadores, os movimentos de globalização conduzem directamente a uma economia desligada dos territórios concretos, indiferente à sua história e à sua sociologia particular, considerando as cidades e as regiões como simples peões num jogo de xadrez à escala mundial.

As economias nacionais e a economia mundial apresentam-se, cada vez mais, como um arquipélago de metrópoles e de regiões de



Fig.01 | Fotografia de maquete. Cadeira de Projecto I.
Autoria : Luís Fernandes. Janeiro 2003.

forte crescimento, estabelecendo entre elas relações horizontais que se intensificam rapidamente, ao ponto das relações verticais tradicionais com os países do interior (ou com o interior do próprio país) passarem para um segundo plano (Ferrão, 1995).

De facto, existe um número reduzido de metrópoles, conhecidas como “cidades globais”¹, que têm vindo a intensificar a sua influência nos processos económicos mundiais como cidades-chave no complexo sistema em que se gere a economia mundial. As grandes cidades funcionam cada vez mais em rede, através de múltiplas ligações oferecidas pelas grandes infra-estruturas de transportes e de telecomunicações e dos meios proporcionados pelas grandes empresas multinacionais. O seu crescimento processa-se em “bola-de-neve”, pelo que dificilmente é possível o salto para o pelotão da frente para outras cidades que o pretendem conseguir.²

Se, inicialmente, a globalização aparece essencialmente associada a conotações económicas, ela rapidamente ganhou uma forte dimensão espacial. Lembre-se que, se na actualidade o sector económico tem um peso decisivo na construção urbana, a sua influência pode ser encontrada ao longo da história, ideia desenvolvida por autores como Harvey, D. (1977) e Walker, R. (1981), os quais salientam a relevância do desempenho dos factores sócio-económicos no evoluir da estruturação da forma urbana. Neste sentido, o fenómeno da globalização contribui para aumentar a dependência dos processos de transformação urbana relativamente aos grandes grupos financeiros e às empresas multinacionais, os quais necessitam de espaço com um nível de qualidade elevado, que lhes permita garantir a obtenção de bons resultados decorrentes das suas iniciativas.

Deste modo, as cidades sentem necessidade de oferecerem condições que as tornem atractivas, pelo que têm de gerar “vantagens competitivas”, com o objectivo de captarem investimentos e recursos exógenos relativamente a outras.

Quando se fala de competitividade de um território, normalmente está em causa a capacidade de um determinado território para atrair, manter e reordenar (Ferreira, *et al.*,

1997) investimentos julgados “estruturantes” da actividade económica.

Como se referiu, as cidades têm de conseguir obter vantagens competitivas pelo que as entidades públicas têm vindo a criar iniciativas de apoio e incentivo à localização das empresas, multiplicando a oferta de serviços e de equipamentos de apoio e, mais recentemente, têm-se preocupado com a qualificação do ambiente urbano para a implantação de empresas.

Entre os meios a disponibilizar, estão principalmente as infra-estruturas de transportes (aéreas, marítimas, rodo-ferroviárias) e telecomunicações, a presença de nichos de investigação e tecnologia (universidades ou centros de ciência) e os serviços de gestão e finanças (banca, consultadoria, etc.), capazes de possibilitar a afirmação de determinada região ou cidade a nível internacional.

Mas, a produção de vantagens competitivas implicou que as cidades explorassem ao máximo os seus recursos, centrando as suas energias nos espaços que ofereciam mais segurança na concretização dos objectivos propostos. Deste modo, verificou-se um forte desajustamento, no quadro das políticas urbanas, entre as necessidades locais e as necessidades do sistema económico internacional, tendo estas últimas sido claramente beneficiadas pelas instâncias políticas. Este facto, potenciou fortes assimetrias espaciais, criando impactos selectivos no desenvolvimento urbano.

Enquanto, em certos locais, se implementavam grandes infra-estruturas (eixos viários, telecomunicações, etc.) que induziam a localização de investimentos e o desenvolvimento de pólos tecnológicos e industriais, contribuindo para o nascimento de novas centralidades³, outros, debatendo-se com problemas estruturais como a falta de terrenos disponíveis ou os congestionamentos de tráfego, ficavam à margem deste processo, vendo diminuir a sua capacidade de atracção e entrando em decadência e degradação. Nesta segunda situação encontravam-se muitos centros urbanos tradicionais.

Entretanto, se é verdade que a globalização induziu a formas de separação entre as economias e os territórios, contribuiu também para tendências inversas, em virtude de um grande

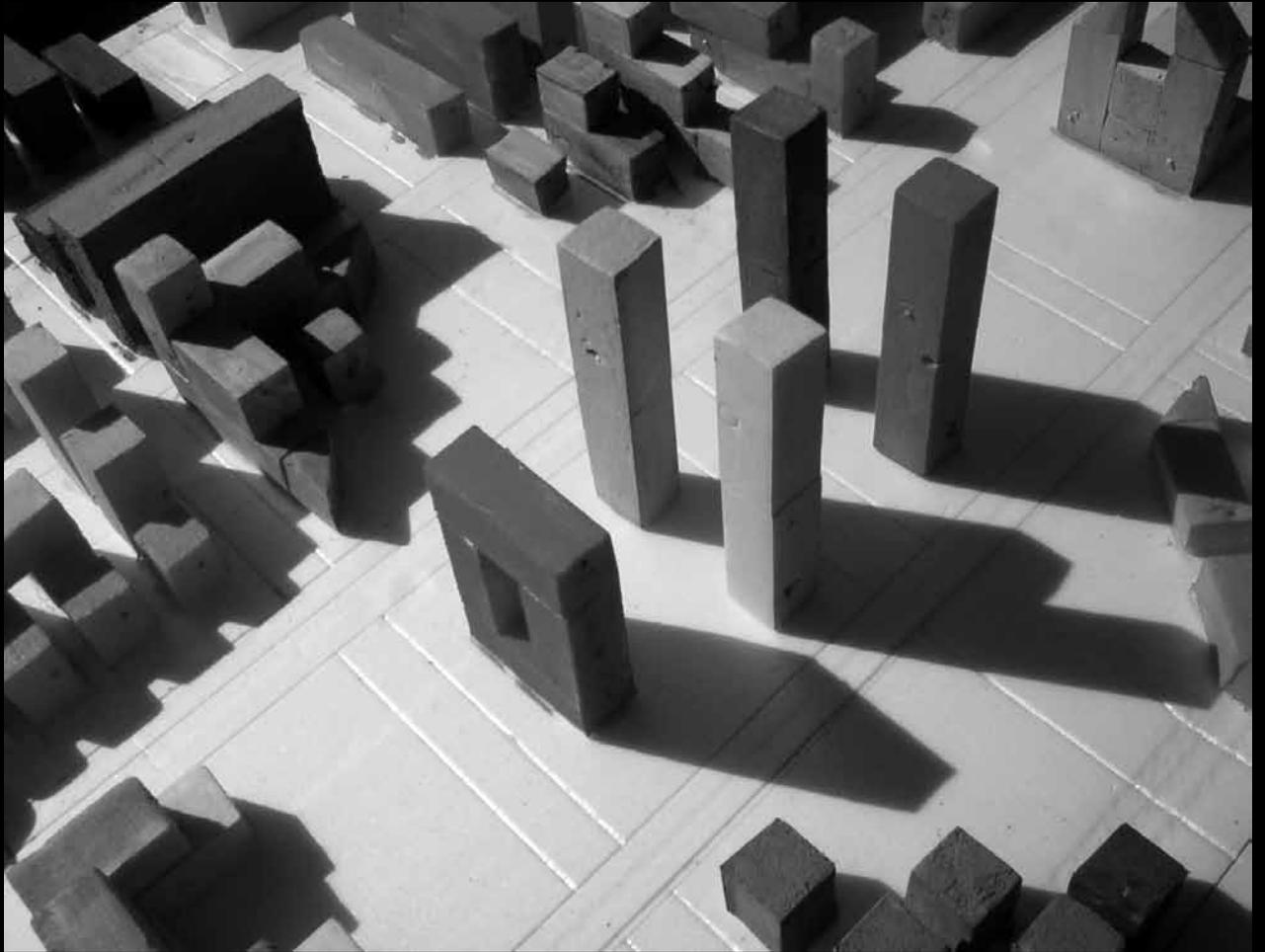


Fig.02 | Fotografia de Maqueta. Cadeira de Atelier I. Autoria Pedro Costa. Janeiro de 2003.

paradoxo em que o território e o “local” são valorizados enquanto geradores de vantagens distintas e vectores de múltiplas formas de cooperação e complementaridade.

As cidades parecem ter descoberto que têm mais complementaridades que exclusões, e começam a multiplicar-se iniciativas de encontros e de movimentos de intercâmbios e cooperação, não só para aprenderem umas com as outras, mas também para enfrentarem os problemas conjuntamente.

As políticas estratégicas mais recentes de desenvolvimento urbano tendem a caminhar nesta direcção, nomeadamente com o crescente relevo dado ao relacionamento em rede dos centros urbanos, valorizando a estruturação horizontal e não hierárquica das cidades, e procurando implementar uma nova estratégia de planeamento assente na base da concertação e cooperação inter-urbana.

II. O Retorno ao Centro e a (Re)Qualificação de Áreas Urbanas Degradadas

Como vimos anteriormente, o declínio dos núcleos centrais das urbes esteve fortemente relacionado com as mudanças funcionais e tecnológicas que alteraram os equilíbrios espaciais existentes. Como resultado assistiu-se nas cidades a uma excessiva concentração do sector terciário e ao êxodo da população residente para as periferias, gerando diariamente enormes fluxos de tráfego (pendularidades casa/trabalho), bem como à diminuição da diversidade funcional que caracterizava as velhas centralidades.

Esta situação originou que as prioridades da renovação urbana, consideradas num amplo contexto de procura da equidade espacial e da melhoria da qualidade de vida urbana, se alterassem no decurso do tempo. Se as questões infra-estruturais marcaram uma época, actualmente os problemas relacionados com o mix funcional e o retorno da população ao centro, de modo a obter-se um “funcionamento eficiente” das cidades, são o cerne das questões (Branco-Teixeira, 1999 e 2001).

Mas, o retorno ao centro só é possível com a introdução de profundas alterações na sua estrutura, que permitam que este se torne atractivo para viver e trabalhar, o que implica necessariamente o lançamento de numerosas obras

O reconhecimento de que as características locais possuem um grande interesse estratégico para as cidades, possibilitou que se implementassem medidas que potenciam o aproveitamento e recuperação do património urbano. Este facto foi reforçado pela necessidade de intervir nestas áreas com elevado valor de investimento e que apresentavam um acentuado grau de abandono e degradação, produzindo impactos negativos quer localmente quer em termos da competitividade do sistema urbano.

Estes factos permitiram que se implementassem operações de (re)qualificação urbana com o intuito de promoverem a revitalização económica e o retorno da população ao centro urbano, temática que iremos seguidamente desenvolver.

de reabilitação e reconversão urbana. Trata-se assim de implementar a (re)qualificação dos tecidos urbanos, procurando melhorar e recuperar o precário, maltratado e decadente.

As áreas degradadas condicionam fortemente o desenvolvimento da malha urbana. Para além de serem visualmente desagradáveis, constituem focos de pobreza e poluição, e são potenciadoras de fenómenos de exclusão social e marginalidade que prejudicam gravemente a imagem urbana, tendo repercussões directas no seu dinamismo económico. Em cidades densamente edificadas e com poucas hipóteses de crescimento, estas áreas de elevado valor estratégico e económico, em que o uso do solo não está consolidado, representam apelativas oportunidades para operações de requalificação urbana.

Para Cardoso (1988), a localização geográfica de uma operação de (re)qualificação urbana é uma variável fundamental para avaliar as suas oportunidades, os seus comportamentos, e os seus níveis de actividades e fluxos. Ainda de acordo com Cardoso (1988), a (re)qualificação implica a aliança entre a história e o conteúdo, em permanente articulação com toda a actividade social, tendo como objectivo não apenas o espaço físico imediato, mas a obtenção de



Fig.03 | Fotografia de Maqueta. Cadeira de Atelier I. Autoria Pedro Costa. Janeiro de 2003.

múltiplos reflexos em termos sociais, culturais e económicos.

Segundo Busquets (1995), a (re)qualificação urbanística pressupõe repensar a cidade, em si mesma, com os seus atributos e as suas debilidades, pelo que as cidades devem procurar encontrar, através de intervenções urbanísticas no seu interior, respostas modernas para os seus velhos problemas.

III. O Plano, o Projecto Urbano e o Mercado

Com a globalização e num contexto económico altamente competitivo, em que é crescente o papel dos factores imateriais e a aceleração dos ciclos económicos (redução dos prazos e dos circuitos industriais de inovação e de produção), assiste-se a um aumento substancial da incerteza nos processos de evolução urbana.

Considerando a metrópole como um sistema composto que, em grande parte, é determinado por fenómenos externos, é praticamente impossível aos responsáveis públicos conseguirem dominar todos os factores que influenciam o desenvolvimento urbano, sendo contudo viável traçar os grandes eixos das transformações. Através desde raciocínio, e numa perspectiva de dinamização da participação privada, a acção dos poderes públicos deve pautar-se pela flexibilidade e cooperação, em detrimento da rigidez e da interdição (Ascher, 1996). Devem, ainda, evitar-se os antagonismos e fomentarem-se as “condivisões” (Mazza, 1997) entre os diferentes intervenientes no processo de desenvolvimento urbano.

De facto, num contexto de aceleração da mudança os objectivos terão de ser claros, sendo, igualmente, conveniente prever várias formas alternativas de os obter. Coloca-se, pois, a questão da adequação dos instrumentos de planeamento às realidades que emergem da sociedade. Autores como Camagni, R. (1996), Healey (1992) ou Hall (1988), salientam a importância dos contextos de incerteza que caracterizam a sociedade actual, como razão explicativa para a crise do planeamento urbano.

Para ser eficaz, o processo urbanístico já não pode seguir uma “cascata” de planos, tendo de desenvolver-se entre acções e/ou projectos com capacidade executiva (Busquets, 1995; Portas, 1995). Também Ascher (1996)

Em suma, o retorno ao centro e a (re)qualificação de áreas urbanas degradadas resultaram da alteração de muitos dos pressupostos em que assentava o desenvolvimento urbano, tendo sido acompanhados da evolução das formas de encarar o planeamento urbano.

se pronuncia neste sentido, considerando que, na actualidade, é claramente visível a necessidade da evolução das estratégias de intervenção urbanística, desde o planeamento até à gestão, com particular incidência sobre os instrumentos de decisão, de forma a adequá-los às realidades emergentes no presente.

Simultaneamente, a necessidade de captar, no momento, oportunidades de investimento público e privado, “obriga” a flexibilizar o processo de decisão, possibilitando a introdução do conceito de “regulação variável” (Portas, 1995)⁴. Esta posição é partilhada por Borja, J. et al (1990: 10) quando refere que “*governar la gran ciudad como centro de innovación requiere que seamos capaces de innovar la propia forma de gobernar*”.

Num período de crise financeira do Estado-Providência ganham um papel fundamental os investidores privados, substituindo o Estado⁵ na promoção de “projectos urbanos”. De facto, as entidades públicas têm procurado formas alternativas de promoverem o desenvolvimento espacial, “aliciando” os investidores privados para a promoção conjunta de diversos projectos. Por seu lado, os promotores privados vêem neste aliciamento a oportunidade de investirem em áreas com alto valor locativo, com menor controlo urbanístico e com fortes probabilidades de obterem elevados lucros.

Trata-se de implementar um novo tipo de gestão urbana, conhecido por “urbanismo de enquadramento” (Ascher, 1995) ou “urbanismo consultivo” (Teixeira, 1995), pragmático que pretende agir com rapidez sempre que se detectem oportunidades de investimento, e que se traduziu fisicamente em intervenções pontuais de transformação urbana, geralmente emblemáticas e associadas a grandes nomes

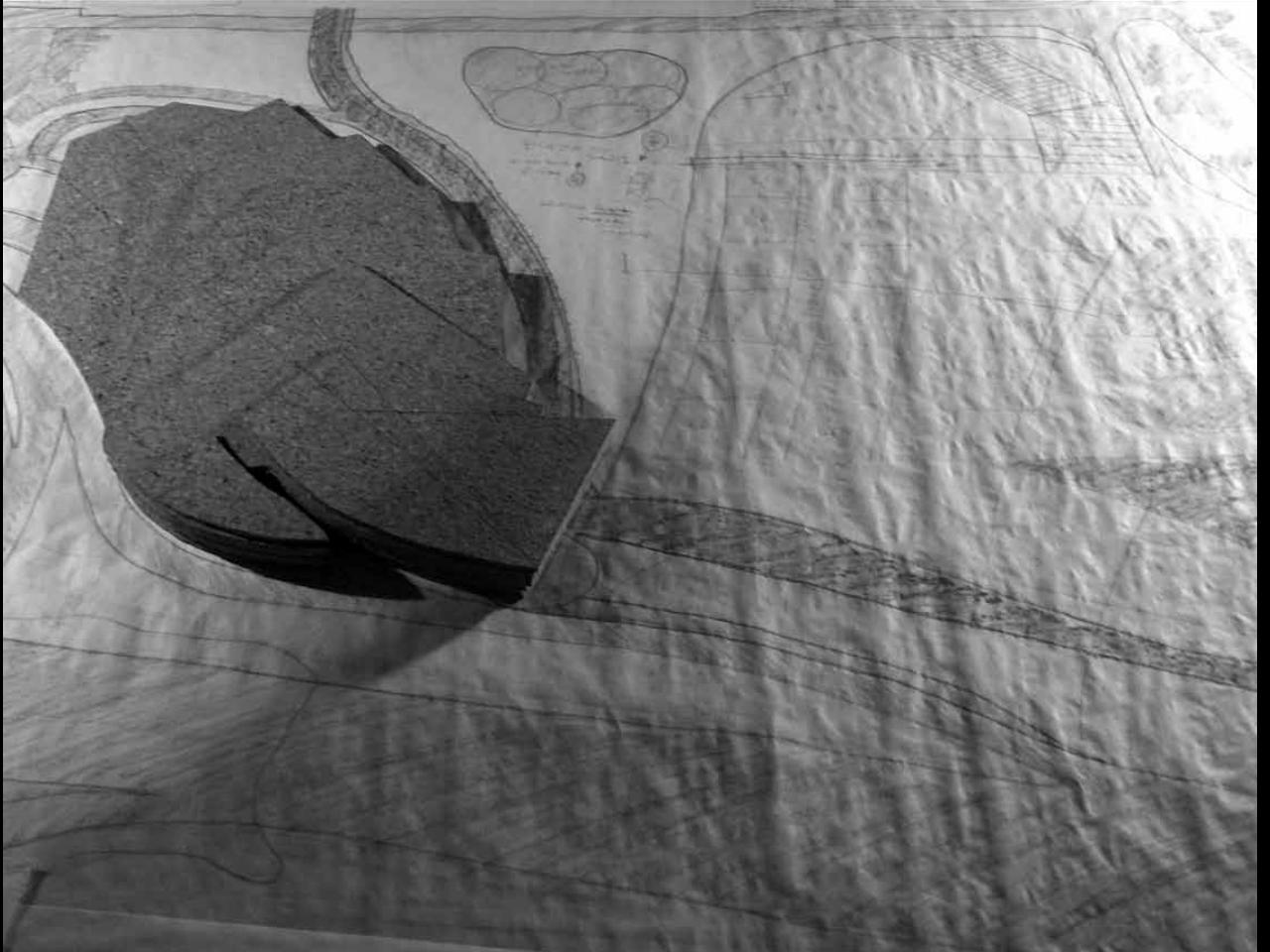


Fig.04 | Fotografia de Desenho com maqueta. Cadeira de Projecto de Equipamentos e Instalações Especiais.
Autoria Frederico Carvalho. Dezembro 2003

da arquitectura. Estes “grandes projectos urbanos” são concretizados com capitais essencialmente privados, e apostam no desenvolvimento de actividades do sector terciário, predominantemente o imobiliário de escritórios.

Estas novas políticas urbanas conduziram ao reforço da presença do mercado na pro-

moção de dinâmicas urbanas, e criaram condições para o estabelecimento de formas de diálogo e entendimento entre o sector público e o sector privado, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento de parcerias entre ambos.

IV. O Mercado e a Promoção de Dinâmicas Urbanas

Nos últimos anos a forma de encarar o desenvolvimento urbano, tem vindo a ganhar novos contornos tanto em termos conceptuais como em termos pragmáticos. Em resposta à crise financeira do Estado⁶, a qual teve fortes incidências nas transformações urbanas, assistiu-se à emergência de novas estratégias de desenvolvimento espacial, baseadas sobretudo no aumento exponencial da participação do sector privado.

Mas, para além da referida incapacidade financeira do Estado, três aspectos, já antes analisados, parecem ser relevantes para o crescente papel que as empresas desempenham no processo de estruturação espacial da cidade: a abertura progressiva dos espaços económicos e os processos de “globalização”; as formas de cooperação em ambiente de competitividade das empresas e dos territórios; e o clima de incerteza que caracteriza a actualidade.

No processo devem destacar-se as profundas alterações nas formas de organização da produção e da comercialização, induzidas pelo contexto concorrencial existente que provocou transformações significativas nas tendências de localização espacial das empresas.

À medida que a dimensão económica ganha peso no processo de urbanização, a cidade incorpora as formas de pensar e agir próprias do sector económico, funcionando cada vez mais com a lógica de uma empresa. Em certas situações, chegam mesmo a confundir-se as cidades com as empresas, os cidadãos com os

consumidores ou as relações humanas com as relações comerciais.

Esta lógica permite explicar que na concepção de estratégias de desenvolvimento urbano, as cidades possam ser entendidas, à semelhança das empresas, como estruturas activas e organizadas que concretizam estratégias com o objectivo de produzirem bens e serviços de interesse ao colectivo urbano. Desta forma explica-se porque tem vindo a ser habitual ouvirem-se expressões que têm uma nítida proveniência do sector económico, como sejam “eficiência económica da malha urbana”, “atracções e repulsões urbanas”, “competitividade urbana”, “marketing urbano” ou “parcerias urbanas”.

Tal como para as empresas, as novas formas de competitividade tornam cruciais para as cidades (para além da competitividade pelo preço) a qualidade dos espaços e dos serviços associados, a variedade e versatilidade de soluções, a redução dos prazos e a capacidade de inovação. Da interligação entre estes factores emergentes depende, em grande parte, o resultado das intervenções urbanísticas.

Em suma, é inegável a crescente identidade, nos objectivos e nas formas de funcionamento, entre as empresas e as cidades, ou de outra forma, entre a política económica e a política urbana, o que facilitou a implementação de parcerias público-privado, como estratégia de desenvolvimento urbano, temática que iremos agora abordar.

V. As Parcerias Público-Privado

A relação entre o sector público e o sector privado na actuação urbanística alterou-se substancialmente ao longo das últimas décadas, passando de uma evidente separação de interesses e competências, para uma crescen-

te política de cooperação da qual emergiu a criação de parcerias público-privado, também conhecidas pelas suas siglas p/p/p (ver Ascher, 1996; Gibelli, 1996; entre outros). Este “urbanismo de partenariado” (Ascher, 1995)

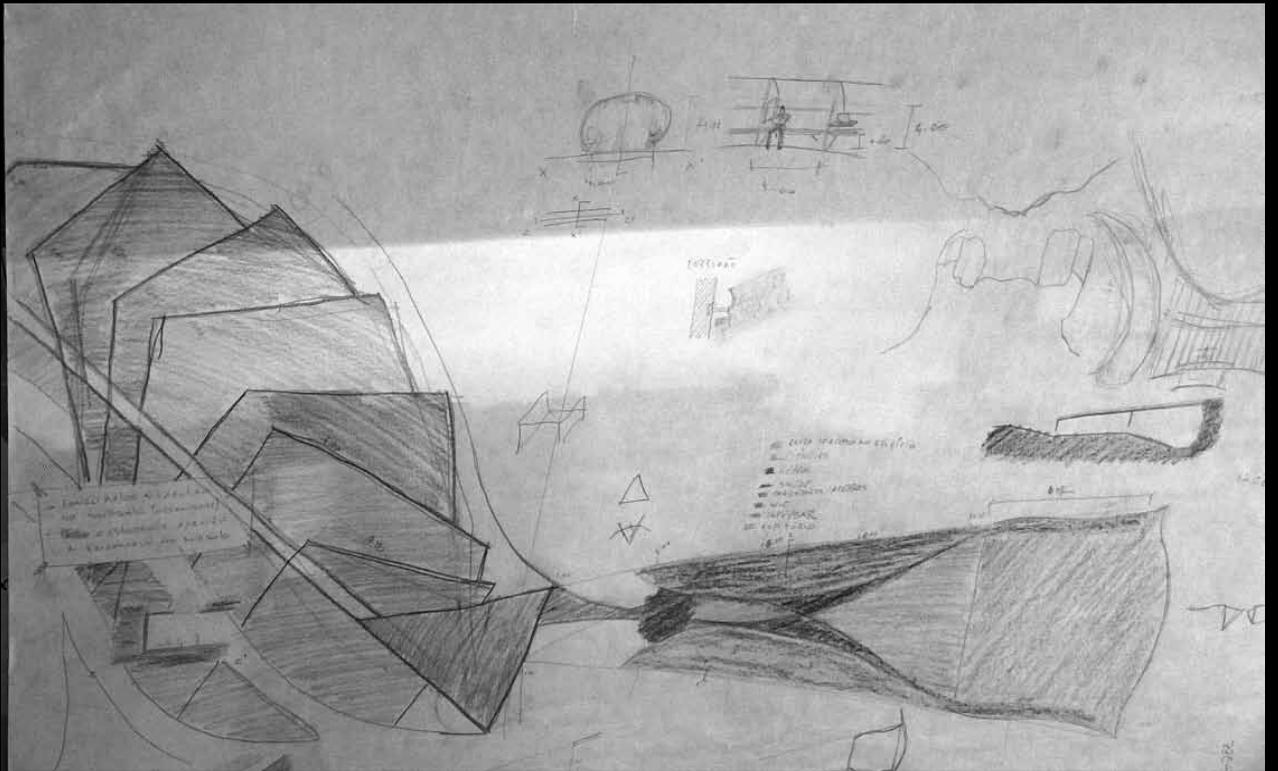


Fig.05 | Fotografia de Desenho com maqueta. Cadeira de Projecto de Equipamentos e Instalações Especiais.
Autoria Frederico Carvalho. Dezembro 2003.

tem permitido o desenvolvimento de novos projectos urbanos, numa altura em que muitas cidades evidenciam falta de capacidade de intervenção urbana.

De um modo geral, pode considerar-se que as parcerias são um sistema de partilha (Mazza, 1994a) de esforços financeiros, técnicos e humanos entre o sector público e o sector privado ao longo do planeamento, execução e gestão urbana. De facto, como refere Ascher (1996), as p/p/p correspondem à passagem de uma fase de subcontratação do sector privado, para uma fase de partilha de riscos e responsabilidades em operações complexas e longas entre ambos os parceiros, com uma lógica espacial com fortes conotações económicas.

De facto, a colaboração público-privado veio introduzir novas formas de gestão urbanística, nas quais, segundo Ascher (1996), a estratégia implementada aposta na «fragmentação» das intervenções, ou seja, no seu faseamento espacial e temporal, de modo a que a execução de uma parte não dependa da conclusão total da operação, permitindo ao investidor recuperar parte do capital durante a execução, ou esperar melhores condições comerciais para o desenvolvimento da mesma.

Saliente-se contudo que a fragmentação acarreta alguns perigos, particularmente, quando pressupõe a divisão de tarefas entre o sector público e privado, pois geralmente as partes menos lucrativas e de maior risco (ambiente ou infra-estruturas) ficam a cargo

do sector público⁷. Concomitantemente, a fragmentação das operações pode conduzir a segregações espaciais no desenvolvimento urbano, introduzindo discrepâncias e assimetrias entre as várias fases ou espaços de intervenção (Branco-Teixeira, 1999 e 2001).

Devem pois, nas parcerias público-privado, definir-se claramente o papel de ambos os sectores e estabelecer os seus âmbitos de actuação, de modo a que as entidades públicas não abdicuem das suas responsabilidades e competências mas, pelo contrário, mantenham algum controlo sobre as operações. Como Ascher (1996) salienta, uma parceria bem constituída não conduz à redução da participação pública, exigindo, sim, elevada competência técnica e acompanhamento, para que as entidades públicas não fiquem na dependência dos seus parceiros privados.

Geralmente as parcerias estabelecem-se em locais onde o potencial de desenvolvimento é já de si elevado. Este argumento vem reforçar a necessidade do sector público, enquanto parceiro, manter sempre algum controlo sobre os objectivos, o processo e os resultados das intervenções. Saliente-se, neste sentido, que enquanto se assiste ao aumento da participação privada, em termos de responsabilidades e financiamento, a forma de estabelecimento das parcerias têm entretanto vindo a evoluir, designadamente valorizando as especificidades locais e promovendo um maior envolvimento dos cidadãos.

VI. O Desafio da Legitimação Social das Intervenções Urbanas

O movimento da globalização permite conectar diferentes lugares e culturas numa fusão ininterrupta de tempo e espaço que fomenta uma continuidade transcultural a qual, para Ascher (1995), contribui para a perda generalizada do sentido de cidadania dos habitantes e trabalhadores metropolitanos. Contudo, simultaneamente, coexiste uma tendência inversa em que as culturas e os cidadãos criam novas formas de identificação com os lugares.

De facto, assistimos a um duplo fenómeno, por um lado à mundialização da economia e das finanças, e, por outro lado, à fragmentação e à ascensão das reivindicações de identidade,

um fenómeno incentivado precisamente pela própria mundialização e em contraponto à tese que pretende afirmar que não pode haver modernização sem homogeneização.

Todavia, parece ser consensual que na actualidade os grupos sociais estão profundamente divididos, não como no passado, entre patrões e trabalhadores, mas por outros critérios de crescente importância, como sejam os étnicos, os regionalistas e, sobretudo, os relacionados com o acesso aos meios de informação.

Do ponto de vista social, o fenómeno da desurbanização provocou, num curto período de tempo, a diminuição do mercado do em-



Fig.06 | Fotografia de Maqueta. Cadeira de Atelier II. Aatoria Pedro Costa. Junho de 2003.

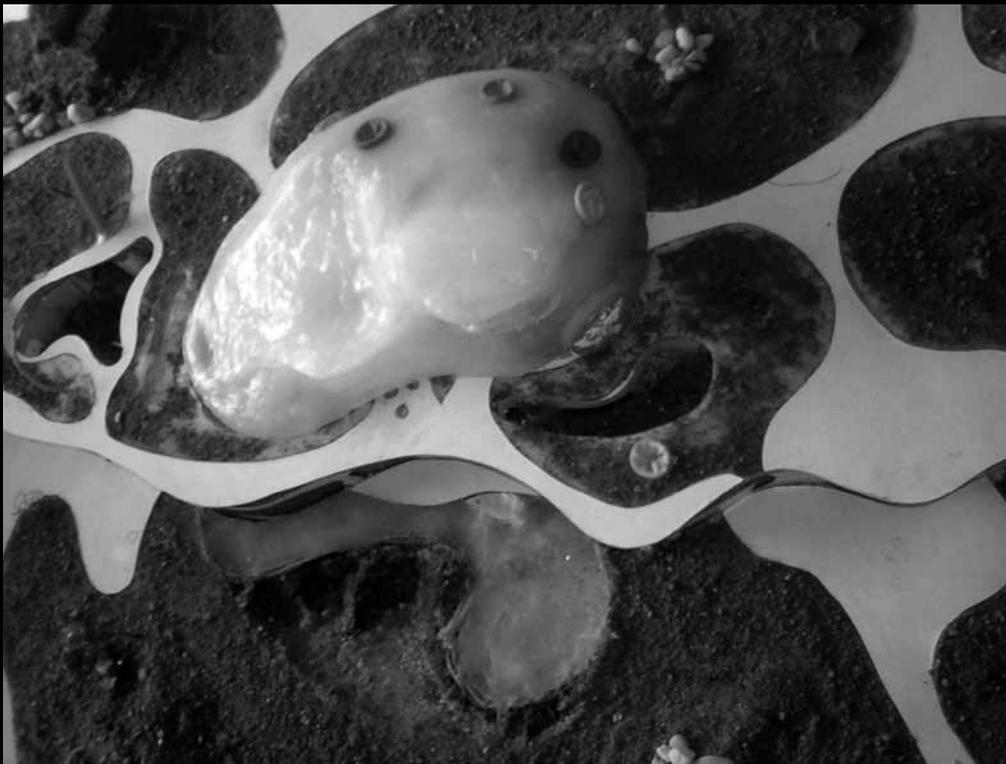


Fig.07 | Fotografia de Maqueta. Cadeira de Atelier II. Aatoria Pedro Costa. Junho de 2003.

prego e a degradação da qualidade urbanística e arquitectónica, em áreas que tinham tido no passado um elevado dinamismo económico, pelo que a desurbanização foi, geralmente, sinónimo de insegurança, exclusão e marginalidade de que resultaram, muitas vezes, populações locais fortemente estigmatizadas.

As operações de (re)qualificação urbana deveriam pois ser protagonistas de uma forte intervenção de âmbito social que possibilitasse resolver, ou pelo menos atenuar, os problemas existentes. Neste sentido, Vázquez (1996), reconhecendo a variedade actual de modos de vida e as expectativas ao nível das exigências de eficácia funcional da cidade, salienta a necessidade da valorização do seu uso colectivo como uma vertente fundamental a promover para alcançar objectivos de qualificação urbana.

Ao enumerar algumas das causas que são responsáveis pelos problemas de índole social, Domingues (1996), destaca o facto da democracia urbana implicar um permanente ajustamento da vida económica às escalas e às métricas urbanas, só que, como ressalva o autor, a dinâmica urbana é sempre mais rápida do que os ajustamentos político-administrativos e institucionais, daí resultando desequilíbrios permanentes entre a construção de cidade e os processos de equidade social necessários.

Desta forma, a procura de consensos sociais choca com diversos obstáculos e muitas cidades encontram dificuldades na implementação de operações de reconversão, de que são exemplo os casos de Liverpool e Marseilha, cidades onde foi evidente a incapacidade do poder público em conciliar os interesses das forças sociais locais.

Com base nestes problemas, Rosa Pires (1995) sustenta que existem motivos suficientes para repensar o âmbito e objectivo temático do planeamento⁸, considerando os novos valores sociais, as alterações nas relações glo-

bal/local e as lógicas actuais do mercado como factores que o justificam. Corroborando, esta convicção, Vázquez (1998) valoriza particularmente a função que o planeamento deve ter enquanto acção comunicativa de articulação e orientação, permitindo a resolução de alguns dos atritos latentes. Neste sentido, torna-se fundamental que os cidadãos tenham em todo o processo de planeamento uma participação activa.

Assiste-se, pois, ao ressurgimento da participação pública atribuindo-se-lhe uma acção preponderante no aumento da credibilidade da própria actividade de planeamento. Nesta perspectiva, cabe ao planeamento fomentar o interesse pela participação dos cidadãos ao longo das operações de transformação urbana mas, como destaca Healey, P. (1990)⁹, “não basta planear para as pessoas, é também necessário planear com as pessoas”, particularmente apoiando aqueles (excluídos) que dificilmente têm possibilidades de fazerem ouvir as suas necessidades.

Na realidade, os factos vêm confirmar a necessidade da legitimação social das intervenções, e a sua importância e acuidade na actividade do planeamento. Pretende-se desta forma que o desafio da legitimação social do planeamento confira aos cidadãos direitos, mas também deveres, responsabilizando-os pelas suas opções estratégicas, bem como pela sua concretização e gestão.

Saliente-se, também, o papel que os profissionais de planeamento, devem desempenhar na legitimação social do planeamento. Como refere Rosa Pires (1995), os profissionais de planeamento enquanto profissionais reflexivos¹⁰, devem possuir um profundo conhecimento sobre os problemas, terem capacidade argumentativa para comunicar e actuar de uma forma ética. Deste modo, aumentam-se as possibilidades de se obterem acordos abrangendo um maior número de grupos de interesses.

VII. Conclusão

De acordo com Peter Hall (1996), são quatro os factores que potenciam as transformações urbanas da actualidade: terciarização, informacionalização, desarticulação localizacional e globalização.

A terciarização é entendida por Hall como o aumento da população activa no sector terciário enquanto, simultaneamente, se assiste à redução do sector secundário com fortes repercussões espaciais.

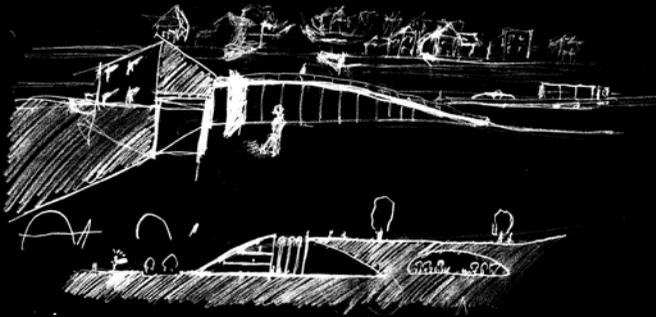


Fig.08 | Esquisso de estudo. Cadeira de Projecto II.
Autoria Frederico Carvalho. Junho 2003.



Fig.09 | Esquisso. Cadeira de Projecto de Equipamentos e Instalações Especiais. Autoria Manuel Gomes. Dezembro 2002.

A informacionalização aumenta a facilidade de acesso ao conhecimento e à inovação, constituindo-se como um factor vital para o desenvolvimento económico.

A desarticulação localizacional, factor através do qual se explica a desagregação do processo industrial (exploração de vantagens locais como a mão-de-obra nos países asiáticos, internacionalização dos ciclos produtivos que passam a ser mais curtos e flexíveis), onde as cidades globais têm o papel de controlo e gestão dos vários elos da cadeia produtiva.

Por fim, a globalização que, no seguimento do anteriormente expresso, significou a quebra das barreiras no sistema económico mundial e a perda de parte da dependência da proximidade de bens e serviços, permitindo maximizar as vantagens comparativas que cada país ou região oferece.

Ora, e segundo as palavras de Hall (1996), verificamos que nas reconversões encontramos em simultâneo estes quatro factores. Partindo deste princípio, ou seja, assumindo-se o elevado potencial de transformação urbana, procuramos evidenciar ao longo deste texto alguns dos principais elementos em jogo numa intervenção de reconversão urbana.

Em suma, dada a complexidade do quadro traçado, em que foram expostas algumas das profundas transformações políticas, económicas, sociais e culturais que marcam o nosso tempo, torna-se particularmente difícil prever, face à evolução das intervenções de reconversão, o rumo da cidade nos próximos anos.

Não é claro que as actuais formas de transformação urbana, sustentadas sobretudo nas operações de reconversão urbana, onde se incluem as operações em centros históricos, frentes de água, áreas muito degradadas, etc., concretizadas essencialmente devido à emergência das parcerias público-privado, tenham continuação no futuro. Todavia, torna-se evidente que não será possível o regresso à situação anterior, ou seja, dificilmente os agentes e as formas de intervenção na cidade, que ganharam notoriedade nos últimos anos, deixarão de participar e de ser “inputs” no processo permanente de construção urbana.

notas

- ¹ Conceito desenvolvido por Sassen, Saskia (1991) em *The Global City*. New York, London, Tokio: Princeton University Press.
- ² Note-se o vasto leque de condições que a expressão “nível de qualidade elevado” compreende, como sejam: infra-estruturas, equipamentos, ambiente ou mão-de-obra.
- ³ Geralmente nas proximidades dos grandes eixos viários estruturantes.
- ⁴ O conceito em termos latos implica a legitimação da maior flexibilidade no sentido da incorporação das oportunidades e das incertezas que caracterizam a actualidade, obrigando a uma gestão não só inteligente mas também dialogante com a população e com os grupos de interesses instalados. Para o autor, o plano hoje “interpreta-se”, não se “cumpre”.
- ⁵ Saliente-se que o Estado pode e deve desempenhar um relevante papel como “Capacitador” do investimento e da participação pública (ver Rosa Pires, 1995). O Estado centra os seus investimentos em projectos estruturantes, predominantemente no campo infra-estrutural.
- ⁶ Pode considerar-se que a crise financeira do Estado-Providência se tornou evidente a partir de 1973 com a crise petrolífera mundial.
- ⁷ Diferentes autores questionam-se quanto aos critérios de distribuição das diferentes funções, bem como dos interesses em causa nas parcerias público-privado, salientando que se poderá estar perante uma situação de “*projectos privados, públicas virtudes?*”.
- ⁸ Esta opinião de Rosa Pires (1995) é partilhada por numerosos autores. Citem-se, entre outros, Healey (1992), Malone (1996) ou Hoyle (1996).
- ⁹ Healey, P. (1990) citada por Rosa Pires (1995) em “Teoria e Método em Planeamento”, Universidade de Aveiro, Aveiro.
- ¹⁰ Segundo Rosa Pires (1995), por profissionais reflexivos entendem-se profissionais com capacidade para a auto-reflexão crítica sobre a mobilização e aplicação de conhecimentos no exercício da sua actividade profissional.

Referências Bibliográficas

- Ascher, F. (1995). *Métapolis ou l'avenir des Villes*, Odile Jacob, Paris.
- Ascher, F. (1996). "Dalla pianificazione urbana al management strategico: il caso francese", *Pianificazione Strategica e Gestione dello Sviluppo Urbano*, Alinea (ed.): 255-286.
- Borja, J. (1990). "Europa: la hora de las Ciudades", *Sociedade e Território*, nº 12: 8-11.
- Branco-Teixeira, M. (2001). "Regeneração de Frentes de Água Urbanas", Actas da VII Conferência Nacional sobre Qualidade do Ambiente (CNQA): 637-649, Universidade de Aveiro, 18 a 20 de Abril 2001.
- Branco-Teixeira, M. (1999). "Reconversão de áreas urbanas em frentes de água", *A Cidade DA EXPO' 98*, Matias Ferreira, V. e Indovina Francesco (org.), ed. Bizâncio, Lisboa: 78-115.
- Busquets, J. (1995). "Planeamiento: pasado reciente y futuro próximo", *Sociedade e Território*, nº 22: 10-21.
- Camagni, R. (1996). "La citta' come impresa, l'impresa come piano, il piano come rete: tre metafore per intendere il significato del piano in condizione di incertezza", *Pianificazione Strategica e Gestione dello Sviluppo Urbano*, Alinea (ed.): 83-98.
- Cardoso, A. (1988). *A modernização e a mudança no território: problemas e propostas*.
- Domingues, A. (1996). "(Sub)úrbios e (sub)urbanos - o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos?", comunicação ao III Congresso Português de Sociologia, Lisboa.
- Ferrão, J. (1995). "Colectividades Territoriais e Globalização: Contributos para uma Nova Acção Estratégica de Emancipação", *Inforgeo*, nº 9-10: 65-75.
- Ferreira, V. M. et al. (1997). *Lisboa, a metrópole e o rio*, Lisboa, Bizâncio (ed.).
- Gibelli, M. C. (org.) (1986). *La Rivitalizzazione delle Aree Metropolitane*, Clup (ed.), Milano.
- Gibelli, M. C. (1996). "Tre famiglie di piani strategici: verso un modello «reticolare» e «visionario»", *Pianificazione Strategica e Gestione dello Sviluppo Urbano*, Alinea (ed.): 15-53.
- Giddens, A. (1996). *As Consequências da modernidade*, Oeiras, Celta Editora.
- Hall, P. (1988). *Cities of Tomorrow*, Basil Blackwell.
- Hall, P. (1996). "The global City", *Internacional Social Science Journal*, vol. 48: 15-23.
- Harvey, D. (1977). *Government policies, financial institutions and neighbourhood change in United States cities*, Harloe (ed.).
- Healey et al. (1992). *Rebuilding the City*, E & FN Spon, London.
- Mazza, L. (1994a). "Order and change, rule and strategy", AISRe International Seminar, Perugia.
- Mazza, L. (1997). *Transformazione del Piano*, Franco Angeli, Milano.
- Portas, N. (1995). "Os Planos Directores como instrumento de regulação", *Sociedade e Território*, nº 22: 22-32.
- Rosa Pires, A. (1995). *Teoria e Método em Planeamento*, Universidade de Aveiro, Aveiro. (Texto policopiado sobre o conteúdo da Licenciatura em Planeamento Regional e Urbano).
- Teixeira, D. (1995). "Le grand événementiel, une stratégie de développement ville/port", *Ports Océanes et développement des territoires*, V Conferência Internacional "Villes et Ports", Dakar: 97-104.
- Vázquez, I. B. (1992). *O processo de suburbanização no grande Porto*, Dissertação de Doutoramento, FEUP, Porto.
- Vázquez, I. B. (1996). "Algumas reflexões acerca da qualificação urbana", *5ª Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente*, vol. 1, Aveiro: 615-622.
- Vázquez, I. B. (1998). "O desafio da legitimação social do planeamento: um enquadramento", Comunicação apresentada no XII Congresso da AESOP, Aveiro. (policopiada).
- Walker, R. (1981). *A theory of suburbanization: capitalism and the construction of urban space in United States*, Ed. Scott.

o impacto do digital no território o gaia global como caso de estudo

luís borges gouveia

professor auxiliar, faculdade de ciência e tecnologia,
universidade fernando pessoa

lbq@ufp.pt

Resumo

O GAIA GLOBAL é um projecto inserido no âmbito da Sociedade de Informação, medida das Cidades e Regiões Digitais. Tem por ambição proporcionar ao concelho de Gaia as condições de adesão ao digital e os meios para potenciar o papel de Gaia, das suas empresas e dos seus cidadãos. Este papel passa pela aquisição de novas competências que se adivinham face à crescente utilização de meios tecnológicos, mas também de mais formas de aprender, de trabalhar, de divertir e de socializar.

Os projectos de cidades digitais têm que ter forçosamente impacto no território e na forma como este é organizado. O texto discute o papel que o digital possui para a reinvenção dos conceitos de espaço e tempo e conseqüentemente sobre qual o impacto do digital no território.

Palavras-chave: Cidades e Regiões Digitais, Território, Centralidade, Gestão da Informação, Gaia Global

I. Introdução

A reflexão projectada neste texto, apresenta a perspectiva do autor face à exigência de mudança imposta por uma sociedade caracterizada pelo incremento da interacção digital, pelo Excesso da Informação (Wurman, 2000) e pelo crescente uso e papel de mediação dado às Tecnologias de Informação e Comunicação.

A Sociedade da Informação é um conceito utilizado para descrever uma sociedade e uma economia que faz o melhor uso possível das Tecnologias de Informação e Comunicação (Castells, 2001). Numa Sociedade da Informação, as pessoas aproveitam as vantagens das tecnologias em todos os aspectos das suas vidas: no trabalho, em casa e no lazer. Ocorrências destas tecnologias são a utilização das caixas automáticas para levantar dinheiro e outras operações bancárias, os telemóveis, o teletexto na televisão, a utilização do serviço de telecópia (fax) mas também outros serviços de comunicação de dados como a Internet e o correio electrónico e, mais recentemente, a crescente utilização de sistemas de vigilância vídeo, de controlo de tráfego, ou de bilhética associados aos transportes.

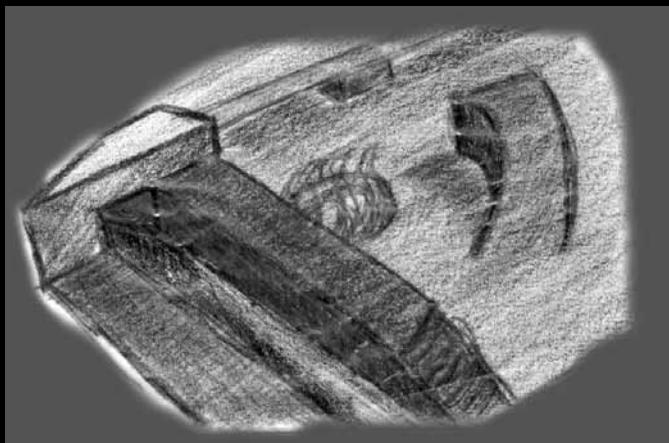


Fig.01 | Esquisso. Cadeira de Projecto II.
Autoria Manuel Gomes. Maio 2003.

Maurice Duverger (1987) defende a possibilidade de o século XXI ser o Século das Comunidades, tal como o século V antes de Cristo foi o Século das Cidades e o século XIV foi o dos Estados. Segundo este autor, a tendência é para a formação de comunidades, para a união de Estados, sem perda das suas respectivas identidades.

Os contactos que os Estados estabelecem entre si levam a um enriquecimento recíproco porque os familiarizam com a história, a cultura, a língua, os comportamentos e olhares sobre a vida de uns e outros, reforçando, por sua vez, a coesão que deve existir entre os povos que vivem em determinadas regiões, acelerando o seu desenvolvimento, não só económico, como social, cultural e até político.

Ora, é precisamente na comunidade local que a sociedade da informação se apoia para a criação de riqueza e inovação. Este processo exige uma nova atitude e posicionamento face à nossa relação com o território, resultado também da crescente importância dos espaços urbanos, como atesta a projecção de Rogers (2001) que em 1990 cerca de metade da população mundial habitava as áreas urbanas e o seu número pode chegar aos 60%, em 2025.

O mesmo autor enuncia o conceito de cidade sustentável como forma de garantir a qualidade de vida do indivíduo e assegurar a pressão sobre recursos e ambiente urbano, definindo-o da seguinte forma (Rogers, 2001):

II. O projecto Gaia Global

É lugar comum referir a informação como paradigma das mudanças na economia, no trabalho e no lazer de cada um de nós. Inúmeros autores defendem a importância da informação, sua posse, compreensão e acesso para decidir e agir melhor, mais rapidamente e com menor custo.

A Sociedade da Informação é também uma Sociedade da Informação e do Conhecimento – SIC – como que querendo emendar a excessiva conotação de individualismo e de efémero que está associado à informação. A informação, enquanto material de apoio à decisão e à acção, está sujeita a um enquadramento – contexto – que lhe dê valor e utilidade. O conhecimento por ser, em grande parte, resultado da parti-

- uma cidade justa, que assegure o acesso a serviços básicos e a participação de todos na gestão da cidade;
- uma cidade bonita, que enquadre o indivíduo com a arte, a arquitectura e a paisagem;
- uma cidade criativa, que mobilize as suas pessoas para a mudança, com abertura e experimentação;
- uma cidade ecológica, que minimize o impacto ecológico, com infra-estruturas e edifícios integrados, seguros e eficientes em termos de recursos;
- uma cidade fácil, que fomente a mobilidade das pessoas e a partilha de informação e conhecimento de forma fácil, quer física, quer electronicamente;
- uma cidade compacta e policêntrica, que proteja a área rural e que concentre e integre comunidades bem como maximize a proximidade de pessoas e instituições; e
- uma cidade diversificada, que ofereça uma ampla gama de actividades que promovam a vida pública.

Desta forma, a Sociedade da Informação e o Desenvolvimento Sustentável podem ser vistos como aspectos indissociáveis a ter em conta para assegurar a qualidade de vida do indivíduo (Rheingold, 2002). O Gaia Global, apresentado na secção seguinte, baseia-se neste pressuposto.

Iha colectiva de significados, é necessariamente construído em sociedade, promovendo valores como a colaboração, a partilha e a interacção, independentemente de qualquer tipo de afiliação.

Globalmente, esta transição para uma SIC é acompanhada por mudanças que, embora objecto de discussão, raramente são analisadas em conjunto. Entre estas mudanças destaca-se a estrutura e complexidade da informação e o problema do excesso de informação que se traduz por perdas significativas de produtividade e diminuição da qualidade de vida do indivíduo (Oravec, 1996).

O governo central e a administração pública, o poder local e as autarquias possuem um papel não negligenciável na habituação e



Fig.02 | Fotografia de visita de estudo. Abril de 2003.

fomento da interacção sob formato digital bem como na introdução de práticas orientadas à informação. O conceito de *e-government*, engloba o recurso a novas formas de fazer o que o governo faz, adoptando práticas de base digital que permitem ganhos substanciais em termos de eficiência, acesso à informação, tempos de resposta e proximidade ao cidadão (Gouveia, 2003).

O conceito de *e-local government* estende estes mesmos princípios mas com uma maior proximidade ao cidadão, tomando agora a sua vertente de município. Curiosamente, a proximidade territorial ao indivíduo sai reforçada como elemento diferenciador destes dois conceitos (Gouveia, 2003).

O conceito de autarquia digital é relativamente aos anteriores mais localizado. A autarquia digital, enquanto conceito, prepara o funcionamento orgânico e quotidiano de uma autarquia para o suporte do digital, alterando práticas de forma mais profunda que a simples inclusão de um canal Web (Internet) ou a agilização e racionalização de processos (Gouveia, 2003). Também a este nível o impacto da transparência de informação, do acesso à informação e de uma potenciação da interacção com o município muda mais que as ferramentas; muda atitudes para as quais o município tem de ser e estar preparado. A autarquia digital deve estar preocupada com o funcionamento da infra-estrutura de decisão e acção do poder local e não com uma lógica de integração da circulação de informação. Embora se situe no mesmo território físico, exige diferentes mecanismos de suporte e preparação do próprio município.

A necessidade de gerir informação, disponibilizando e agregando os meios de análise que permitam o desenvolvimento, planeamento e acesso à informação não podem, nem devem, estar associados a uma lógica eminentemente funcional que uma autarquia digital obedece. As competências de regulação de fluxos de informação, partilha de competências e de fortalecimento da massa crítica de recursos humanos de uma região, não apenas nas suas escolas, centros de serviços e vias e infra-estruturas de comunicação, mas também com base no núcleo de competências, políticas e mecanismos disponibilizados para a distribuição, o acesso e

partilha de informação têm de ser equacionados. Estes mecanismos, complementados com uma visão adequada para a realidade do território, tomando políticas de informação específicas e corporizadas por uma visão inclusiva do ocupante do território, permitem a adopção de uma estratégia que, incluindo necessariamente uma autarquia preparada, ultrapassa o seu âmbito e oferece uma plataforma mais associada com o conceito de *e-local government* – a face do poder local que segue a lógica do *e-government* (Gouveia, 2003).

O conceito das cidades digitais implica precisamente uma lógica de raciocínio que englobe não só a autarquia, mas também demais instituições de um território, associadas de modo a partilharem informação e envolvendo todos numa prática que permita a livre circulação e criação de informação de suporte à interacção. Desta forma, não será apenas mais fácil, mais rápido e mais eficiente a troca de informação. Daqui tem de resultar ganhos na atitude e na própria lógica de gerir a informação que leve à apropriação, por parte de uma região, do seu património de informação – esta é a visão proposta pelo projecto Gaia Digital como imagem digital da cidade e do concelho de Gaia.

O projecto Gaia Global, abrange as 10 freguesias da Cidade de Vila Nova de Gaia, mais as 14 que fazem parte do seu concelho.

O projecto promove o investimento em pessoas, acções e instituições. Em especial ambiciona o desenvolvimento de competências para a Sociedade da Informação:

- Facilita e promove o acesso do cidadão e das organizações, quer sejam residentes, visitantes ou Gaienses deslocados, à informação, bens e serviços de Gaia;
- Promove a comunicação entre o governo local e o cidadão. Reforça a democratização e acesso à informação, independentemente das qualificações e das competências dos indivíduos;
- Desenvolve a economia local, pela promoção de práticas digitais orientadas à utilização de tecnologias e técnicas que potenciem o melhor uso da informação.

São objectivos do Gaia Global, a preparação dos indivíduos com as competências para o digital, o proporcionar de uma economia que incremente a sua base electrónica, mas



Fig.03 | Imagem de estudo de texturas e estruturas. Cadeira de Projecto de Equipamentos e Instalações Especiais.
Autoria Frederico Carvalho. Novembro 2003.

acima de tudo, a melhoria da qualidade de vida e de cidadania – Gaia Global, um espaço ideal (Gouveia, 2003).

Face ao lema Gaia Global, um cálice de ideias, a inovação e a participação de parceiros e dos cidadãos são uma preocupação central do projecto que tem como áreas de intervenção: Informação e Serviços Municipais, Educação, Saúde, Comércio e Indústria, Ambiente, Qualidade de Vida e Património Cultural, e Desporto e Lazer, abrangendo a sociedade civil de uma forma transversal em complemento

III. Impacto no território

A necessidade de gerir informação, disponibilizando e agregando os meios de análise que permitam o desenvolvimento, planeamento e acesso à informação não podem, nem devem, estar associados a uma lógica eminentemente funcional que uma autarquia digital, embora essencial, não pode oferecer.

São competências de regulação de fluxos de informação, partilha de competências e de fortalecimento da massa crítica de recursos humanos de uma região, não apenas as suas escolas, centros de serviços e vias e infra-estruturas de comunicação, mas também o núcleo de competências, políticas e mecanismos disponibilizados para a distribuição, o acesso e partilha de informação.

Estes mecanismos, complementados com uma visão adequada para a realidade do território, tomando políticas de informação específicas e corporizadas por uma visão inclusiva do ocupante do território, permite a adopção de uma estratégia que, incluindo necessariamente uma autarquia preparada, ultrapassa o seu âmbito e oferece uma plataforma mais associada com o conceito de *e-local government* – a face do poder local que segue a lógica do governo electrónico.

O conceito das cidades digitais implica precisamente uma lógica de raciocínio que englobe não só a autarquia, mas também demais instituições de um território associados de modo a partilharem informação e envolvendo os indivíduos numa prática que permita a livre circulação e criação de informação de suporte à interacção (Gouveia, 2003). Desta forma, não será apenas mais fácil, mais rápido

à Autarquia. Para uma descrição completa do projecto, consultar Gouveia e Gaio (2004a; 2004b).

Deste modo, o Gaia Global assume-se como um projecto baseado na sociedade civil e na interacção digital em contraponto a uma iniciativa centrada no governo local.

Sendo baseado nas pessoas, e não na tecnologia, o projecto considera que a mais-valia de uma cidade digital são as pessoas e a sua capacidade de interagir e criar informação.

e mais eficiente a troca de informação. Daqui tem de resultar igualmente ganhos na atitude e na própria lógica de gerir a informação que leve à apropriação por parte de uma região do seu património de informação – esta é a visão proposta pelo projecto Gaia Digital que se encontra em fase de desenvolvimento.

O esforço a investir neste projecto visa fomentar uma maior aproximação entre a administração local, os municípios, os grandes utilizadores dos serviços autárquicos, as instituições de desenvolvimento regional, as associações de promoção cultural e desportiva, os estabelecimentos de ensino, a indústria, comércio e serviços, os prestadores e utilizadores de serviços de saúde, os turistas e demais visitantes do concelho e todos os que, de uma forma ou de outra, possam ser consumidores de informação com origem ou destino em Gaia, estimulando, paralelamente, o uso das tecnologias de informação e telecomunicações.

Visa também promover e mostrar uma nova história da cidade de Gaia, segundo uma visão digital, capaz de mostrar o esforço dos seus antepassados, a vontade de fazer melhor dos actuais habitantes e perspectivar para as gerações seguintes um concelho com futuro que estará sempre nas suas mãos realizá-lo e projectá-lo no mundo digital.

Este projecto assumirá assim uma função de intermediação no espaço digital entre a oferta e a procura de informação e serviços dentro do espaço geográfico do concelho de Gaia que sirva simultaneamente de local de trabalho, fonte de informação, espaço de lazer, estabelecimento de ensino, zona de convívio, local



Fig.04 | Imagem de estudo de texturas e estruturas. Cadeira de Projecto de Equipamentos e Instalações Especiais.
Autoria Frederico Carvalho. Novembro 2003.

de discussão e debate e tudo o mais que se pode fazer numa cidade, a todos os cidadãos, permanentes ou temporários, individuais ou colectivos, de Gaia.

Assumindo também o território como um projecto cultural, o próprio Gaia Global pro-

IV. Comentários finais

Os computadores, a Internet e os telemóveis oferecem uma nova realidade, que torna cada indivíduo mais proactivo e senhor de um maior controlo sobre o modo como processa, comunica e interage com ou outros.

Em complemento, cada um de nós produz mais informação e interações, promovendo mudanças e contra mudanças em que o fenómeno mais constante parece ser o do excesso de informação – mais informação em quantidade, em qualidade e em diversidade de canais e ritmos.

O grande desafio passa por adquirir novas formas de lidar com a informação, de a representar, de a entender e, obviamente, de tirar partido dela. São promessas da Sociedade da Informação, ser inclusiva e, também, orientada para a melhoria da forma como interagimos entre nós, graças ao advento da mediação por computador e da predominância do digital.

No entanto, tal parece não ter contrapartida nas instituições, no modo como estão organizadas e mesmo nas capacidades e ferramentas que os indivíduos dispõem para lidar com este estado de mudança, em que apenas a própria mudança, parece ser constante.

Uma perspectiva que se torna mais confortável para o indivíduo lidar com o excesso da informação é a reinvenção do espaço e do tempo. Existe a oportunidade de considerar esta reinvenção, um ponto de partida para o desenho e concepção de novas cidades e/ou regiões que possuam um *alter ego* digital, urbanizado e pensado de forma a facilitar a interação entre indivíduos e entre estes e as organizações. É que espaço e tempo, constituem-se como dois dos maiores referenciais para o ser humano (Claval, 1987).

A discussão do digital e a reflexão de que uma cidade e região digital pode potenciar um novo espaço e um novo tempo, proporcionam novas ecologias, que não se auto-excluem, mas que

põe uma função de interligação entre o passado com o seu legado e o futuro com as nossas esperanças de uma cidade melhor, mais amiga e solidária, mais alegre e atractiva, capaz de construir pontes com outras cidades e principalmente com as próximas gerações.

são complementares e passíveis de serem experimentadas em simultâneo (Benedikt, 1992). A co-existência de centralidades alternativas, permite distribuir competências e lidar com questões temporais do espaço. Por exemplo, uma praça pode ter funções diferentes em diferentes momentos do dia ou ser o centro de determinada actividade, mas permitir uma extensão para outros espaços, criando/alargando essa sua centralidade e distribuindo as pressões sobre espaços/tempos, com base em critérios precisamente formulados (Horan e Mitchell, 2000).

As iniciativas denominadas por Cidades e Regiões Digitais (na qual se enquadra o Gaia global) visam dotar cada região de uma infraestrutura digital que possibilite ao cidadão o acesso e utilização de tecnologias de modo a satisfazer no digital as necessidades do seu dia a dia (Mitchell, 1996).

Importa pois considerar as implicações de agregar o digital, o virtual e o real. Torna-se assim essencial o exercício de verificação de como o espaço e o tempo são transformados de modo a que garantam os referenciais de equilíbrio e bem-estar para cada indivíduo e não numa fonte de constante pressão e stress.

Desta forma, aos computadores, à Internet e aos telemóveis é necessário acrescentar os espaços inteligentes que ofereçam funcionalidades e agreguem o digital, o virtual e o real e assegurem que nós, enquanto indivíduos, continuamos a ter a opção de escolher o nosso espaço e o nosso tempo.

Na Sociedade da Informação, onde quase tudo parece ter uma sombra digital, dois factores apresentam grande transformação quando comparados com o que se aceita ser o seu significado tradicional:

- Espaço: entendido como proximidade e facilidade de alcance. A distância é actualmente otimizada pela sequência de

acção, isto é, medimos distâncias em função da sua proximidade e actuamos em conformidade com a percepção que temos do espaço. Os diferentes meios de comunicação, quer virtuais quer físicos, tornam as distâncias relativas possibilitando que o custo de deslocação e o tempo efectivo de viagem entre dois pontos mais distantes possa ser menor.

- Tempo: que indica a capacidade de reacção, a demora para a tomada de decisão ou acção. Deixa de ser medida nas tradicionais unidades de tempo, pois cada indivíduo, pelas suas características, possui um tempo próprio de reacção, de aprendizagem e, claro está, de criação.

Um outro aspecto importante é o digital. De facto, contrapondo o físico, isto é, a realidade dos átomos, ao digital, que incluindo a informação, é virtual, temos características e necessidades bem diferentes para as quais necessitamos de outras competências e capacidades. A Sociedade da Informação e do Conhecimento, pode ser caracterizada como uma sociedade em que as interacções entre as pessoas são, predominantemente, realizadas de forma digital.

Importa, pois, reflectir sobre qual o papel que estas renovadas cidades e regiões atribuem ao território e qual o contributo dos projectos de cidades e regiões digitais para o tão propalado, mas quase sempre esquecido, desenvolvimento sustentável?

nota

¹ Responsável pelas Aplicações e Inovação no Gaia Global

Referências Bibliográficas

- Benedikt, M. (1992). *Cyberspace: first steps*. MIT Press.
- Castells, M. (2001). *Internet Galaxy: Reflections on the Internet, Business, and Society*. Oxford Press.
- Claval, P. (1987). *A Nova Geografia*. Livraria Almedina.
- Duverger, M. (1987) *Droit, institutions et systèmes politiques. Mélanges en hommage à Maurice Duverger*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Gouveia, L. e Gaio, S. (eds.) (2004a). *Readings in Information Society*. Porto: University Fernando Pessoa Press.
- Gouveia L. e Gaio, S. (orgs.) (2004b). *Sociedade da Informação: balanço e implicações*. Porto: Edições Fernando Pessoa.
- Gouveia, L. (Org.) (2003). *Cidades e Regiões Digitais*. Porto: Edições Fernando Pessoa.
- Horan, T. and Mitchell, T. (2000). *Digital Places: Building Our City of Bits*. Urban Land Institute.
- Mitchell, J. (1996). *City of Bits: Space, Place, and the Infobahn*. MIT Press.
- Oravec, J. (1996). *Virtual Individuals, Virtual Groups : Human Dimensions of Groupware and Computer Networking*. Cambridge University Press.
- Rheingold, H. (2002). *Smart Mobs: The Next Social Revolution*. Perseus Publishing.
- Rogers, R. (2001). *Cidades para um pequeno planeta*. GG (edição em Português).
- Wurman, S. (2000). *Information Anxiety 2.0*. QUE.

Sobre o Gaia Global: <http://www.gaiaglobal.pt>

Sobre o autor: <http://www.ufp.pt/~lmbg>

de regresso à baixa

abel tavares

arquitecto

mestre assistente, faculdade de ciência e tecnologia,
universidade fernando pessoa

abel@ufp.pt



Fig.01



Fig.02



Fig.03

Fig.01, 02 e 03 | Fotografias do trabalho sobre Rua de Santa Catarina - "Arquitecturas Invisíveis", Cadeira de Semiário II. Autoria: José Carlos Santos; Ricardo Vaz; Eurico Almeida. Maio de 2004

Resumo

O despovoamento das cidades está, actualmente, na base da desqualificação dos centros urbanos. A resposta a esta situação põe em evidência a inexistência de critérios e estratégias capazes de fazer face a uma situação que se agudiza, assim como revela a dificuldade de articular um discurso sobre uma matéria em constante mutação.

Palavras-chave: Cidade, despovoamento, desestruturação, planeamento e fluxos

O declínio de alguns centros urbanos, para além de constrangimentos decorrentes de conjunturas económicas desfavoráveis, é o resultado da ausência de estratégias claras de intervenção na cidade e de uma administração casuística, ao sabor de calendários políticos e de acontecimentos pontuais no espaço/tempo. A gestão de um espaço tão complexo, como é uma cidade, não acaba nos instrumentos de planeamento disponíveis, ainda que estes sejam um ponto de partida fundamental na análise crítica das realidades em presença e contribuam (dessa forma) para a elaboração de um quadro alargado de acções suficientemente polarizadores de sinergias. A navegação à vista sem objectivos claros abre a porta a alguns sectores da sociedade civil, assumindo estes o protagonismo, sedentos de tomar o pulso dos acontecimentos urbanos. Tanto melhor! Então este é um espaço apetecível.

No entanto, o que se observa é um crescente desinteresse em investir na cidade e quando isso acontece as mais-valias que daí poderiam provir para o espaço urbano não correspondem à sua qualificação.

A abordagem estanque, a partir de uma visão sectorizada do espaço urbano, resulta periódica e sistematicamente em intervenções pontuais desarticuladas, no espaço e no tempo. Este *modus faciendi* de (re)construir o espaço urbano corresponde à desestruturação da cidade, onde são os grupos económicos e sociais que, individualmente, vão intervindo à margem de qualquer estratégia. A emergência de objectos de referência procura restituir fluxos e dinâmicas dentro da cidade. A produção destes objectos arquitectónicos ou urbanísticos, que por vezes chegam a conferir identidade a alguns

espaços urbanos, não promove redes de fluxos nem dinâmica no espaço da cidade, porque são geradores de forças centrípetas, esvazia os espaços intersticiais. São peças singulares dentro da descontinuidade urbana. Esta tem sido a característica das propostas que periodicamente vem a público, sob a forma de produtos mediáticos e fortemente politizados e que ilustram o investimento, mais ou menos generoso, em objectos de referência num espaço cada vez mais descontínuo e vazio.

O tema central do esvaziamento dos centros urbanos, e aqui esvaziamento não se refere exclusivamente à população mas também aos conteúdos funcionais, está na densidade ou melhor na sua ausência e na organização nodal da cidade. A este fenómeno de crescimento concentrado e circunscrito dentro dos limites da cidade - efeito vácuo - estão associados fenómenos de degradação e inconsistência dos tecidos intersticiais, promovendo a já referida desestruturação urbana. Os mapas mentais da cidade alteram-se, as distâncias, vazias de acontecimentos, intimidam.

O tratamento epidérmico da dimensão física do espaço urbano não resolve nem contraria a sua desertificação; pelo contrário, enfatiza um espaço vazio, põe em evidência o inóspito, o que não está nem existe. Tão pouco se pode dizer que tais intervenções foram conquistas importantes para o espaço público, para o transporte público ou para os peões; aliás este continua a ser o último da hierarquia de prioridades. A população, chamada flutuante, (per)corre apressada um espaço que não lhe pertence. Mais do que um contributo para a requalificação urbana, as Praças e Ruas, objecto de projectos de superfície, prestam homenagem aos seus autores.

“[...] se andaram pelas ruas e estas vos gritaram coisas, os edifícios, os passeios, as praças, então isso significa que é um mau sítio, significa que passear por aí é um pesadelo, onde os objectos se tornaram estridentes, estão a chamar a atenção e simultaneamente estão a mostrar o tipo de insegurança psicológica que têm os seus desenhadores que não se limitam simplesmente a criar um bom candeeiro, mas necessitam também assinar aquilo que fazem, necessitam que junto ao bom candeeiro se vejam também a eles próprios.” (Quetglas, 1999: 24-5)



Fig.04



Fig.05



Fig.06

Fig.04, 05 e 06 | Fotografias do trabalho sobre Rua de Santa Catarina - "Arquitecturas Invisíveis", Cadeira de Semiário II. Autoria: José Carlos Santos; Ricardo Vaz; Eurico Almeida. Maio de 2004

Luz; Sombra; Sol; Chuva; Peão; Automóvel;
Amarelo; Vermelho; Ritmo; Textura; Folhas;
Bancos; Caixotes; Postes; Candeeiros;
Posters; Papel; Madeira; Ferro; Pedra; Azul;
Autocarro; Densidade; Planos; Cores; Pretos;
Branco; Portugueses; Chineses; Plural;
Singular; Antenas; Outdoors; Publicidade;
Marketing; Psicologia; Pobreza; Animal;
Riqueza; Rua; Espaço; Circulação;
Pavimento; Sinos; Sons; Graves; Agudos;
Sentado; Andar; Bicicleta; Diálogo; Ruído;
Vender; Comprar; Descansar; Correr; Saltar;
Cinzento; Água; Silêncio; Vazio; Cheio; ...

Referència Bibliogràfica

Quetglas, Josep (1999). "Entrevista a Josep Quetglas".
In: *Documentos de Arquitectura*, N.º 2: 24-5.

abstracts
and
key words

Luís Pinto de Faria

Abstract:

The IBA Emscher Park program demonstrated that a degraded and condemned area can be, simultaneously, under a new open view, a potential launch for the sustainability and competitiveness of the area. Thwarting the classic urban planning, based on the assumption that a specific, strong and static intervention on the territory can preset objective results, this program developed a global strategy, opened to the transformation, based on local and regional resources, and raiser of new landscape, environmental and social synergies.

Key words:

“IBA Emscher Park”, revitalization, reconstruction, architecture, urban development.

Avelino Oliveira

Abstract:

The text is an approach to a paradigmatic architectural work within the recent history – the house of the famous writer, Curzio Malaparte, in Italy. The article aims explores its conceptual contradictions which have arisen due to the absence of a formal author. These are nevertheless visible in the reflection of the architectural creation when analysed according to Curzio’s point of view. This work also uses material produced by students, including a replica of the building, through which a critical reflection is developed.

Even this is fragmented, the intention is to link the history of ideas, architecture and arts.

Key words:

Authorship, Malaparte, skin, build, dwelling.

Sara Sucena

Abstract:

This text looks to the national roads network as an important structuring element of the evolution and urban growth of the territory, suggesting a new reflection on the shape of uninterrupted urbanization. The lack of rules that structure this urban development, namely its marginal occupation, is the starting point for a critical analogy between “street” and “road”, perceived from tree especial dimensions: longitudinal, transversal and relational.

Key words:

Spatial dimensioning, mutations, scale, chaos, significance.

Ilidio Jorge Silva

Abstract:

Founding entity of the city of Guimarães, the monastery, then collegiate church, of Santa Maria da Oliveira, and its architectural remains, must be interpreted, all through its ten century long history, through its urban role and in the evolution of the coenobitic architectural organism in itself, of which the present day church, remarkable as it is on its own, is a product as well.

Key words:

Oliveira, Guimarães, coenobium, collegiate, urban history

Filipa Malafaya

Abstract:

Heritage conservation and urban rehabilitation are revealing themselves vectors of increased importance in terms of urban development strategies. To approach these themes implies clarifying some of the concepts involved and a trip to its’ framework territories. In fact, there is a growing importance of urban quality and heritage protection as attractive and competitive features: urban life quality is an aspiration of urban population and a city attribute where urban space qualification represents an essential element in terms of global urban environment quality, generating sustainable development.

Key words:

Conservation, heritage, urban planning and environment, rehabilitation, sustainability.

Miguel Branco-Teixeira

Abstract:

It is intended to locate urban reconversions faced to state-of-art references which characterize urban planning and interventions in the cities. These references allow to understand recon versions thematics, as space processes, that reflect deep economic and social changes, and to which are subject as well nowadays.

The overlapping of these references allow to evaluate the degree of difficulty that urban reconversions include, and the functions they play (continuity, balance or disruption) in production process or urban (re)production, itself of dynamic, discontinuous and unpredictable nature.

Key words:

Urban reconversion, globalization, competition, partnerships, citizenship.

Luís Borges Gouveia

The IBA Emscher Park program demonstrated that a degraded and condemned area can be, simultaneously, under a new open view, a potential launch for the sustainability and competitiveness of the area. Thwarting the classic urban planning, based on the assumption that a specific, strong and static intervention on the territory can preset objective results, this program developed a global strategy, opened to the transformation, based on local and regional resources, and raiser of new landscape, environmental and social synergies.

Key words:

Digital cities, information society, sustainable development, territory, Gaia Global.

Abel Tavares

Abstract:

The cities depopulation is responsible, in present, for the urban centres disqualification. The answer for this situation salient the non existence of criterions and strategic to invert the difficult situation and reveal the difficult to produce one uniform discourse about this question in permanent mutation.

Key words:

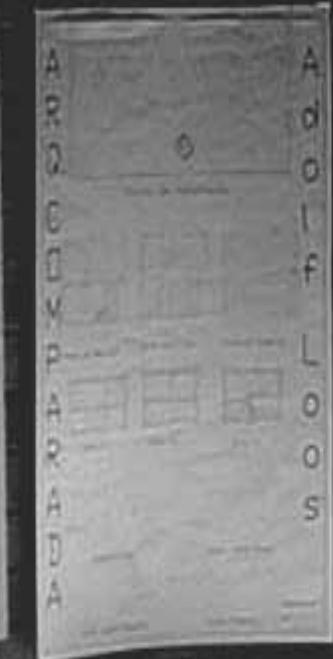
City, depopulation, deconstruct, planning, fluxes.

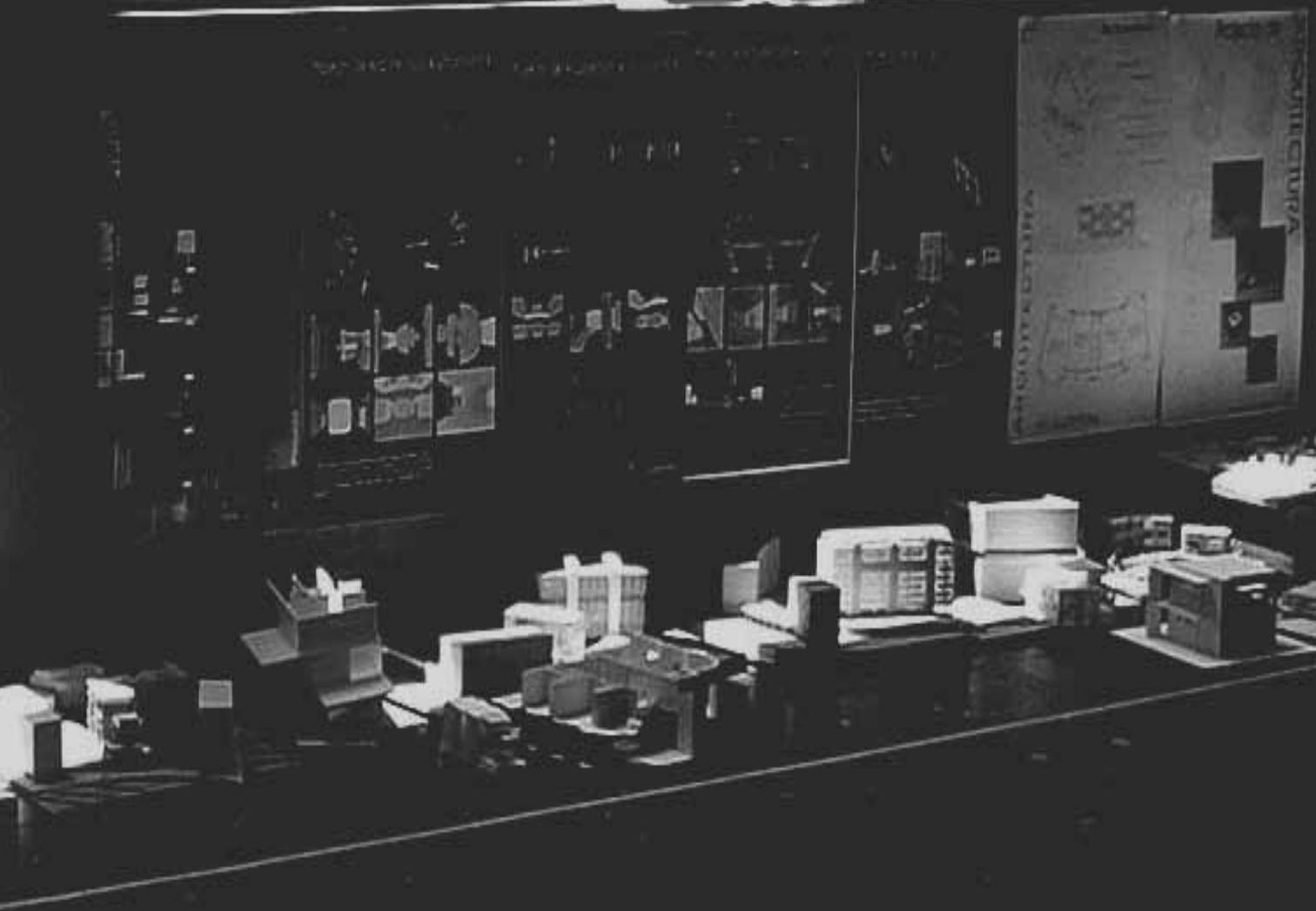
normas para o envio de originais

1. A revista *A OBRA NASCE* entende que os trabalhos remetidos são originais, não foram ainda publicados e não foram enviados a nenhuma outra publicação.
2. O original e as cópias de cada texto serão enviadas em papel e disquete, indicando o processador de texto usado (Microsoft Word), ao Conselho de Redacção da Revista. Não se devolverão os originais nem as cópias. A direcção é:

Conselho de Redacção da Revista *A OBRA NASCE*
 Faculdade de Ciência e Tecnologia
 Universidade Fernando Pessoa
 Rui Leandro Maia
 Praça 9 de Abril, n.º 349
 4249-004 Porto
 Portugal
 Telefone: 225071300
 Endereço electrónico: rlmaia@ufp.pt

3. O artigo deve ser escrito a espaço duplo, com letra de tamanho de corpo de 11-12 pontos, e uma extensão máxima de 30 páginas (10.000/12.000 palavras), incluindo gráficos, tabelas, mapas, notas (estas na mesma letra, de corpo 10), apêndice(s) e bibliografia (esta a um espaço). O artigo é precedido das seguintes informações: o título, o nome do autor/a (autores/as), o centro académico de procedência, a direcção postal, o telefone e o endereço electrónico. Nesta primeira página deve aparecer também um breve resumo (com o máximo de 150 palavras), em português e em inglês, e uma série de palavras-chave, em português e em inglês, que descrevam o seu conteúdo. Todos os gráficos, quadros e mapas devem ser acompanhados de um título e de uma referência à fonte de procedência.
4. A bibliografia surge no final do artigo, ordenada por ordem alfabética de autores, segundo o modelo seguinte: apelidos (em maiúsculas), nomes próprios (em minúsculas), ano de publicação (entre parêntesis e seguindo de dois pontos; distinguindo a, b, c, no caso de um/autor/a ter mais do que uma obra citada no mesmo ano), título do artigo (entre aspas) ou do livro (em itálico), nome da revista (em itálico, no caso de artigo), lugar de publicação (no caso de livro), volume e número da revista (no caso de artigo) e páginas (precedidas de dois pontos).
5. As notas devem ir em pé de página e numeradas em ordem crescente. A primeira nota consistirá no centro académico, no telefone e no endereço electrónico do autor/a do artigo.
6. As citações devem realizar-se dentro do texto. Por exemplo: ... (Miranda, 1997: 345-348); e se o nome do autor citado fizer parte do texto, deverá ser seguido com a data de publicação e as páginas dentro de parêntesis: ... Miranda (1997: 345-348).
7. O Conselho de Redacção da Revista acusará a recepção dos originais. Todo o artigo entregue para possível publicação será revisto pelo Conselho de Redacção da Revista e submetido à avaliação de dois **especialista** anónimos, que serão três quando o juízo emitido pelos dois seja de carácter diametralmente oposto. Em reuniões semestrais, o Director e o Conselho de Redacção tomarão decisões sobre a publicação de acordo com os seus critérios e os dos especialistas. A resolução, que será oportunamente notificada ao autor/a, será acompanhada das notas dos especialistas e poderá a publicação ser condicionada à introdução de modificações no texto original. Neste caso, o autor/a deverá remeter as modificações propostas ao Conselho de Redacção. O autor/a dispõe de um tempo máximo de um mês, a partir da data da notificação, para realizar as modificações sugeridas no texto e enviá-lo ao Conselho de Redacção Revista.
8. As provas de impressão serão enviadas ao autor/a pela sua direcção electrónica em formato pdf e deverão ser devolvidas ao Conselho de Redacção da Revista no prazo máximo de dez dias. Não se recebendo nenhuma resposta por parte do/a autor/a, o Conselho de Redacção da Revista entenderá que o artigo está preparado para publicação.
9. Para considerar a sua publicação, é imprescindível que o artigo enviado cumpra com os requisitos previamente definidos.





homem.sonha

emscher park iba - corrigir o passado, prevenir o futuro ■ uma casa como eu! apartamentos dispersos e fragmentos - didáticos sobre aquela a que chamaram a mais bonita casa do mundo ■ uma reflexão sobre as dimensões das estradas nacionais - ...a propósito da «cidade difusa» ■ a colegiada de santa maria da oliveira em Guimarães - a cidade, o organismo cenobítico e a igreja ■ qualificação ambiental e conservação do património: discussão dos conceitos envolvidos ■ contextos de referência nas reconversões de espaços urbanos ■ o impacto do digital no território - o gaia global como caso de estudo ■ de regresso à baixa